

MARIA DE FÁTIMA PACHECO FLEURY

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por MARIA DE FÁTIMA PACHECO FLEURY e aprovada pela Comissão Julgadora em 20/04/90.



A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E AS
UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS

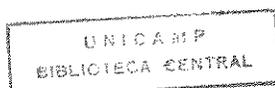
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

MARIA DE FÁTIMA PACHECO FLEURY

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E AS
UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1990



Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À EDUCAÇÃO, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Manzini Covre.

COMISSÃO JULGADORA

Flora

Luís de Fátima Silva

Luís Schwantes Arana

DEDICO:

AO:

SABINO, que com paciência e espírito crítico esteve sempre ao meu lado durante este trabalho.

AO:

GUSTAVO e TÚLIO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que de alguma forma colaboraram para que este estudo fosse elaborado, e, em especial:

À Profa. Dra. Maria de Lourdes Covre, orientadora desta dissertação;

Aos meus professores no Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Campinas;

A todos os meus colegas no decorrer do Mestrado;

Aos amigos Rosângela D'Avila, Maria Eleuza e Carlos Crespo; e

À Nadir, Marina e Wanda.

RESUMO

Este trabalho tem como tema central o acompanhamento do processo de criação, em Minas Gerais, nos anos 60, de uma rede de instituições voltadas para o ensino técnico-profissionalizante, a nível superior, denominadas Universidades do Trabalho.

O processo de criação das Universidades, no entanto, não pode ser compreendido sem que se tenha em conta que os fenômenos sociais somente ganham sentido quando inseridos em contextos mais amplos, relacionados às estruturas sociais que os dão forma. Neste sentido, o estudo do processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais, no governo Magalhães Pinto, somente pode ser intentado quando levadas em consideração as transformações mais amplas por que passa a sociedade brasileira no período.

O objetivo deste trabalho, de acordo com as considerações acima levantadas, portanto, pode ser definido como sendo uma tentativa de compreensão das condições sociais que permitiram ao governo de Minas Gerais, no início dos anos 60, empreender a tentativa de criação de uma série de instituições de ensino superior voltadas, por definição, para o atendimento prioritário "do trabalhador e de seus filhos".

No estudo do contexto social que marca o processo de criação das Universidades, os fenômenos econômicos têm lu

gar privilegiado. O processo de aprofundamento das estruturas capitalistas de produção, no Brasil e em Minas Gerais, estudado aqui através do acompanhamento das etapas da industrialização no país, ocupa a primeira parte desta dissertação. A partir de um período de transição, no apogeu da economia cafeeira, o trabalho procura analisar as transformações que acabaram por levar a economia brasileira à sua etapa de "industrialização pesada", completando-se a sua inserção nas estruturas do capitalismo monopolista da segunda metade do século XX.

O econômico, dentro da perspectiva analítica adotada, ocupa um lugar fundamental na origem dos fenômenos sociais. No entanto, isto não significa que as estruturas econômicas determinem rigorosamente o curso dos demais campos da vida social. A esfera econômica da vida determina apenas *em última instância* os demais fatos sociais. Na perspectiva aqui adotada, que segue a orientação teórica de Poulantzas, existe espaço para que o político e o ideológico, "relativamente autônomos", tenham garantidos os seus próprios significados e influências. Neste sentido, os capítulos 6 e 7 têm como objetivo completar o quadro social em que aparecem as Universidades, centrados que são no estudo dos aspectos políticos e ideológicos da relação que se estabelece entre trabalho e educação, no contexto da ideologia "desenvolvimentista" que dominava no Brasil dos anos 50 e 60.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	
ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	10
1. A PRIMEIRA FASE DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL NO BRA- SIL - OS "SURTOS" INDUSTRIAIS	11
1.1. O conceito de "desenvolvimento"	11
1.2. Os primeiros "surto"s de industrialização no séc. XIX	14
1.3. O "capitalismo mercantil": a economia cafeeira no Brasil	17
1.4. O crescimento industrial na República Velha	30
2. A "INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA": 1930-1955	38
2.1. Os estrangulamentos externos e o processo de substituição de importações	38
2.2. As transformações políticas nos anos 30 e 40	50
2.3. Nos rumos de uma nova etapa: o planejamento na economia brasileira	60
3. O GOVERNO KUBITSCHK E A "INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA"	74
4. ASPECTOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS	88
4.1. Minas no Império e na República Velha	88
4.2. A Economia Mineira nos rumos da Especializa- ção: 1930-1955	99

4.3. MINAS GERAIS NOS ANOS 60: as contradições in- ternas na burocracia estadual	114
---	-----

SEGUNDA PARTE

AS UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS	124
--	-----

5. TRABALHO E EDUCAÇÃO: ALGUNS ASPECTOS E RELAÇÕES	125
--	-----

5.1. O conceito de "trabalho" na sociedade capita- lista	125
---	-----

5.2. Aspectos da força de trabalho no Brasil, 1950	136
--	-----

6. A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A INDUSTRIALIZA- ÇÃO BRASILEIRA	145
--	-----

6.1. O conceito de ideologia	145
------------------------------------	-----

6.2. A Teoria e a Ideologia do Desenvolvimento	149
--	-----

6.3. A Educação brasileira e o "desenvolvimentis- mo"	159
--	-----

7. AS UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS	170
---	-----

7.1. "Humanistas" e "tecnocratas" no planejamento do desenvolvimento em Minas Gerais	170
---	-----

7.2. A Universidade do Trabalho - aspectos histó- ricos	175
--	-----

7.3. Universidade ou Universidades? A interferên- cia política no processo	185
---	-----

7.4. Características das Universidades do Trabalho	198
--	-----

CONCLUSÃO

A UNIVERSIDADE DO TRABALHO EM FACE DA REALIDADE NA- CIONAL	204
---	-----

BIBLIOGRAFIA	208
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Propõe-se esta dissertação estudar aspectos da relação complexa que se estabelece entre TRABALHO e EDUCAÇÃO no interior de uma sociedade marcada por relações capitalistas de produção.

Nos anos 50, no Brasil, uma série de transformações na estrutura produtiva nacional apontava para o aprofundamento das relações capitalistas, com a industrialização estendendo-se até a produção de bens de capital e de consumo duráveis. Estas transformações econômicas foram seguidas por mudanças nas relações sociais, dentre as quais podem ser destacadas um processo de urbanização acelerado e alterações no mercado de trabalho e na composição da força de trabalho nacionais.

O surgimento de uma ideologia específica, o "desenvolvimentismo", aparece, no período, como uma das formas que o capital encontra para encobrir o caráter de exploração de classes envolvido no processo de transição da economia brasileira, que passa, propriamente, a integrar-se no contexto do Modo de Produção Capitalista (MPC), em sua fase monopolista.

Neste contexto, o processo de criação de uma rede de instituições de ensino profissional superior, voltadas, por definição legal, para o atendimento das necessidades "do trabalhador e de seus filhos", como se deu em Minas Gerais, assume características bem específicas, que possibilitam a compreensão de uma série de contradições que acompanham a evolução

do MPC.

Dentro deste tema geral, acima delimitado, vejamos ainda alguns aspectos específicos que podem ajudar a construirmos melhor o objeto de estudo nesta dissertação:

a) Considerações acerca do objeto.

O objeto de estudo nesta dissertação compreende o processo de criação de cinco Universidades do Trabalho, em Minas Gerais, no governo Magalhães Pinto, no início dos anos 60. A partir de uma proposta nascida no interior do Poder Executivo para a criação da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG), a Assembléia Legislativa Estadual procurou criar mais quatro instituições também denominadas Universidade do Trabalho.

Este fato chama a atenção, e somente pode ser compreendido a partir do estabelecimento de uma série de relações entre o aspecto particular - a sua criação - e um contexto mais amplo que envolve o estudo de diversas variáveis, que intervêm no processo em questão. Assim, a partir da constatação da existência de um fenômeno interessante no Estado de Minas Gerais, o estudo empreendido nesta dissertação encaminhou-se para a sua compreensão dentro de um contexto mais amplo que o mero acompanhamento de seus desdobramentos conjunturais. De certa forma, o objeto inicial transformou-se: no estudo de um fenômeno específico passou a ser mais importante a compreensão de uma série de relações estruturais que demarcam este fenômeno, e que lhe dão sentido.

O processo de aprofundamento das relações capitalistas de produção, no Brasil, é o primeiro ponto a ser estudado nesta dissertação. A partir da constituição de um mercado de

trabalho assalariado - fato que, ao mesmo tempo, indica a penetração de estruturas capitalistas no interior das relações de produção no Brasil - pode-se acompanhar a trajetória da economia brasileira nos rumos da autodeterminação do desenvolvimento do MPC no país.

Na seqüência de uma série de transformações, aparecem, na década de 50, a TEORIA e a IDEOLOGIA do desenvolvimento, que operam, em conjunto, para que as contradições de classe envolvidas no processo de aprofundamento do MPC no país não sejam percebidas enquanto tais pelos agentes envolvidos no processo.

Um dos elementos utilizados para a explicação da vinculação entre políticas sociais e transformações econômicas é o recurso ao conceito de "populismo". Este conceito, no entanto, como chama atenção Ernesto Laclau, "é ao mesmo tempo evasivo e recorrente". (Laclau, 1979, p. 149). Segundo este autor, o populismo não se confunde com o mero apelo ao povo, ao popular, mas, na realidade, encobre uma articulação específica de interesses de classe. No caso brasileiro, a passagem do populismo da era Vargas ao desenvolvimentismo do período JK é de especial interesse para a compreensão do objeto de estudo desta dissertação. Mais do que uma política "populista", o processo de criação das Universidades do Trabalho deve ser compreendido como parte de políticas desenvolvimentistas, que têm sua esfera de influência estendida, nos anos 50 e 60, à esfera da educação brasileira.

As relações entre a EDUCAÇÃO e o "desenvolvimentismo" aparecem claramente quando se analisa a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria. No âmbito da qualificação profissional, a educação apresenta, segundo a ideologia do

desenvolvimento, uma função propedêutica e instrumental, que a transforma de finalidade em mero instrumento para a consecução dos objetivos econômicos definidos, na maior parte das vezes, por uma tecnocracia que cresce nos aprelhos de Estado.

Assim, o objeto central desta dissertação é constituído pelo acompanhamento das relações que se estabelecem entre o processo de aprofundamento das relações capitalistas de produção, no Brasil, e o processo de qualificação da força de trabalho que as transformações na estrutura da produção exigem. O caso das Universidades do Trabalho, quando se encontram determinantes gerais do processo e aspectos específicos da economia e da política em Minas Gerais, é exemplar para o entendimento do papel instrumental que o MPC empresta à educação do trabalhador, e à qualificação da força de trabalho.

Finalmente, resta lembrar que questões como as das Universidades do Trabalho, em que o trabalhador aparece como alvo preferencial de políticas geradas a partir do interior de burocracias estatais comprometidas com o grupos dominantes na sociedade capitalista não são de todo estranhas à lógica de funcionamento da dominação de classes no MPC. O estudo das Universidades do Trabalho em Minas Gerais, nos anos 50, pode inclusive, por analogia, ajudar na compreensão e na crítica de propostas aparentemente bem semelhantes que existem ainda hoje na realidade brasileira.

b) Considerações metodológicas

Uma introdução a uma dissertação de mestrado não é, certamente, o lugar adequado para discussões mais amplas relativas ao "método da ciências sociais". Neste sentido, o ali

nhamento de algumas premissas metodológicas nesta introdução tem como objetivo apenas fornecer subsídios para que o leitor possa acompanhar, criticamente, os procedimentos utilizados.

O ponto de partida para o estudo ora apresentado consiste no fato de que, no Brasil, nos anos 50, vive-se uma realidade marcada por contradições de classe. Esta afirmação, embora aparentemente simples, envolve na realidade um amplo trabalho metodológico, e, ao mesmo tempo, indica claramente a opção adotada pela autora. Apenas o método dialético, tal como é utilizado pelo marxismo, tem como premissa a existência de contradições sociais fundadas na dinâmica das classes, a partir de sua posição na estrutura de produção. Ao fazer a opção por este método de análise, influenciada, é claro, por todos os meus "pré-conceitos" (na medida em que, acredito, é impossível a "objetividade" que os positivistas pretendem para as Ciências Sociais, mas isto é outra discussão) ficam descartadas as premissas dos métodos funcionalista ou estruturalista de análise. Desta maneira, mais do que o estudo de instituições que aparecem para suprirem necessidades, ou o desvendamento de estruturas que não levam em conta o movimento diacrônico da História, nesta dissertação procuro entender a realidade a partir de uma dinâmica que tem por origem as contradições de classe existente no interior de uma sociedade capitalista.

O método dialético exige, como bem lembra Karel Kosik, a superação da "pseudo concreticidade da vida real", ou seja, que as manifestações aparentes do fenômeno sejam ultrapassadas por um conhecimento que procure nas relações subjacentes a explicação para a realidade imediata. Este é o procedimento já utilizado, por exemplo, por Marx, quando estuda algumas das manifestações mais palpáveis do sistema capitalista, como a moe

da e o processo de criação de valor.

O ponto de partida para uma análise que se pretenda marxista consiste no acompanhamento das estruturas da produção econômica, com seus desdobramentos em outros campos da vida social. Não existe, é claro, uma determinação absoluta do econômico, como queriam os chamados "economicistas", mas sim um processo em que o econômico determina, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, as transformações nas relações sociais de produção.

Neste sentido, em bom que se tenha em vista a "autonomia relativa" das esferas do político e do ideológico, como acentua Poulantzas. A compreensão das relações dialéticas entre infra e super-estruturas (que tem em Gramsci o seu defensor pioneiro), quando complementada pelas afirmações de Poulantzas permitem que se torne possível a instauração de uma ciência social, marxista, que não se restrinja ao mero acompanhamento de transformações econômicas na sociedade.

Nesta dissertação procurei, portanto, a partir de uma metodologia marxista de análise, empreender o estudo das transformações econômicas e das ideologias que perspassam o processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais.

c) Projeção de capítulos.

Dividi esta dissertação em duas partes distintas.

Na primeira parte foram privilegiadas as relações econômicas que acompanham o processo de aprofundamento do MPC no Brasil. Esta parte é composta por quatro capítulos.

O primeiro capítulo trata da passagem da economia colonial para uma economia internamente determinada pelas relações capitalistas de produção no Brasil. O principal fenôme

no ali estudado consiste no surgimento de uma economia capita lista, em sua forma mercantil, no contexto da expansão da ca-feeicultura, no século XIX e nas duas primeiras décadas do séc. XX.

No segundo capítulo temos o acompanhamento de uma primeira fase de um verdadeiro processo de industrialização aincentrado na produção de bens de consumo não-duráveis, a partir de estrangulamentos externos na economia. Nesta etapa, o processo de substituição de importações aparece como o móvel dinâmico das transformações na economia nacional.

O terceiro capítulo aborda aspectos do governo Kubitschek, com significativas mudanças nos rumos do processo de industrialização no Brasil, e na composição da força de trabalho.

No capítulo quatro, desta primeira parte, estão alinhados alguns dados e características específicas do processo de industrialização em Minas Gerais, completando-se assim um quadro conjuntural que permite a inserção do processo educacional estudado num contexto mais amplo de aprofundamento das relações de produção capitalistas no Brasil.

Em resumo, na primeira parte da dissertação estão delineados os contornos do processo de aprofundamento das estruturas capitalistas no Brasil, a partir do final do século XIX. Estão também colocadas algumas das características específicas do desenvolvimento mineiro, que possibilitam o acompanhamento de fatores que influenciaram no processo de criação das Universidades do Trabalho.

A segunda parte desta dissertação é dedicada ao estudo de aspectos ideológicos e do problema específico do surgimento das Universidades do Trabalho. A exemplo da primeira,

para facilitar o acompanhamento, dividi esta parte em capítulos, que tratam de temas relacionados à questão da relação entre Trabalho e Educação.

No primeiro deles estão alinhados alguns conceitos fundamentais para o entendimento do processo de trabalho numa sociedade capitalista. Neste capítulo, procurei demonstrar que o ato natural de trabalhar, de transformar a natureza, consiste, na realidade humana, num fenômeno social, que está inserido em determinados contextos, e que, por sua vez, é fonte de aparecimento de certas relações sociais de produção.

No segundo capítulo foram enunciados alguns aspectos da "ideologia do desenvolvimento". A partir da definição do conceito adotado nesta dissertação para o termo "ideologia", procurei abordar as relações existentes entre o processo de industrialização e o surgimento de formas ideológicas de sua legitimação, no Brasil dos anos 50. A compreensão do "desenvolvimentismo" faz-se necessária para que sejam entendidos os processos de mascaramento das relações de classe que acompanham o aprofundamento do MPC no Brasil. Uma "universidade do trabalho" somente pode ser bem entendida dentro do contexto das políticas sociais e das aspirações "modernizantes" que acompanham as transformações econômicas da década de 50.

Por fim, no terceiro capítulo estão colocadas algumas das características das Universidades do Trabalho. Procurei reconstituir principalmente o processo de sua criação, destacando as contradições envolvidas no processo. A não homogeneidade da burocracia mineira evidencia, além da persistência de formas "liberais" e "monopolistas" de manifestação do MPC, a própria ambiguidade do processo.

Em suma, nesta dissertação, mais do que o estu-

do tópicos de uma instituição - fato em nada desaconselhável -, o objetivo proposto é o de estudar o surgimento de uma proposta de Universidade voltada para a qualificação da força de trabalho, dentro do contexto das relações capitalistas de produção. O acompanhamento de um fato que em si mesmo apresenta-se trespassado por contradições de diversas ordens - a contradição de classes, a contradição interna no aparelho burocrático - foi elaborado com o objetivo de testar a hipótese básica de que, em uma sociedade capitalista, a dinâmica das relações de classe apresenta-se na origem de políticas sociais geradas no interior do aparelho estatal. No caso das Universidades do Trabalho (e do ensino técnico, de modo geral), esta dinâmica apresenta-se marcada por um duplo sentido: por um lado, existem pressões por parte de setores da força de trabalho no sentido da promoção de uma melhor qualificação, na medida em que este processo é visto, na realidade imediata, como fonte de uma maior valorização do trabalho; por outro lado, por parte do capital, existe a necessidade estrutural de assegurar a reprodução e a ampliação da força de trabalho (em quantidade superior às suas necessidades imediatas, como veremos, o que leva ao aparecimento do "exército de reserva"), ao mesmo tempo em que a ideologia dominante opera para o obscurecimento deste caráter classista envolvido no processo, com os apelos à "união nacional" e o recurso aos aparelhos de Estado para assegurar a infra-estrutura necessária ao processo de valorização do capital.

PRIMEIRA PARTE

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

CAPÍTULO 1

A PRIMEIRA FASE DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL -
OS "SURTOS" INDUSTRIAIS.1.1. O conceito de "desenvolvimento"

O processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais deve ser associado, certamente, a questões ligadas ao desenvolvimento econômico deste Estado e, mais amplamente, ao do Brasil. O conceito de desenvolvimento, no entanto, tem um sentido preciso, que, se bem definido dentro do contexto em que aparecem as Universidades, pode significar a chave para a compreensão das propostas visando a criação de uma rede de instituições de ensino superior voltadas para a formação de mão-de-obra qualificada para a indústria, tal como ocorre no governo Magalhães Pinto, em Minas Gerais.

Desenvolvimento não se confunde como o crescimento das bases da produção nacional. Toda economia precisa crescer, mesmo que seja ao nível mínimo que possa suprir as necessidades derivadas de um aumento no contingente populacional, por exemplo, ou de outros fatores relacionados à manutenção de um certo nível de bem-estar na sociedade. O crescimento econômico, considerado apenas no seu aspecto quantitativo não significa por si só que haja um processo de DESENVOLVIMENTO em curso na economia considerada. Mesmo em autores filiados a correntes

antagônicas, no que diz respeito à teoria econômica, é possível se encontrarem opiniões convergentes quanto à natureza do processo de desenvolvimento, que deve produzir alterações QUALITATIVAS nas estruturas da produção. Sweezy, por exemplo, ao comentar a análise feita por Marx a respeito das teorias da evolução econômica, assinala que:

"Como a interpretação marxista dá maior importância às modificações nos métodos de produção, ela supõe modificação qualitativa na organização social e na relações sociais, bem como modificação quantitativa nas variáveis econômicas, como tais." (1)

Schumpeter, por sua vez, ao analisar o que denomina "o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico", estabelece uma diferenciação radical entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, ao delimitar o campo a que se destinam os seus esforços:

"Nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza. Pois isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas processos de adaptação da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais." (2)

Dessa maneira, pode-se notar que o fenômeno do desenvolvimento está associado à introdução de elementos qualitativamente novos no processo de produção, tanto na teoria marxista quanto na obra de autores como Schumpeter, por exemplo.

(1) SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista, p.127-128.

(2) SCHUMPETER, Joseph. A Teoria do Desenvolvimento Econômico, p.47.

Existem ainda economistas, em geral filiados às teorias "classicas" ou "neo-clássicas" que não trabalham com distinções fundamentais, ao nível qualitativo, entre os dois processos econômicos acima mencionados. Nesta dissertação, no entanto, parto do princípio, fundamentado na teoria marxista, de que o processo de desenvolvimento implica em transformações qualitativas nas relações sociais de produção, e que somente o estudo destas transformações pode fornecer elementos suficientes para a compreensão mais ampla de aspectos aparentemente contraditórios da realidade objetiva.

De maneira geral, e isso em termos do desenvolvimento do MPC a nível mundial, as transformações mais significativas, aquelas que introduziram variáveis realmente novas no contexto da produção e das relações sociais de produção, estão ligadas ao processo de industrialização porque passaram as principais economias ocidentais a partir de meados do século XVIII, acentuando-se o processo nos séculos XIX e XX. Assim sendo, o estudo do processo de desenvolvimento, numa etapa liberal do capitalismo, se confunde, de certa forma, com o acompanhamento do surgimento das manufaturas e da passagem desta forma à da "grande indústria", como é descrito por Marx no Livro I de O Capital.

A associação entre desenvolvimento e industrialização aparece mais claramente, no que se refere à conjuntura estudada nesta dissertação, quando se tem em mente o grande debate que agitou não só os meios acadêmicos, mas grande parte da opinião pública e da sociedade civil no Brasil no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Naquela época, discutia-se abertamente a alternativa colocada entre a manutenção de uma economia voltada para a produção de produtos primários de exportação ou a tentativa de se desencadear um processo de industrializa

ção dirigido para o mercado consumidor interno.

Em resumo, nesta primeira parte, acompanharei as transformações qualitativas ocorridas no contexto das relações de produção no Brasil, sempre tendo em vista a associação "de desenvolvimento/industrialização", de maneira a compor um quadro referencial para o estudo específico do projeto mineiro de criação de Universidades do Trabalho, que, sem dúvida, pode ser associado a um contexto mais amplo de transformações ocorridas ou desejadas nas formas de organização da economia nacional.

1.2. Os primeiros "surto" de industrialização no séc. XIX

Em primeiro lugar, procurarei elaborar um pequeno resumo das condições históricas em que se deu a luta pela implantação de um processo de industrialização no Brasil. Dessa maneira, espero, será possível sintetizar-se algumas das características próprias que determinam a especificidade desse processo e que, em linha gerais, contribuem para a compreensão de fatores ainda atuantes nas décadas de 50 e 60, quando surgem esforços mais sistemáticos visando à formação de mão-de-obra qualificada para a indústria que então se instalava no país.

As primeiras tentativas para o estabelecimento de manufaturas no país datam, segundo Caio Prado Jr., do início do século XIX. As rígidas regras e formas de controle estabelecidas pelo domínio colonial português, relacionadas a acordos comerciais como o Tratado de Methuen (1703), que praticamente inviabilizou o processo de industrialização de Portugal, não permitiram que na colônia, tanto quanto na metrópole, fossem instaladas indústrias de transformação capazes de criar uma base eco

nômica outra que a centrada na extração e exportação de produtos primários.

Apenas quando se dá a transferência das Cortes portuguesas para o Brasil, em decorrência da invasão de Portugal pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, é que se tem início um primeiro processo de modificação nas formas da produção nacional, isto porque, além das necessidades criadas pelo afluxo de um grande contingente populacional ao Rio de Janeiro, acontece também a abolição das restrições legais até então rigidamente mantidas e que impediam a criação de indústrias no Brasil. Pelo Alvará de 1 de abril de 1808 o Príncipe Regente D. João procurou introduzir condições favoráveis à industrialização, com o objetivo de "multiplicar a riqueza nacional, promover o crescimento demográfico e dar trabalho a um certo elemento da população que não se acomodava à estrutura sócio-econômica vigente, estrutura que se definia essencialmente, pelo regime "escravocrata" (3). Este alvará foi complementado por outro, de 28 de abril de 1809, que estabelecia isenção de direitos aduaneiros para as matérias primas necessárias à indústria nacional, isenção de imposto de exportação para os artigos manufaturados produzidos no país, além da obrigatoriedade do uso de artigos nacionais no fardamento das tropas reais. Os efeitos desse processo se fazem sentir, ainda que de maneira incipiente, tanto na Corte quanto em outros pontos do país, como nota Caio Prado Jr.:

"Pequenas manufaturas têxteis surgiram em diferentes pontos de Minas Gerais, que era a este respeito a província mais avantajada, tanto pela

(3) LUZ, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização no Brasil, p. 20.

relativa densidade da população e abundância de matéria prima de produção local, como pelo seu afastamento dos portos e isolamento." (4)

No entanto, por força das pressões políticas que sempre emanaram dos centros hegemônicos em torno dos quais gravitava a economia nacional, as iniciativas institucionais de 1808 e 1809 foram anuladas já em 1810 pelo estabelecimento dos acordos comerciais com a Inglaterra, a qual, pela cláusula de "nação mais favorecida" passou a gozar de privilégios alfandegários excepcionais. Os produtos ingleses, taxados segundo a tarifa nominal de 15%, eram inclusive mais favorecidos do que mesmo os da própria metrópole, uma vez que as tarifas para os produtos portugueses situavam-se em torno de 16%.

De acordo com as concepções formuladas por Caio Prado, a maneira pela qual a economia brasileira se insere no contexto das relações econômicas internacionais tem representado sempre um obstáculo às tentativas de industrialização no país. Durante o período colonial, por força das regras que em seu conjunto constituíram o chamado "pacto colonial", a economia brasileira esteve, como a da metrópole, rigidamente atrelada às determinações dominantes que emanavam da Inglaterra. Os produtos manufaturados ingleses, livres de barreiras alfandegárias, produzidos dentro de padrões técnicos avançados à época, lograram conquistar e manter um mercado cativo, fato que, aliado às proibições estabelecidas em Lisboa, se constituiu em um poderoso entrave ao estabelecimento de manufaturas no Brasil.

Essa situação se prolongou após a conquista da

(4) PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil, p. 135.

independência política, pois a Inglaterra, gozando de cláusula de "nação mais favorecida", continuou a receber privilégios alfandegários que permitiram aos seus produtos manufaturados um contínuo domínio do mercado interno brasileiro.

Até meados do século XIX a economia brasileira não apresentou portanto, mudanças significativas em relação ao período colonial. A exaustão das jazidas de ouro de Minas Gerais, com o declínio daquela que foi a principal fonte de receitas na economia brasileira da segunda metade do século XVIII, não foi imediatamente substituída por outra fonte de rendas de igual magnitude. A agricultura, embora já apresentando a ascensão do café produzido no Vale do Paraíba, não pôde de imediato apresentar alternativas vigorosas o suficiente para que se desse o surgimento de uma nova etapa de crescimento da economia nacional. O primeiro surto de industrialização, centrado na produção de alguns bens de consumo não-duráveis destinados, em geral, às camadas sociais de baixa renda, por força das condições estruturais da sociedade brasileira, não logrou apresentar qualquer tipo de continuidade que pudesse caracterizar um processo de transformação nas bases estruturais da produção nacional.

1.3. O "capitalismo mercantil": a economia cafeeira no Brasil

Um segundo período distinto por que passa a economia brasileira, no que diz respeito à industrialização, é aquele que tem lugar a partir de meados do século XIX. Segundo Nícia V. Luz, neste momento, além de fatores como a valorização do algodão, em decorrência da crise enfrentada pelo mercado mundial, causada pela guerra civil que arrasou o sul dos Estados

Unidos da América, na primeira metade da década de 1860, causas internas trabalhavam para que se concretizasse um novo surto de crescimento industrial no Brasil, com destaque para aquelas que acompanham a Guerra do Paraguai:

"A indústria nacional estimulada pela inflação, ensaiava o seu segundo impulso. A guerra do Paraguai com o seu cortejo de emissões favoreceu a expansão da economia e, exigindo a agravação dos direitos, pelos encargos que impôs ao país, veio oferecer à indústria uma proteção mais adequada." (5)

No período 1868-1869, como se nota na TABELA I, a variação percentual no saldo de moeda emitida atinge a quase 50%. Indiretamente, esse alto percentual de emissões, somado ao aumento de consumo decorrente das necessidades da guerra - fardamentos, munições, mantimentos, etc. - acabou por favorecer, de certo modo, ao setor produtivo interno.

(5) LUZ, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização no Brasil, p. 41.

TABELA 1

BRASIL - SALDO DE PAPEL-MOEDA EMITIDO: 1865-1870.

ANO	ÍNDICE: 1822=100	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1865-1866	1.230	+ 12,1
1866-1867	1.277	+ 3,8
1867-1868	1.359	+ 6,4
1868-1869	1.986	+ 45,1
1869-1870	2.099	+ 5,6

Fonte: Mário H. Simonsen (1964), p. 106.

No momento que se segue à Guerra do Paraguai, e acompanhando o crescimento econômico gerado pelas exportações do café, o país vive uma etapa de expansão do número de estabelecimentos comerciais e a instalação de algumas indústrias, sobretudo no setor têxtil. Caio Prado Jr. expõe alguns números representativos do período, como se pode ver abaixo:

"Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-1889), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades no país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital investido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3,5% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia." (6)

(6) PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil, p. 258.

Caio Prado Jr. analisa esse crescimento da base industrial, esse "surto de industrialização", em termos da relação estabelecida entre a economia nacional e o mercado internacional. Para o autor, em primeiro lugar, não são os grandes excedentes gerados pelo café os responsáveis pelo acúmulo de capital na indústria e no setor terciário, já que o crescimento da lavoura cafeeira tem somente "o efeito de reforçar a estrutura tradicional da economia brasileira, voltada para a produção intensiva de uns poucos gêneros destinados à exportação." (7) O mais importante a ser levado em consideração, neste período de transição da economia brasileira é, segundo Caio Prado, o incentivo aos investimentos no mercado interno gerado pelo aumento das taxas alfandegárias, que, entre 1810 e 1844 mantiveram-se em torno dos 15% e nos anos 60 alcançaram a média de 50%. Embora não estivesse em vigor, segundo Caio Prado (no que concorda Celso Furtado) à época nenhum tipo de política protecionista planejada ou desejada pelos responsáveis pela condução dos negócios econômicos da nação, o fato real de aumentarem-se as tarifas alfandegárias, como forma de financiarem-se os grandes déficits do setor estatal, teve como efeito o aparecimento de estímulos para a expansão da produção de bens de consumo não-duráveis, destinados, em geral, às populações de baixa renda e localizada em áreas de grande contingente populacional e onde havia facilidade para a obtenção de matérias-primas.

Mesmo que não seja considerada por Caio Prado como um fator essencial para o processo de industrialização no Brasil, no entanto, a vinculação entre a expansão industrial

(7) PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil, p. 168.

brasileira do final do século XIX com o acúmulo de capitais gerados pelo crescimento das receitas auferidas no setor cafeeiro merece, por sua importância para o entendimento da dinâmica da economia brasileira, um exame um pouco mais detalhado. É certo que o fluxo de renda gerado pelo café, somado às transformações sociais decorrentes da introdução de formas assalariadas de remuneração da mão-de-obra são fatores essenciais para o crescimento do número de indústrias no país.

A questão central reside em compreender-se a natureza dos vínculos existentes entre o setor industrial e o setor cafeeiro, além da inserção do sistema como um todo no contexto da economia capitalista da época. Dessa maneira pode-se avançar na compreensão do alcance e dos limites do crescimento industrial nos primeiros anos da República, quando ocorre o que pode ser considerada a transição econômica para a industrialização, no Brasil.

A análise de fatores estruturais da economia brasileira, empreendida por Celso Furtado e retomada, após a crítica, por João Manuel Cardoso de Mello, apresenta, em relação à questão suscitada, a possibilidade de perceber-se o movimento de inserção das estruturas internas da economia nacional no contexto do MPC, em uma fase ainda dominada, no Brasil, pelo capital mercantil. Em primeiro lugar, segundo esses autores, o crescimento industrial no Brasil, nos últimos anos do século XIX, relaciona-se com períodos de crescimento da rentabilidade do produto exportável. Esse crescimento gerava um excedente de capital monetário que não poderia ser todo aplicado no setor cafeeiro, na medida em que, em especial a partir de 1906, com o Convênio de Taubaté, foram estabelecidos limites para a expansão dos cafezais. Por outro lado, o aumento da imigração

para o Brasil, quando o país passa a ser considerado um destino atrativo para os grandes contingentes populacionais que abandonavam uma Europa - e principalmente a Itália - em crise, relaciona-se com a expansão a economia nacional gerada pelo setor de exportação, em um período de dificuldades na economia norte-americana e de estagnação na Argentina, o que fez com que o Brasil pudesse suplantar estes dois países como ponto final do fluxo migratório.

De acordo com J.M.C. de Mello, portanto, a associação entre o setor cafeeiro e o setor industrial se dá porque:

"Em outras palavras, havia um 'vazamento' de capital monetário do complexo exportador cafeeiro porque a acumulação financeira sobrepassava as possibilidades de acumulação produtiva. Bastava, portanto, que os projetos industriais assegurassem uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros, para que se transformassem em decisões de investir." (8)

A viabilidade do setor industrial era assegurada, segundo o autor, por fatores como a expansão do mercado gerada pela imigração, além do crescimento da capacidade de importar gerada pela expansão das receitas do café, garantindo o fluxo de bens de produção:

"Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade de importar capaz de garantir a com

(8) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 143-144

pra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial." (9)

É preciso, no entanto, levar-se em conta que a opção brasileira pela industrialização centrada no departamento de bens de consumo não-duráveis deu-se dentro de um contexto em que condições estruturais delimitam as possibilidades de inversão de capitais liberados pelo setor cafeeiro. Em primeiro lugar, o setor de bens de consumo apresenta uma grande demanda por produtos de vestuário e alimentação, de baixo custo, e que poderia ser adequadamente suprida pela produção interna. Este amento de demanda deve-se sobretudo aos fatores que acompanham a transição para o trabalho assalariado em fins do século XIX. Além do mais, é preciso considerar-se o alto custo de implantação de unidades de produção de bens de capital, acima das possibilidades dos investidores nacionais. Os custos financeiros e tecnológicos para a implantação de uma grande usina metalúrgica, por exemplo, tornavam o empreendimento proibitivo para os capitais privados nos países latino-americanos. Somente a vontade política e os investimentos estatais poderiam, naquele momento histórico específico, suprir as deficiências da acumulação de capitais nos países subdesenvolvidos.

Dentro dos limites acima apontados, que de certa forma indicam os rumos do processo de industrialização no Brasil, resta ainda acompanhar um fator de extrema importância para o entendimento do desencadear da industrialização: a formação de um mercado de trabalho assalariado e, conseqüentemente,

(9) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 147.

a expansão de um mercado interno capaz de dar suporte ao escoamento da produção de indústrias instaladas no país.

Segundo Paul Singer, a questão do crescimento do mercado interno representa um fator a ser considerado no estudo da industrialização incipiente que acompanha o período de transição entre o Império e a República no Brasil. Esse crescimento se faz, segundo o autor, pelo aumento da imigração a partir de 1885, quando, em termos numéricos, o Brasil passa a suplantar inclusive os EUA e a Argentina, destinatários tradicionais, como receptor de imigrantes europeus. A importância do fluxo migratório da Europa para o Brasil, em especial para São Paulo, conforme acentua Singer, pode ser comprovada quando se tem em vista as grandes quantidades de entradas, conforme mostram as tabelas abaixo:

TABELA 2

BRASIL: IMIGRAÇÃO TOTAL NO PAÍS
E EM SÃO PAULO, POR PERÍODOS, 1884-1920

PERÍODO	BRASIL	SÃO PAULO
1884-1887	145.880	53.023 = 36,3%
1888-1890	304.054	157.781 = 51,9%
1891-1900	1.129.315	733.335 = 64,9%
1901-1920	1.469.095	857.149 = 58,3%

Fonte: dados originais do IBGE e Dep. Estadual Estatística de São Paulo. Cf. A. Villa nova Villela (1975), p. 253.

TABELA 3

BRASIL
MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA NO PAÍS
TOTAL = 100
(Em percentagem)

	1872	1900	1920
Total ocupado	209.415	762.669	867.076
Agricultura	55,2	43,9	44,9
Indústria	10,1	8,0	24,2
Serviços	34,7	48,1	30,9

Fonte: dados originais em Recenseamento Geral do Brasil, (1920). Dados de 1872 a 1900 resumidos na introdução. Cf. A. Villanova Villela (1975) p. 256.

Embora a mão-de-obra externa se dirigisse, a princípio, predominantemente para o setor agrícola, conforme pode ser visto na TABELA 3, o certo é que a entrada de um grande contingente populacional, portador de hábitos de consumo que por mais modestos que fossem deveriam ser superiores aos de grande parte da população do país, acabou por favorecer a expansão de um mercado interno e estimular a industrialização, via substituição de importações, no setor de bens de consumo não-duráveis, especialmente. É o que afirma Paul Singer, por exemplo:

"Teoricamente, este mercado interno em expansão poderia ser abastecido pela importação. Mas, para os artigos de menor valor, que eram os consumidos pela nova massa de assalariados, o custo do transporte onerava fortemente os preços, ofere

cendo substancial margem de proteção à produção local. No início da República (1890), esta margem foi ampliada pela elevação das tarifas aduaneiras, que visava aumentar a receita fiscal do Estado. Desta maneira, começaram a se desenvolver a indústria têxtil e outros ramos da indústria leve." (10)

De qualquer forma, fica claro que o surto de industrialização que marca o surgimento da República no Brasil, incipiente e sem continuidade, não representa ainda o surgimento de um verdadeiro processo de industrialização no país, na medida em que se afigura insuficiente e limitado estruturalmente para que possa conduzir a significativas transformações nas relações de produção vigentes na economia nacional no período.

Um último aspecto merece destaque no momento em que acentua-se o crescimento da industrialização no Brasil, nos moldes acima delimitados.

As transformações econômicas geradas pela expansão da economia cafeeira, com a instauração de um mercado de trabalho assalariado no Brasil, fator fundamental para o desenvolvimento de relações capitalistas de produção, foram acompanhadas por um primeiro debate mais amplo acerca dos rumos a serem seguidos na produção nacional. O aparecimento das primeiras vozes em defesa da industrialização é um fato tão importante quanto as transformações estruturais na economia, pois indica que o processo de desenvolvimento já começa a ser pensado dentro de moldes alternativos aos que então vigoravam com exclusividade.

(10) SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento." in Boris FAUSTO (org.) História Geral da Civilização Brasileira III (4) p. 212-213.

Nos últimos anos do período monárquico, pela primeira vez, de modo mais sistemático na História do Brasil, questões relacionadas com a industrialização são levadas à discussão pública, sendo colocada então a possibilidade de uma opção à tese corrente, e prevalecente, de que o Brasil deveria manter a sua posição "natural" de produtor de bens primários para a exportação. Em 1876, em discussões realizadas na recém-criada Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi aprovada uma resolução que, entre outras coisas afirmava que:

"Se o Brasil não é um país industrial, é preciso que o seja, pois que sua produção, objeto principal de sua exportação, vai continuamente encontrando novos obstáculos, devidos ou à recentes culturas dos mesmos produtos ou a aumentos de direitos nos países importadores." (11)

Em 1880-81 foi fundada e organizada a Associação Industrial, no Rio de Janeiro, que teve como seu primeiro presidente Antônio Felício dos Santos, um dos grandes defensores das propostas para a industrialização do país, ao lado de figuras já bastante conhecidas como as de Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, ou de Serzedelo Corrêa, por exemplo. Segundo Nícia Villela Luz, é de autoria de Felício dos Santos um manifesto, divulgado em 1882, onde se atacava o liberalismo, proclamando a necessidade de se estabelecerem medidas de proteção à indústria nacional. Sobre esse manifesto afirma Wanderley Guilherme dos Santos:

"Defendia-se, no fundamental, a necessidade de

(11) LUZ, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização no Brasil, p. 53.

se industrializar o país como condição para que se tornasse efetiva sua indenpendência política. Independência, via industrialização, era a tese básica daqueles homens, políticos e negociantes, que se opunham à situação de subalternidade em que vegetava o Estado brasileiro." (12)

Ao mesmo tempo em que alguns setores, ou mesmo alguns indivíduos isolados procuravam encontrar maneiras para que se rompessem os laços de dependência que atrelavam a economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo internacional, pregando a necessidade de se industrializar o país, os setores dominantes internos, por sua vez, desconsideravam a necessidade de se transformarem as bases consideradas "naturais" da produção nacional. Para contrabalançar a tese da industrialização a qualquer custo, Joaquim Murтинho, Ministro de Campos Sales, propõe uma diferenciação entre "indústria natural" e "indústria artificial", combatendo a idéia de que o Estado deve estender a sua proteção indiscriminadamente a toda e qualquer atividade econômica. Murтинho critica em especial o processo desencadeado a partir da expansão econômica derivada do período de emissões conhecido como "encilhamento":

"Como todo o desenvolvimento precipitado, ele se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável à previsões. Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola exagerada do café, os dois fatores da devalorização da nossa produção." (13)

(12) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Desenvolvimentismo: ideologia dominante." Tempo Brasileiro, 1 (2): 156.

(13) LUZ, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização no Brasil, p. 86.

As influências do pensamento de Joaquim Murтинho aparecem claramente na fala de Campos Sales, que em sua Mensagem Presidencial, enviada ao Congresso Nacional no início da legislatura de 1899, definia o que, no seu entender, significava ser mais correto em termos de orientação econômica para o Brasil:

"É necessário retornar aos sãos princípios econômicos, isto é, tratar de exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições que os outros povos, e procurar importar o que eles possam produzir em melhores condições do que nós."

(14)

É possível perceber-se, nos últimos anos do século XIX, dessa maneira, a existência de um setor industrial já organizado, que, embora de maneira incipiente, tem meios de se fazer ouvir e de conduzir algumas pressões no sentido de fazer avançar a industrialização no país. No entanto, dadas as condições políticas vigentes na sociedade, com a predominância dos setores oligárquicos ligados à monocultura de exportação, em termos reais a produção industrial, concentrada no setor de bens de consumo não-duráveis, ainda ocupa um lugar subalterno no contexto da produção nacional.

Gabriel Cohn, quando aborda os "problemas da industrialização no século XX", no Brasil, após afirmar o caráter de PROCESSO que deve acompanhar o verdadeiro desenvolvimento industrial, destaca o fato de sua "irreversibilidade", fato este que o distingue do surgimento de meros "surtos" industriais:

(14) SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Desenvolvimentismo: ideologia dominante." Tempo Brasileiro, 1 (2): 159.

"Já a instauração de um processo industrializante tem raízes mais profundas, que por vezes nem mesmo se traduzem imediatamente na criação de indústrias, mas que configuram um movimento que, uma vez iniciado, é IRREVERSÍVEL." (15)

Nesse sentido, é possível pensar-se que mesmo não sendo dotada a industrialização brasileira, no período, de um sentido e uma continuidade que lhe imprimam características mais amplas do que as de um extenso "surto" industrial, alguns elementos, como a formação do mercado de trabalho assalariado e o aparecimento dos primeiros exemplos de uma incipiente "mentalidade industrial", indicam a possibilidade de uma expansão do processo, como se dará, efetivamente, nas duas primeiras décadas do século XX.

1.4. O crescimento industrial na República Velha

Em termos econômicos, no período que vai de 1890 a 1930 é possível perceberem-se mudanças significativas na composição das estruturas de produção nacionais. Essas mudanças podem ser vistas como que representando um esboço de transição rumo a um autêntico processo de industrialização. O grande crescimento do setor industrial, quando o número de estabelecimentos salta de 200 para 600, como já vimos, tem continuidade no período republicano, conforme se vê no quadro seguinte:

(15) COHN, Gabriel. "Problemas da Industrialização no Século XX". in Carlos G. MOTA (org.) Brasil em Perspectiva, p. 284

ANO	ESTBMENTOS.	CAPITAL	EMPREGOS
1907	3.258	665.663\$000	150.841
1920	13.336	1.815.156\$000	275.512

capital = mil-reis.

Fonte: Caio Prado Jr. (1976), p. 260

A política econômica dos primeiros governos republicanos não apresenta, de maneira geral, muitos aspectos de continuidade. A política monetária, por exemplo, sofreu bruscas variações nos quinze primeiros anos da República. Rui Barbosa, durante o governo de Deodoro da Fonseca, procurou expandir a base monetária através de um sistema de liberdade de emissões, visando conseguir um maior dinamismo na produção nacional. Foi o período conhecido como "encilhamento", quando os altos índices de emissões conduziram a economia nacional a um estado de euforia e especulação até então inéditos. No final dos anos 90, Joaquim Murtinho, ministro do Campos Sales, imprimiu à economia uma orientação recessiva, sendo a sua política seguida também no período presidencial seguinte, o de Rodrigues Alves.

À expansão da moeda, que foi usada a princípio como forma de se "liberar" a economia e promover um surto general de progresso, mas que terminou em ampla especulação seguida de falências e quebras generalizadas, seguiu-se um período de retração, onde a filosofia imperante não privilegiava a proteção de "indústrias artificiais". A TABELA 4 nos mostra a variação percentual do saldo de emissões no período 1890 - 1910, com seus momentos de expansão e de retração nas emissões:

TABELA 4

BRASIL - SALDO DO PAPEL-MOEDA EMITIDO: 1890-1910

ANO	ÍNDICE: 1822=100	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1890	3.260	+ 51,6
1891	5.601	+ 71,8
1892	6.119	+ 9,2
1893	6.889	+ 12,5
1894	7.767	+ 12,7
1895	7.382	- 4,9
1896	7.767	+ 5,2
1897	8.508	+ 9,5
1898	8.487	- 0,2
1899	8.000	- 5,7
1900	7.305	- 8,6
1901	7.414	+ 1,4
1902	7.371	- 0,5
1903	7.360	- 0,1
1904	7.349	- 0,1
1905	7.294	- 0,7
1906	7.654	+ 4,9
1907	8.112	+ 5,9
1908	7.872	- 2,9

Continua...

ANO	ÍNDICE: 1822=100	VARIAÇÃO PERCENTUAL
1909	9.311	+ 18,2
1910	10.086	+ 8,3

Fontes: J. F. Normano - "Evolução econômica do Brasil"

Conjuntura Econômica, Dez. 1949.

Relatórios do Ministério da Fazenda.

Relatórios do Banco do Brasil S.A.

IBGE - "Anuários Estatísticos".

Calógeras - "La Politique Monetaire du Brésil, 1910".

Cit. p/ Simonsen, Mário Henrique (1964)

P. 106-107.

Na TABELA 4 estão claramente perceptíveis os aumentos nas emissões durante a gestão de Rui Barbosa, em 1890 - 1891. De 1892 a 1897 a República enfrentou sérios problemas militares, com a Revolução Federalista no sul do país, a Revolta da Armada, que deixou a capital bloqueada por longos meses, e a Guerra dos Canudos, que mobilizou a metade dos efetivos militares federais da época. Somente em 1898, no governo Campos Sales, foi possível iniciar-se uma política de retração na base monetária nacional, política esta que, por sinal, foi também uma imposição dos credores internacionais com quem se negociou a consolidação da dívida externa - o funding loan - em 1898.

A política recessiva de Joaquim Murinho apresentu alguns efeitos importantes na vida econômica nacional, que devem ser vistos em função de sua importância para a compreensão do crescimento industrial no período. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que o Brasil era, à época, extremamente dependente das suas trocas exteriores para o abastecimento de bens de

consumo, de matérias primas e de bens de capitais para o mercado interno. A política econômica implementada resultou em uma significativa diminuição das importações, entre 1901 e 1905, com efeitos mais notáveis no setor de bens de capital, como se pode ver na tabela abaixo:

TABELA 5

BENS DE CAPITAL: 1902 - 1904 (1901 = 100)
 IMPORTAÇÃO, ÍNDICE DE QUANTIDADE

ANO	1902	1903	1904
TIPO DE BENS p/indústria	55,82	66,86	72,75
p/agricultura	100	130,10	132,10
total	49,33	56,09	61,46

Fonte: dados primários do Ministério da Fazenda, Serviço de Estatística Econômica e Financeira (MF/SEEF). Cf. A. Villanova Villela (1975), p. 429-432.

Após esse período recessivo as importações brasileiras voltarão a crescer continuamente, com exceção para o período delimitado pela Primeira Guerra Mundial. Esse crescimento apresenta, no entanto, a característica peculiar de se concentrar marcadamente no setor de bens de consumo duráveis, enquanto que o setor de não-duráveis apresenta uma queda constante no período, numa clara indicação dos rumos apresentados pelo crescimento industrial via substituição de importações. Os números da tabela seguinte mostram que as importações de não-duráveis, em 1920, não alcançam os níveis de 1900, enquanto que as impor

tações de bens de consumo duráveis, que sofrem um decréscimo durante a Guerra, sobem rapidamente ao término do conflito:

TABELA 6

IMPORTAÇÃO POR TIPOS DE BEM: 1901 - 1920
ÍNDICES DE QUANTIDADE (1901 = 100)

ANO	1901	1905	1910	1915	1920
TIPOS DE BEM					
cons. duráveis	100	134,28	307,53	91,50	453,26
cons. n-duráv.	100	99,49	103,93	52,20	74,26
combustíveis	100	122,97	192,38	176,58	190,40
matéria-prima	100	152,31	216,11	118,59	185,34
de capital	100	94,00	198,35	48,36	215,95

Fonte: dados primários do Ministério da Fazenda, Serviço de Estatística Econômica e Financeira (MF/SEEF). Cf. A. Villanova Villela, (1975) p. 429-431.

Os números acima podem ser transformados em percentuais, mostrando mais detalhadamente o comportamento das importações brasileiras, completando o quadro que aponta para um crescimento industrial no setor de bens de consumo não-duráveis, indicado pela diminuição deste item na pauta de importações brasileiras, além do acréscimo das entradas de matérias-primas e de bens de capital, como se pode ver na TABELA 7:

TABELA 7

IMPORTAÇÕES, DADOS PERCENTUAIS POR
SETOR ECONÔMICO.

ANO SETOR	1901	1920
Bens de consumo	40,21	25,54
duráveis	2,81	9,97
não duráveis	37,31	15,57
matérias primas	38,25	51,54
bens de capital	5,65	11,54

Fonte: MF/SEEF: dados primários. Cf. A. Villanova
Villega. (1975), p. 435-436.

Ao final da República Velha o setor industrial já apresenta um crescimento significativo no Brasil. Esse crescimento, ainda que não tenha sido planejado, mantém-se como uma constante na vida econômica nacional no período. Crescem também em importância as reivindicações do setor industrial, pois a expansão do processo de substituição de importações acaba por lhe conferir maior importância política, na medida em que passa às suas mãos uma parcela cada vez maior de responsabilidade no abastecimento de bens de consumo para a população.

Outra característica a ser considerada é, como

lembra Caio Prado Jr., a presença cada vez maior do capital estrangeiro aplicado na indústria. Isso se dá na medida em que os capitais norte-americanos vão penetrando na economia nacional, e, ao contrário dos ingleses que se localizam basicamente no setor financeiro, são destinados preferencialmente para o setor produtivo. Segundo Caio Prado:

"Na indústria manufatureira, as inversões de capital estrangeiro resultam geralmente da luta de grandes empresas pela conquista de mercados. Para penetrarem no Brasil com seus produtos, começam instalando agências comerciais. Depois, para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, dos transportes, para se aproveitarem da mão-de-obra barata ou para se adaptarem melhor às peculiaridades do mercado brasileiro, transferem para o país, na medida do possível, e das suas conveniências próprias, parte e às vezes todo o processo de produção, estabelecendo nele indústrias subsidiárias." (16)

Em síntese, como uma espécie de coroamento do crescimento industrial através de "surto de industrialização", o período que abrange a República Velha, apesar de todas as resistências encontradas, como na política de Joaquim Murinho e Campos Sales, por exemplo, representa, em termos de mudanças reais nas estruturas da produção nacional, o momento de afirmação daquela irreversibilidade de que nos fala Gabriel Cohn.

(16) PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil, p. 273.

CAPÍTULO 2

A "INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA": 1930-1955

2.1. Os estrangulamentos externos e o processo de substituição de importações

Vimos anteriormente, de forma resumida, que as possibilidades de crescimento industrial no Brasil, através de "surtos de industrialização" no século XIX, foram limitadas pela existência de importantes fatores de ordem externa e interna. Dentre os primeiros, destaca-se o caráter dependente da economia nacional em relação aos centros hegemônicos do sistema capitalista internacional. Quanto aos fatores de ordem interna, é possível se alinhar entre os mais importantes a estrutura de classes vigente, que representava tanto política quanto economicamente os interesses do setor agrário ligado à monocultura de exportação. Pesava também, até os últimos anos do Império, a existência de um reduzido mercado consumidor nativo, incapaz de dar suporte às tentativas pioneiras de se promover a produção autóctone de determinados bens manufaturados.

Procuramos também acompanhar as transformações ocorridas a partir do último quartel do século XIX, com a crescente diversificação de uma economia que, ainda voltada para o mercado externo, já começava, no entanto, a ensaiar os seus primeiros passos nos rumos de uma participação mais importante do

setor de mercado interno. O processo de substituição de importações incipiente e concentrado no setor de bens de consumo não-duráveis, estimulado pela expansão do mercado gerada pelo crescimento populacional via imigração, além do crescente fluxo de renda derivado da ascensão do café no mercado internacional, nos primeiros anos de República, indicava a expansão e diversificação nas bases da produção industrial autóctone.

O crescimento do setor industrial, no Brasil, nos vinte primeiros anos do século XX, portanto, já pode ser considerado suficientemente grande para que se possa pensar na "irreversibilidade" da qual nos fala Gabriel Cohn. As condições internas, com as mudanças estruturais - aumento dos mercados consumidores, urbanização, etc. - foram completadas pelas novas condições do capitalismo internacional, que se encontra no limiar da sua nova fase, o "capitalismo monopolista", onde a conquista e manutenção de novos mercados importa na transferência de determinadas parcelas do processo produtivo para os países periféricos. Florestan Fernandes, no primeiro parágrafo da Introdução à sua obra "A Revolução Burguesa no Brasil", chama a atenção para a existência de um ANTES e de um DEPOIS, quando se procura compreender o processo de desencadeamento do desenvolvimento do capitalismo no país. O momento anterior é dado pela vigência, nas relações de produção, do modelo gerado a partir da economia agro-exportadora. O momento posterior é aquele em que as forças políticas dominantes na sociedade transformam em realidade concreta a alternativa - entre as que se colocam; como possibilidade, com maior ou menor viabilidade - que melhor se adapta a seus interesses específicos. A década de 50, nesse sentido, representa um período privilegiado para que se percebam as contradições sócio-econômicas e as alternativas possíveis para o processo de

industrialização no Brasil, na medida em que nesta época são de finidos alguns dos traços mais importantes do processo de desenvolvimento nacional, como, por exemplo, o papel a ser reservado para o capital estrangeiro aplicado no país.

Para esta dissertação interessa, na composição deste quadro referencial para o atendimento do processo de criação das Universidades do Trabalho, fenômeno este relacionado, com certeza, às características específicas do desenvolvimento industrial brasileiro e de sua ideologia, nos anos 50 e 60, acompanhar as linhas gerais do processo de desenvolvimento econômico nacional. Assim, o estudo que se segue, centrado na dinâmica do desenvolvimento nacional a partir da década de 30, e com o acompanhamento especial da transição realizada em meados dos anos 50, objetiva, principalmente, completar um esboço de acompanhamento das linhas gerais do processo de inserção da economia brasileira no sistema capitalista de produção, de maneira a permitir a compreensão do papel reservado, segundo as idéias vigentes à época, à qualificação do trabalhador e do significado do projeto mineiro, específico, de criação de instituições de ensino superior voltadas para a formação de mão-de-obra para a indústria.

Embora se possa, como faz Caio Prado Jr. e alguns outros autores de orientação marxista (como Nelson W. Sodr e), considerar-se a economia brasileira como sendo parte integrante do (e integrada ao) desenvolvimento do Modo de Produ o Capitalista desde os tempos coloniais, na medida em que todo o seu setor produtivo din mico, seja o do a u ar ou do ouro, por exem

plo, sempre se orientou para a realização de valor no mercado externo, é certo que, em um sentido mais estrito e preciso, o processo de inserção da economia nacional nas relações capitalistas de produção somente se aprofunda a partir das transformações acarretadas pelo surgimento da hegemonia do setor cafeeiro na vida econômica nacional, e mais especificamente, na medida em que a produção do café passa a exigir a utilização de mão-de-obra assalariada como forma específica de manter os seus níveis de lucratividade.

A produção e comercialização do café trazem consigo o aparecimento de um setor dinâmico na economia, ao qual se ligam capitais internos e estrangeiros, capitais aplicados diretamente na produção e capitais utilizados para o financiamento da comercialização desta produção, além de outros empregados na melhoria dos sistemas de transportes, dos serviços públicos, etc.. Apesar da existência e da importância dessa diversificação de capitais, no período é ainda o capital mercantil, do qual depende o setor produtivo para a realização do seu produto, o setor hegemônico dentre o grupo socialmente dominante. Assim sendo, pode-se caracterizar o período de ascensão e de apogeu do café como sendo um período de transição, no qual a economia brasileira, integrada externamente ao MPC, passa a incorporar nas suas relações internas de produção algumas das características mais importantes do capitalismo, como por exemplo a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado. O surgimento dessa força de trabalho assalariado pode ser vista, inclusive, como faz João Manuel Cardoso de Mello, como sendo o traço distintivo que diferencia a economia pré-capitalista da capitalista no Brasil:

"... a diferença fundamental entre a economia co

lonial e a economia primário-exportadora encontra-se, exatamente, nas distintas relações sociais básicas que lhes estão subjacentes: trabalho compulsório, servil ou escravo, de um lado, e trabalho assalariado de outro.

Isto posto, não é difícil compreender que o surgimento das economias exportadoras organizadas como o trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina." (17)

O desenvolvimento do capitalismo deve ser associado, além do mais, a um processo de industrialização. Para que se desencadeasse, durante a chamada República Velha, um processo de tal ordem, seria preciso que o setor industrializante tivesse força suficiente para impor ao processo uma orientação que tivesse como objetivo consolidar a sua auto-sustentação, com a passagem para a produção de bens de capital, por exemplo. Além do mais, é de se supor que seriam necessárias condições externas de transferência de capitais e de tecnologia que pudessem contribuir para um possível processo industrializante no Brasil, fato, no entanto, extremamente improvável em uma fase em que o acirramento da competição entre os grandes capitais tornava crucial a questão da manutenção do sigilo e exclusividade nos métodos de produção, como um dos meios de se manter a dominação de mercados consumidores no exterior.

Quando se analisa o crescimento industrial no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, pode-se perceber que a industrialização não logrou avançar, de maneira consistente, além dos limites de um processo de substituição de importações

(17) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 31.

de bens de consumo não-duráveis. Para Sônia Draibe, tanto quanto para João Manuel Cardoso de Mello, este é um período de "transição capitalista", pois:

"Conforma-se uma estrutura econômica na qual aparecem as diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o produtivo, ligado às atividades de exportação, o capital estrangeiro com suas investições em sistemas de transportes, serviços públicos, etc., e finalmente, o capital industrial. Apesar da acentuada diversificação das formas de capital, a economia é dominada pelo capital mercantil." (18)

Para João Manuel Cardoso de Mello, o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, e no Brasil, associado ao que denomina "industrialização capitalista retardatária" (op. cit. p. 95) não se confunde com o mero crescimento de um setor industrial sob a hegemonia do capital mercantil ligado à realização de valor do setor agro-exportador. O processo de criação das "bases materiais" do capitalismo deve, para o autor, relacionar-se com "a constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a AUTODETERMINAÇÃO do capital, vale dizer, de liberar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital."(19) Nesse sentido, a industrialização deve ser compreendida como o elemento central para a constituição do capitalismo nas economias latino-americanas, pois:

"A industrialização capitalista, portanto, deve

(18) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 12.

(19) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 97-98.

ser entendida como processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial."(20)

João Manuel Cardoso de Mello distingue duas fases no processo de desenvolvimento industrial brasileiro. A primeira delas abrange o período que vai de 1933 a 1955, e segundo o autor, pode ser caracterizada como uma etapa de "industrialização restringida":

"Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer diante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial." (21)

Um novo padrão existe, em se falando do processo de acumulação na economia brasileira, porque o setor dinâmico, após um período de transformações graduais, passa a ser o setor

(20) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 97

(21) id. ibid., p. 110

industrial.

A Revolução de 1930 deve ser considerada, para fins analíticos, como o ponto de ruptura que marca o início do novo padrão de acumulação na economia brasileira. Isto não quer dizer que as transformações aconteceram imediatamente, ou em de corrência direta, sem mediações, da tomada do poder por parte dos partidários da Aliança Liberal, mas sim que, com o movimento de 3 de outubro inicia-se um momento na vida nacional em que existem condições políticas para que outras forças que não as oligarquias cafeeiras passem a pesar na condução da acumulação no Brasil. O processo de industrialização exige, para ser leva do a termo, vontade política, planejamento e muitas vezes a in tervenção do setor público na execução de determinados serviços de infra-estrutura necessários para sua continuação. Exige, por tanto, que seja considerado como necessário por parte dos grupos que controlam a máquina estatal, principalmente quando se tem em conta a situação de dependência dos países latino-americanos, como o Brasil. Com a quebra da hegemonia do setor cafeeiro, e o aparecimento de outros grupos capazes de pelo menos contrabalançar o poderio dos interesses das antigas oligarquias paulistas, instaura-se no Brasil uma situação que, como será vis to mais adiante, em termos políticos favorece o desenvolvimento da industrialização.

No que concerne às variáveis estritamente econômicas, o período 1930-1933, ainda no Governo Provisório de Getúlio Vargas, apresenta uma queda acentuada na capacidade de im portar brasileira, como consequência da crise que abalou em 1929 as economias dos países capitalistas mais desenvolvidos. Este fato, segundo Maria da Conceição Tavares, foi de grande importância para a transformação das estruturas econômicas no Brasil:

"A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou de imediato uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar da maior parte dos países da América Latina, a qual depois da recuperação não voltou, em geral, aos níveis da pré-crise." (22)

Em termos mais específicos, pode-se ver pela TABELA 9, abaixo, que embora os níveis quantitativos das exportações brasileiras tenham se mantido de certa forma constantes, a receita auferida cai significativamente, ao passo que os custos dos produtos importados se mantêm estáveis. Dessa maneira tem-se uma acentuada diminuição na capacidade de importar, que, na prática, se traduz na diminuição do "quantum" de importações.

TABELA 9

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
 ÍNDICES DE QUANTIDADE, PREÇOS, RELAÇÃO DE TROCAS
 E CAPACIDADE DE IMPORTAR
 1928-1935
 BASE: 1928=100

ANOS	índices de Quantum		índices de Preços		capacidade de importar	relação de trocas
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.		
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Continua...

(22) TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, p. 32-33.

ANOS	Índices de Quantum		Índices de Preços		capacidade de importar	relação de trocas
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.		
1929	101,3	105,2	94,2	92,4	103,2	98,1
1930	62,9	111,5	100,9	65,7	72,6	65,1
1931	45,8	124,8	111,1	68,6	77,0	61,7
1932	41,6	97,0	98,7	65,9	64,8	66,8
1933	56,9	121,7	103,1	58,4	68,9	56,6
1934	61,4	131,3	110,3	66,3	78,9	60,1
1935	61,3	139,7	170,2	74,0	60,8	43,5

Fonte: Dados Primários do SEEF/MF

Cf. A. Villanova Villela, (1975), p. 427

Durante as primeiras décadas do século XX a economia brasileira experimentou diversos outros períodos de diminuição da capacidade de importação, como ocorreu, por exemplo, durante a Primeira Guerra Mundial. Nestes períodos de crise, normalmente os governos do país procuraram, através de medidas cambiais, defender o valor do produto de exportação, além de impor determinadas restrições, ou regras seletivas, quanto às importações. A conjunção desses dois fatores teve como consequência a possibilidade do crescimento industrial via substituição de importações, principalmente no setor de bens de consumo não-duráveis.

Na década de 30, como resposta às transformações econômicas causadas pela crise internacional, algumas medidas foram tomadas com vistas à defesa das economias nacionais, na América Latina e no Brasil, com consequências sobre o processo

de industrialização:

"A profundidade do desequilíbrio externo fez com que a maior parte dos governos (da América Latina) adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Medidas que consistiram basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando antes defender-se contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna. No entanto, o processo de industrialização que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu apoio na manutenção da renda interna resultante daquela política." (23)

Mas, se as políticas defensivas até então adotadas no Brasil como respostas às crises do setor externo não tiveram o poder de desencadear transformações qualitativas na estrutura da produção nacional, a partir da década de 30, como consequência de todo o processo prévio de crescimento industrial, pode-se notar a existência de variáveis novas no contexto das articulações econômicas nacionais. Em primeiro lugar, é preciso se ter em conta que o crescimento industrial previamente alcançado fez com que o peso específico da indústria fosse, na década de 30, grande o suficiente para que o setor pudesse ser considerado na formulação das políticas econômicas. Ou, conforme afirma Maria da Conceição Tavares, houve uma mudança das "variáveis dinâmicas" da economia:

"A importância das exportações como principal de

(23) TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, p. 33.

terminante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável endógena investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento." (24)

Uma mudança de tal ordem nas estruturas econômicas se relaciona estreitamente com novas composições políticas. Assim, o estudo do processo de desenvolvimento econômico, no período que vai até meados da década de 50, deve ser associado à conjuntura política que permitiu, pela primeira vez, que o processo de industrialização pudesse ser pensado e planejado como uma alternativa viável para a economia brasileira. Isto significa que um estudo da economia não pode prescindir do conhecimento do que se passa no setor estatal, pois como afirma Sônia Draibe:

"De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses sociais e se transformou numa arena de conflitos, todos eles "politicizados", mediados e arbitrados pelos seus agentes." (25)

(24) TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, p. 34.

(25) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 20.

2.2. As transformações políticas nos anos 30 e 40

O estudo de algumas das características do desenvolvimento industrial brasileiro até meados da década de 50 exige que se faça, ao mesmo tempo, o exame das condições políticas que, a partir de 1930, contribuíram para mudanças na estrutura econômica nacional. De maneira resumida, procurarei acompanhar algumas das principais interpretações acerca do movimento de 1930.

A Revolução de 1930, normalmente, é apontada como um momento histórico em que instauram-se novas formas de articulação da dominação de classes no Brasil. Em geral, o movimento de 3 de outubro é associado à expansão da dominação burguesa no Brasil. Uma das principais características deste processo de aburguesamento das instituições políticas e estruturas econômicas seria a expansão da industrialização no Brasil. Esta industrialização faria parte de um projeto da burguesia nacional, e estaria em oposição às formas tradicionais de exploração da monocultura de exportação. Neste capítulo veremos até que ponto estas afirmações acima podem ser consideradas verdadeiras, em que medida devem ser substituídas por alternativas de análise mais adequadas.

Uma das primeiras tentativas de explicação do movimento de 30, e que se tornou "clássica", é dada por Virgínio Santa Rosa, em sua obra "O Sentido do Tenentismo", publicada pela primeira vez em 1933, ainda no calor dos acontecimentos que abalaram o país em 1932.

Procurando analisar a composição social dos campos antagônicos na República Velha, Santa Rosa alinha, de um lado,

o que chama de "grande burguesia", conceito amplo que engloba desde representantes do capital industrial até os membros de tradicionais oligarquias cafeeiras de São Paulo. A "grande burguesia", o setor dominante, é associado pelo autor à detenção de riqueza material e manutenção do status quo. De outro lado, está a "pequena burguesia", formada por um aglomerado de indivíduos pertencentes a diversas categorias de trabalhadores urbanos - funcionários públicos, profissionais liberais e mesmo os operários das fábricas -, além dos que o autor denomina de "os párias quase inconscientes dos campos". (26)

A simplificação operada ao nível dos conceitos, que resulta num esquema bipolar, reconhecido pelo próprio Virgí^unio Santa Rosa, é justificada pelo autor como decorrente da estrutura social amorfa vigente no Brasil, onde não são "muito profundos os sulcos que distinguem os diversos setores de nossa vida econômica." A oposição entre os dois grupos levaria, com o acirramento dos ânimos, a um confronto inevitável, na medida em que "todos os projetos de lei tendentes a favorecer a pequena burguesia esbarravam de encontro à resistência invencível e dominadora dos interesses latifundiários" (27), evidenciando-se assim a inviabilidade de transformações dentro do quadro jurídico e legislativo em funcionamento à época.

A "pequena burguesia", explorada e dominada em uma ordem político-econômica que privilegiava a defesa dos interesses dos grandes "capitalistas" (termo associado à posse de riqueza material), não conseguiria, no entanto, por si só, con

(26) SANTA ROSA, Virgí^unio. O sentido do Tenentismo, p. 27

(27) SANTA ROSA, Virgí^unio. O sentido do Tenentismo, p. 35.

duzir uma revolução contra o sistema em vigor, na medida em que se mostrava, para o autor, dispersa, sem consciência política formada e sem orientação para a ação. Apenas um grupo a ela vinculado, por suas origens individuais, poderia, segundo Santa Rosa, tomar a seu cargo a condução do processo revolucionário. Eram os militares, e mais especificamente falando, os "tenentes", grupo de oficiais jovens que, desde 1922, vinham promovendo uma série de ações armadas contra o governo federal:

"E, por isso, quando os militares, em crise de indisciplina, lançaram mão do mal-estar nacional, aproveitando-o como matéria prima, as populações urbanas exultaram, na afoiteza de fazer saltar os bujões da lei e códigos prejudiciais ao seu expansionismo fatal, à sua ascensão como classe social." (28)

A Aliança Liberal aparecia, então, como o "remanejo acolhedor" para onde se encaminhavam todos os descontentes com o regime. E, dentro da própria Aliança, eram os "tenentes" os principais defensores da solução revolucionária, bem menos ao gosto de espíritos conciliadores como os de Vargas e Antônio Carlos, por exemplo. Os "tenentes" foram, segundo Santa Rosa:

"O componente inteiramente inédito que se apresentava no plano das forças diretoras. Distingua-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio. Com o advento deles, as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política. Oriundos dessas camadas novas das populações brasileiras, os tenentes forçosamente tinham de encarnar os seus anseios mais íntimos." (29)

(28) SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do Tenentismo, p. 41.

(29) id. *ibid.*, p. 53.

A revolução conduzida pelos setores médios abriu, para o autor, grandes brechas no quadro social brasileiro, com a incorporação irreversível de novos grupos sociais no universo político nacional:

"Desfeita a velha moldura constitucional, as novas camadas das nossas populações irromperam, pouco a pouco, na vida partidária nacional. E, pelas brechas subitamente abertas, penetram dia a dia milhares e milhares de pequenos burgueses clamando pela representação parlamentar e reconhecimento dos seus direitos econômicos... Agora é difícil haver alguma força capaz de impedir esse movimento ascensional da pequena burguesia." (30)

Se, por um lado, é certo que a incorporação de novos grupos na cena política se dá de maneira irreversível a partir da revolução de 1930, por outro lado as previsões de Santa Rosa, que se estendem até mesmo ao campo das transformações econômicas favoráveis à pequena burguesia (que, é bom lembrar, inclui também o proletariado urbano), não logram, por força do equilíbrio político instaurado, se concretizar. O esvaziamento do movimento "outubrista", com a despolitização do Clube 3 de outubro e a reestruturação da hierarquia militar comandada por Góes Monteiro e Eurico Dutra, ao lado do enquadramento das reivindicações proletárias em uma estrutura sindical oficial e política, por definição, foram alguns dos exemplos significativos de que o "movimento ascensional da pequena burguesia" se viu face a uma articulação de forças políticas e de dominação que se situava além de suas possibilidades de enfrentamento.

(30) SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do Tenentismo, p. 54.

Virgínio Santa Rosa foi um dos primeiros autores a estabelecer uma relação entre classes médias - que tinham setores militares como sua "vanguarda" - e o movimento de 1930. A vitória militar da Aliança Liberal adquire, segundo essa interpretação, o significado de um colapso abrupto e radical das antigas formas de dominação oligárquicas vigentes no Brasil. A persistência desse modelo interpretativo pode ser vista décadas depois em obras de autores tão díspares como Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe. O primeiro adota esta linha de pensamento em várias de suas obras, como a História da Burguesia no Brasil, ou História Militar do Brasil, ao passo que o segundo se vale dessa interpretação em uma de suas obras mais importantes, como se vê pelo trecho abaixo:

"A revolução de 1930, precedida pelas tentativas abortadas que se sucedem nos anos 20, é uma segunda investida ao poder da classe média. (...) Como em 1889, a classe média, no poder na década de 30, não se mostrou inclinada e apta, mediante o emprego em profundidade do aparelho do Estado, a proceder a profunda transformação da estrutura econômico-social do país." (31)

É interessante notar que a força do modelo interpretativo acima descrito se faz sentir até mesmo em autores como Paul Singer, que aponta, em um de seus trabalhos, 1930 como sendo um ponto definitivo de mudança nas estruturas econômicas nacionais, nos rumos da industrialização e da modernização desejadas pelas camadas médias da sociedade:

"A grande mudança que se deu, após 1930, foi que

(31) JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, p. 173-174.

o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento "para dentro", adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como um instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial." (32)

A oposição entre um setor de classes médias - urbano, industrializante, "moderno", em suma - e os grandes latifúndios, sejam os tradicionais em decadência ou os voltados para a agroexportação, tem como matriz uma percepção dual da realidade social brasileira. E o "dualismo" será, como veremos mais adiante, um dos pontos centrais para o debate em torno da "ideologia do desenvolvimento", na década de 50.

A crítica ao modelo bipolar classes médias/oligarguias rurais é o ponto de partida para a revisão e crítica do processo político-econômico dos anos 30. Segundo Bôris Fausto, esse modelo se apresenta inconsistente ao se fundamentar numa oposição inexistente entre o setor agrário e a burguesia urbana, da qual os "tenentes" seriam a vanguarda. Inexiste ainda, para o autor, a dicotomia agroexportação/industrialização, na medida em que os dois setores se complementam no quadro econômico nacional. Dessa maneira, as medidas tomadas pelo governo varguista devem ser compreendidas não como uma radical transformação das bases da produção nacional nos rumos da industrialização:

"Essas medidas esparsas não podem ser confundidas, entretanto, com um plano desenvolvimentista

(32) SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento." in Boris FAUSTO (org.) História Geral da Civilização Brasileira III (4), p. 218.

de modificações estruturais da economia. Se as contrastarmos com o atendimento dos interesses do café, torna-se claro que os primeiros anos posteriores a 1930 se caracterizam pela atenção dada às diversas frações burguesas e não por uma ação efetiva do Estado visando à industrialização, nas condições de incapacidade da burguesia nacional." (33)

O movimento de 30, em especial no momento que se segue à tomada do poder, não pode prescindir do apoio e da mobilização dos setores populares urbanos, das "classes médias", mas isto não significa, segundo Boris Fausto, que seja "uma revolução destas classes, nem no sentido de que elas sejam o setor dominante no curso da revolução, nem de que sejam seus principais beneficiários". (34)

Bóris Fausto define a composição das forças políticas que resultaram do movimento de 1930 como sendo um "Estado de Compromisso", que se caracterizou por: a) inexistência de oposições reais no interior das classes dominantes; b) exclusão da participação do proletariado enquanto força política autônoma, embora se procure a sua cooptação e seu controle através de uma estrutura sindical oficializada; c) garantia militar para a sua estabilidade. Segundo o autor:

"O Estado de Compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, por um lado, a uma nova FORMA DE ESTADO, que se caracteriza pela maior centralização, intervencionismo ampliado e não restrito apenas

(33) FAUSTO, Boris. A Revolução de 30, historiografia e história, p. 50.

(34) id. ibid., p. 84.

à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (Código de Minas, Código de Águas)." (35)

A crítica de Bóris Fausto permite que se supere, portanto um modelo interpretativo transplantado para a realidade brasileira, no qual se segue à predominância do setor agrário um momento de ruptura conduzido pela burguesia nacional. O conceito de Estado de Compromisso, embora limitado se utilizado sem as devidas conexões com a História, representa, segundo Sônia Draibe, um importante avanço teórico na medida em que:

"... indicou os elementos fundamentais para um avanço na compreensão da etapa de desenvolvimento do país a partir de 1930: a particularização da questão do Estado, a sua peculiar autonomia frente aos interesses dominantes, incapazes de assumir a direção política do processo de transformações sociais, dadas as condições econômicas e a crise do Estado oligárquico; o momento específico do processo de formação do próprio Estado, como instituição e fonte de poder político, nas suas formas peculiares de ampliação da cidadania; o movimento de generalização das políticas, legitimadas como políticas de massas e justificadas como políticas de "interesse nacional". (36)

O Estado, na ausência de hegemonia claramente definida dentro dos grupos economicamente dominantes, exerce, segundo a autora, um papel de "árbitro" entre os interesses por

(35) FAUSTO, Bóris. A Revolução de 30, historiografia e história, p. 109-110.

(36) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 22

vezes conflitantes. Um fato inovador, e de fundamental importância para o entendimento do objeto de estudo nesta dissertação, reside em que, de modo inédito na História do Brasil (e, nesse ponto convergem a maior parte das opiniões dos estudiosos), quanto ao Estado de Compromisso:

"A fonte de sua legitimidade são as massas populares urbanas e ela se estabelece por mecanismos especificamente políticos de manipulação e auto-esforço que configuram, ao final, uma DEMOCRACIA DE MASSAS, cujo traço distintivo, em última instância, é o Estado mostrar-se de forma direta, sem mediações, a todos os cidadãos e de, numa dinâmica própria, absorver e concentrar em si as possibilidades de mudanças estruturais." (37)

Dessa maneira, algumas questões importantes podem ser colocadas a respeito do processo político-econômico no período posterior a 1930. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a ausência de uma fração claramente hegemônica no interior da classe dominante fez com que a formulação das políticas econômicas seguisse sendo feita, pelo menos na década de 30, ao sabor das conjunturas do momento. Os incentivos à industrialização não se apresentam, portanto, como resultados de um planejamento prévio, mas sim como respostas dadas aos problemas conjunturais vividos pela economia brasileira. Por outro lado, merece atenção o acompanhamento da relação entre o Estado - que, a partir da vigência da Constituição de 1937 se confunde cada vez mais com o Poder Executivo, e, especificamente, com a figura de Getúlio Vargas - e as massas populares urbanas.

(37) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 22.

Pela primeira vez no Brasil as reivindicações populares deixam de ser tratadas como "caso de polícia", para integrarem - canalizadas para o interior da burocracia estatal, onde são filtradas e controladas - a pauta de elaboração das políticas governamentais. A relação que se estabelece entre as massas cooptadas e o Estado é uma relação especial: se, por um lado, as reivindicações devem ser amortecidas e controladas para que não ameacem o cerne das relações de produção vigentes - isto é, o MPC, que se reproduz através do lucro, e, conseqüentemente, da preservação da mais-valia -, por outro lado, o atendimento de uma demanda popular conduz normalmente à formulação de novas demandas, em um processo que, mesmo gradualmente, pode chegar a ameaçar a reprodução do modo de produção em vigor. O chamado "Estado de Compromisso" pode caminhar, desta maneira, para um regime "populista", onde, no entanto, os interesses dominantes do capital não prescindem de garantias (em geral militares) para a manutenção das "instituições". E, num momento em que o nível de reivindicações chega a ameaçar, ou aparenta ameaçar, a reprodução do sistema, começam a falhar os suportes de sua legitimação, na medida em que as demandas populares deixam de ser atendidas. Num extremo de agravamento da "crise do populismo" chega-se a soluções que, como a de 1964, desmascaram a dominação encoberta e levam à abrupta exclusão dos interesses das massas proletárias na formulação das políticas governamentais.

Para a compreensão do processo de desenvolvimento que vai de 1930 a 1955 é necessário, portanto, que se tenha em conta o caráter de "autonomia" do Estado brasileiro, que tem a sua origem na ausência de uma clara definição da fração hegemônica dentro das classes dominantes. A não existência de um projeto de longo alcance, de um esforço consistente nos rumos

da industrialização auto-sustentada, com a formulação de políticas para o setor ficando vinculada apenas a fatores conjunturais, as respostas aos estrangulamentos do setor externo, tem sua origem na situação política acima apontada.

Os diversos órgãos criados no período, no interior da burocracia estatal, de forma "anárquica" e sem coordenação definida indicam justamente o crescimento do setor estatal nos moldes já vistos, isto é, sem que se possa afirmar a existência de uma POLÍTICA nacional de industrialização e desenvolvimento.

2.3. Nos rumos de uma nova etapa: o planejamento na economia brasileira

Durante os anos 30 e 40, vários órgãos foram criados, no interior da burocracia estatal, com o objetivo de elaborar, implementar ou coordenar políticas econômicas setoriais. É certo que, de um modo ou de outro, o Estado sempre esteve presente, direta ou indiretamente, quando se fala de questões ligadas à economia nacional. No entanto, a partir de 1930, quando o Estado e o seu setor tecnocrático conseguem maior autonomia de ação em virtude da nova composição das forças políticas, multiplicam-se os órgãos especificamente ligados a setores determinados da produção.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um dos primeiros atos significativos do novo governo revolucionário, indica o reconhecimento, por parte de setores da burocracia estatal, da necessidade da intervenção do poder público em setores outros que os ligados às trocas externas e ao café, Além do Ministério, são criados por Vargas os Institutos

Nacionais do Cacau da Bahia (1931), do Mate (1938), do Pinho (1941) e do Sal (1941). A criação do Conselho Nacional do Café data de 1931 e o Instituto do Açúcar e do Alcool aparece em 1933.

Por pressão de grupos "nacionalistas", o governo Vargas procurou também regular aspectos da exploração de recursos minerais e energéticos. Surgiram legislações específicas, como os Códigos de Minas e de Águas, seguidos da criação de órgãos como o Departamento Nacional de Produção Mineral (1934), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940) e o Conselho Executivo do Plano Siderúrgico Nacional (1940).

Quanto aos instrumentos de política monetária e fiscal, aparecem, no período varguista, a Comissão de Financiamento da Produção (1943), a Comissão de Financiamento e de Investimento (1944), a Superintendência da Moeda e do Crédito (1945). O Banco do Brasil passa por transformações internas, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (1937) e a Carteira de Exportação e Importação (1941).

É possível afirmar-se, em relação ao período de primeiro governo Vargas, que:

"Ao final do período em análise, o organismo econômico do Estado e seus dispositivos legais atuavam sobre os mecanismos fundamentais da economia capitalista: os salários, o câmbio, os juros e o crédito. Estavam determinados, pois, através do aparelho econômico e das "políticas" do Estado, os condicionantes gerais da acumulação capitalista." (38)

(38) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 98

Outra questão relevante diz respeito ao PLANEJAMENTO do desenvolvimento industrial no Brasil. Já vimos anteriormente que a não existência de uma fração claramente hegemônica dentre os grupos dominantes não permitia que se elaborassem políticas francamente favoráveis a algum dos setores interessados. Mas, ao mesmo tempo, em decorrência desta mesma correlação de forças - do "empate" existente - a tecnocracia estatal adquire maiores poderes para intervir na vida econômica nacional, justificando a sua atuação através do conceito do "bem comum", de que seriam intérprete e servidora. As respostas aos problemas conjunturais podem ser dadas através de políticas que, sem serem abertamente industrializantes, por outro lado acabam por favorecer o desenvolvimento industrial no país.

A proliferação de Conselhos, Comissões, enfim de órgãos burocráticos ligados à vida econômica nacional, foi acompanhada por iniciativas no sentido de se implementarem instâncias de planejamento e coordenação mais amplas, capazes de dar um sentido à atuação estatal. Em 1939, no interior do Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, foi elaborado o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, plano quinquenal onde são contemplados os investimentos em infra-estrutura, indústrias de base e reaparelhamento das Forças Armadas. Em 1943, surgiu o Plano de Obras e Equipamentos, uma espécie de aperfeiçoamento do Plano Especial de 1939, elaborado em conjunto por técnicos do DASP e do Ministério da Fazenda. A situação internacional, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou à criação da Comissão de Mobilização Econômica e em 1944 foram criados o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, no âmbito do Ministério do Trabalho, além da Comissão de Planejamento Econômico, subordinada ao Con-

selho de Segurança Nacional.

Pela profusão de siglas pode-se perceber que:

a) existe claramente um esforço por parte da burocracia estatal para se fazer presente nas esferas de planejamento e implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento da produção nacional; b) permanece uma grande confusão na divisão de responsabilidades, o que se manifesta na sobreposição de instâncias e organismos burocráticos ligados a setores diversos do aparelho estatal.

Ao lado dessa indefinição, contribuindo para dificultar ainda mais a elaboração de políticas industrializantes de cunho nacional e geral, podem ser encontradas ainda no próprio aparelho estatal, elementos resistentes à industrialização, na medida em que o "Estado de Compromisso" não operou eliminação completa das influências de setores "tradicionais", mas, pelo contrário, procurou trabalhar para a sua acomodação no interior da composição de forças em vigor. Sônia Draibe chama atenção para este fato, ao lembrar que:

"É inegável que, desde meados dos anos 30 e principalmente durante o Estado Novo, inscreviam-se, na lógica da expansão do aparelho regulatório estatal e do projeto de industrialização pesada, os requerimentos de intervenção, planificação e aprofundamento dos controles econômicos; mas a conjugação de forças políticas que sustentam um e outro período - o que vai até 1937 e que se estende até 1945 - se abriu espaço à ação industrializante do Estado, também não deixou de conter fortíssimos elementos de resistência à industrialização, à "nacionalização" das políticas, à intervenção e ao planejamento." (39)

(39) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 116.

Em resumo, até meados dos anos 40, o processo de "industrialização restringida" no Brasil, mesmo tendo logrado aumentar, na esteira do processo de substituição de importações gerado por estrangulamentos externos na economia, o setor de produção industrial não produziu condições políticas ou econômicas suficientes para garantir a sua auto-sustentação. No contexto político, a inexistência de uma clara definição de uma fração hegemônica no interior das classes dominantes, contribuiu de maneira significativa para que o processo de desenvolvimento econômico ainda se mantivesse de certa forma ambíguo, indefinido.

A partir de 1930, como já vimos, o processo de industrialização se viu acompanhado por um maior intervencionismo por parte do setor estatal. A proliferação de órgãos, muitas vezes sobrepostos em seus limites de competência, o surgimento de planos e iniciativas setoriais; tudo isto contribuiu para que, em meados da década de 40, após a queda do Estado Novo, o país pudesse contar com um ampla - embora descentralizada e muitas vezes inoperante - rede burocrática com diversas atribuições na regulação da vida econômica nacional.

Em 1947 foram efetuados os primeiros levantamentos completos, de acordo com metodologias cientificamente aceitas, do Produto Nacional Bruto e do Produto Interno Bruto brasileiros. E, em 1948 foi publicado, também pela primeira vez, o Balanço Internacional de Pagamentos do Brasil. A constatação da realidade do subdesenvolvimento nacional, documentada por estatísticas completas, acompanhada por um amplo debate acerca dos rumos do processo de desenvolvimento da economia brasileira será, como veremos, uma das principais conseqüências dos fatos apontados acima.

Quase que acompanhando os primeiros levantamen-

tos estatísticos mais completos acerca das relações de troca e do produto brasileiro, aparece, em 1949, um conjunto de duas obras que podem ser consideradas como o ponto de partida para o estabelecimento de um amplo debate sobre o desenvolvimento econômico e a industrialização, pensados enquanto políticas geradas a partir do interior do Estado, no Brasil. Foram os artigos "Relações e Troca Post-Guerra entre Países Subdesenvolvidos e Países Industrializados", produzido pelo Secretariado da Organização das Nações Unidas, e o texto de Raul Prebisch "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas", onde são comentados os dados apresentados no primeiro artigo citado.

A afirmação mais polêmica, o ponto de partida para todas as discussões posteriores, foi a contestação de que o incremento quantitativo das exportações de produtos primários, por si só, seria um fator capaz de sustentar a capacidade de importação de bens de consumo indispensáveis para a ampliação, ou mesmo manutenção dos padrões de consumo dos países subdesenvolvidos. A idéia central era a de uma constante "deterioração" nas relações de troca dos países agro-exportadores:

"Os dados estatísticos gerais existentes indicam que, a partir da última parte do século XIX até as vésperas da Segunda Guerra Mundial - um período de bem mais de meio século - registrou-se uma tendência secular para a queda dos preços dos produtos primários em relação aos preços dos artigos manufaturados. Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, no final do período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma

quantidade adquirida, no início do período." (40)

A assimetria existente nas relações de troca, conjugada com assincronismos no ritmo de aumento dos coeficientes de produtividade nos dois polos do MPC - os países centrais desenvolvidos e os periféricos subdesenvolvidos - conduzia à conclusão, por parte dos técnicos da ONU, de que estes últimos, no seu esforço para a obtenção de maiores receitas através da expansão quantitativa dos produtos de exportação, acabavam por contribuir "para manter um padrão de vida crescente nos países industrializados, sem receber, no preço de seus próprios produtos, uma contribuição equivalente para o seu próprio padrão de vida." (41)

Raul Prebisch, comentando as afirmações do texto produzido pela ONU, acabou por afirmar que a industrialização seria a única alternativa para os países latino-americanos, no seu esforço para a superação do subdesenvolvimento:

"Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e alterar progressivamente o nível de vida das massas." (42)

(40) Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas, "Relações de Troca Post-Guerra entre Países Subdesenvolvidos e Países Industrializados", Revista Brasileira de Economia, 3 (3) : 48.

(41) id. *ibid.*, p. 35

(42) PREBISCH, Raul. "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas". Revista Brasileira de Economia, 3 (3) :

Promover a industrialização em países que em 1950 se apresentavam carentes de quase todos os recursos básicos necessários, exigia, segundo o autor, além da contribuição de poupanças captadas no exterior, medidas de racionalização que evitassem o consumo inútil ou supérfluo dos meios existentes. A idéia da planificação do desenvolvimento, central nos trabalhos posteriores da CEPAL, aparece, portanto, claramente no artigo de Prebisch.

Se num primeiro período o processo de industrialização pode ser denominado de "industrialização restringida", como faz João Manuel Cardoso de Melo, num segundo momento - em especial a partir de 1955 - tem-se uma etapa de "industrialização pesada", autodeterminada e baseada na expansão prévia da produção de bens de capital e intermediários (Departamento I). Entre os dois períodos, na primeira metade da década de 50, ocorrem, no entanto, transformações de fundamental importância para a compreensão dos contornos ideológicos que, vigentes ainda nos anos 60, desempenharão papel significativo no processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais.

O debate que se seguiu aos artigos publicados em 1949 girou em torno de dois temas centrais e complementares: a) a necessidade da industrialização como única forma de promover-se o desenvolvimento nacional nos países da América Latina; b) a necessidade da racionalização do processo, através do planejamento das políticas de desenvolvimento e industrialização.

A tese da "deterioração dos meios de troca", complementada pela necessidade da industrialização, foi aceita com poucas ressalvas pela grande maioria dos economistas brasileiros. Dentre as poucas vozes que se levantaram contra a primeira das conclusões apresentadas por Prebisch destaca-se a de Eugê-

nio Gudin. Em 1952, em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia (que era, à época, o principal veículo para este tipo de discussão existente no Brasil), refutando as afirmações de Prebisch e do grupo de economistas da CEPAL, Gudin, sem negar a existência de uma "certa inferioridade, congênita" nos valores de exportação dos produtos primários, não admite, no entanto, que a industrialização seja o caminho correto para a melhoria das condições de vida dos povos subdesenvolvidos da América Latina, e do Brasil, em especial. Pelo contrário, segundo o autor, a razão das desvantagens dos países subdesenvolvidos em suas relações de troca reside no pequeno grau de diversificação e produtividade dos produtos PRIMÁRIOS de exportação, que não obtêm, desta maneira, vantagens comparativas:

"A razão principal (para a inferioridade) reside, a meu ver, no fato de ser muito reduzido o número de produtos de exportação dos países de economia primária, isto é, de serem poucos os produtos que cada um desses países produz com grande vantagem comparativa." (43)

As condições de avanço e de irreversibilidade da expansão da base industrial brasileira tornavam, no entanto, nos anos 50, muito difícil a sustentação de posições como as de Eugênio Gudin, por certo bem mais ao gosto de Joaquim Murтинho ou Campos Sales do que dos economistas dominados pela idéia da necessidade de superação do subdesenvolvimento.

Um debate bem mais amplo e importante foi o que se travou em torno da idéia da necessidade do planejamento esta

(43) GUDIN, Eugênio. "O Caso das Nações Subdesenvolvidas." Revista Brasileira de Economia 6 (3): 61.

tal e da intervenção do Estado no domínio econômico. Paralelamente a este debate se colocou com vigor a questão da participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento do setor industrial da economia nacional. Ainda que Prebisch tivesse tido o cuidado de deixar bem claro que não se confundiam os conceitos de "planificação" e "socialização", para os chamados economistas "liberais" a perspectiva de um maior poder de intervenção por parte do Estado era algo no mínimo desagradável. Por outro lado, a campanha pela criação da Petrobrás, nos primeiros anos da década de 50, contribuiu decisivamente para a polarização das opiniões, transformando a questão do monopólio estatal da produção e refino do petróleo em um importante divisor de opiniões e definindo os dois campos antagônicos: de um lado os "nacionalistas", defensores, em geral, do planejamento econômico; de outro, os "liberais", que se batiam contra os chamados "excessos" da primeira corrente. É esclarecedora, a este respeito, a opinião de Octávio Gouveia de Bulhões quando comenta as questões do petróleo e do controle das transferências de lucros para o exterior:

"Estamos presenciando, no Brasil, duas manifestações nacionalistas nitidamente antieconômicas, o que é paradoxal. Nacionalismo deveria ser um movimento favorável à cultura e à economia de um país; deveria constituir um meio de alcançar-se a melhoria do bem-estar dos indivíduos que se congregam em Nação. Entretanto, as reações que se vêm fazendo sentir são de tal modo contrárias ao progresso do país, que se torna evidente ter o nacionalismo deixado de ser um sistema de meios de ação para tornar-se finalidade última." (44)

(44) BULHÕES, Octávio Gouveia de. "Economia e Nacionalismo." Revista Brasileira de Economia 6 (3) : 91.

A radicalização em torno de propostas distintas para o desenvolvimento econômico, com concepções opostas acerca do papel dos investimentos estrangeiros e da intervenção direta do setor estatal na produção acabou por conduzir os campos antagônicos a posições irreduzíveis e inegociáveis, num processo que está na origem de importantes desdobramentos para a formulação de políticas e ideologias durante a década de 50 e início dos anos 60.

O ponto de partida, comum a ambas as concepções, reside na aceitação da industrialização como necessária para promover o desenvolvimento das economias latino-americanas. As divergências se localizaram sobretudo na definição das políticas de industrialização, no que tange ao papel dos capitais estrangeiros e do Estado.

No Brasil, em uma primeira etapa, na década de 50, durante o governo de Getúlio Vargas, procurou-se implementar um projeto considerado "nacionalista". A participação dos investimentos estatais em setores da indústria pesada, como o da siderurgia e do petróleo, além de propostas como a da criação da ELETROBRÁS, evidenciavam a preocupação do governo com a infra-estrutura básica para o processo de industrialização.

Além de transformações na estrutura da produção, a questão da planificação da economia, ainda que sem um documento diretor, um texto formal, pode ser vista como um fator de fundamental importância no segundo governo Vargas, como acentua Sônia Draibe:

"... somente no início dos anos 50 se traçou, pela primeira vez de forma incisiva e abrangente, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, integrando seus aspectos mais substanciais num grau de harmonia e compati

bilidade. Definiram-se, ao mesmo tempo, UM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA, UM BLOCO INTEGRADO DE INVERSÕES VISANDO A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA, UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE VINCULAÇÕES ORGÂNICAS ENTRE O CAMPO E AS CIDADES, E, FINALMENTE, UMA CONCEPÇÃO DE "INTEGRAÇÃO" DAS MASSAS TRABALHADORAS URBANAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, ATRAVÉS DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS DE BEM-ESTAR SOCIAL." (45)

A política de desenvolvimento do segundo governo Vargas enfrentou diversos obstáculos de ordem política e econômica. O acirramento das contradições partidárias, que em seu limite levou o presidente ao suicídio, como forma de evitar a sua deposição já decidida por setores militares, contribuiu também para que o projeto econômico de seu governo fosse interrompido, com a ascensão, por si só bastante simbólica, de Eugênio Gudin ao Ministério da Fazenda, na última semana de agosto de 1954, imediatamente após a posse de Café Filho. A política implementada por Gudin visava restringir a expansão dos meios de pagamentos, reduzir os subsídios às importações (existentes em especial para os bens de capital) e estimular as exportações de produtos primários, de forma bem coerente com suas idéias já expostas mais acima, sendo em tudo oposta àquela predominante no governo de Getúlio Vargas.

Segundo Sônia Draibe,

"Na sua concepção, o plano de desenvolvimento econômico e social (do governo Vargas) envolvia, necessariamente, uma ruptura radical com o STATUS QUO. Pretendia materializar o salto para a indus

(45) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 182 (grifo da autora)

trialização, criando novos blocos industriais e constituindo o setor pesado de bens de produção, sob a liderança da empresa pública, minimizando a participação da empresa estrangeira. Essa estratégia, embora capaz de abrir novas fronteiras de expansão ao capital privado nacional, implicava dinamicamente sua subordinação ao setor público e graus elevados de estatização - evidenciando também um conteúdo nacionalista que não deixou de despertar resistências por parte do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento." (46)

Em resumo, na primeira metade dos anos 50, como consequência de todo o processo real de industrialização acumulado desde os anos 30, e, de certa forma, na esteira dos debates desencadeados a partir de 1949, tem-se no Brasil o estabelecimento de um aparente consenso acerca da necessidade da continuidade do processo de industrialização. Sobre esta base consensual, no entanto, são estabelecidas determinadas clivagens político-ideológicas que acabarão por abortar o chamado "projeto varguista". O "desenvolvimentismo" do período seguinte, embora restando aspectos da ideologia anterior, opera com orientações bastante divergentes no que diz respeito a pontos fundamentais do processo, como a relação com os capitais estrangeiros, por exemplo.

É preciso ainda que se lembre que, se nas décadas de 30 e 40 era possível ao Estado (isto é, à burocracia estatal) uma situação de relativa autonomia face às forças sociais - em virtude da crise de hegemonia por que passa o Brasil

(46) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses, p. 235.

após a Revolução de 1930 - na década de 50, como resultado da própria mobilização e dos debates travados em torno do tema do desenvolvimento nacional, e na medida em que o Estado passa a ser identificado com uma das propostas em discussão, não é mais possível ao setor estatal apresentar-se como o "árbitro" dos conflitos estabelecidos na arena política, uma vez que se torna impossível aos olhos dos participantes sustentar-se a sua "neutralidade".

O "projeto varguista" constituiu-se, assim numa tentativa de se fundar o desenvolvimento nacional na expansão prévia do Departamento I (bens de capital e intermediários), através da participação do Estado via investimentos diretos e planejamento, tendo a fonte de legitimação para suas políticas nas chamadas "massas populares urbanas", grupo amorfo e pretensamente sem conotações de classe, o que torna possível os apelos à "união nacional" nas tarefas do desenvolvimento. Apesar de sua derrota, dramática no final, o segundo governo Vargas teve o mérito de procurar expandir a oferta de condições infraestruturais e de insumos básicos para a indústria, sem o que seria no mínimo bem mais difícil de serem implementadas as políticas industrializantes do governo Kubitschek.

CAPÍTULO 3

O GOVERNO KUBITSCHER E A "INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA"

O governo Kubitschek, estabelecido após um ano de golpes e contra-golpes ("preventivos"), inaugurou, segundo várias opiniões, um novo modelo de desenvolvimento no Brasil. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, diz existirem no Brasil "dois momentos sociologicamente importantes no processo de industrialização":

"No primeiro momento, a aspiração ao progresso e à independência nacional deu sentido à crítica do "processo espoliativo" da economia e permitiu a definição de alvos capazes de acarretar, a longo prazo, mudanças estruturais. Emancipação econômica, inversões estatais nos setores de infraestrutura e nas indústrias básicas (petróleo, siderurgia, etc.) e planejamento (como condição para adequar os escassos meios disponíveis aos fins colimados) foram os valores que orientavam as aspirações coletivas neste primeiro momento. No segundo momento, houve a permeabilização do setor industrial já existente da economia brasileira aos modelos e práticas sugeridas e difundidas pelo que chamaríamos de pressões desenvolvimentistas, sem, contudo, ter havido a adesão total da burguesia nacional aos valores de cunho estatizante que orientavam os movimentos pela emancipação econômica." (47)

(47) CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil, p. 90.

Alguns autores, como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, por exemplo, acentuam o fato de se ter, entre os governos Vargas e Kubitschek, uma nítida ruptura política que reorientou os rumos da industrialização brasileira, na medida em que se estabeleceram novas regras para o conjunto de relações entre os setores estatais, a burguesia nacional e o capital estrangeiro. Sem embargo, é preciso que se tenha também em conta o caráter das transformações na estrutura econômica brasileira nos anos 50. Enquanto que a primeira metade desta década pode ser considerada como o ponto final - e conseqüentemente, de transição, no sentido de sua superação - do processo de "industrialização restringida", a partir de 1955 estabeleceu-se um "novo padrão de acumulação", nas palavras de João Manuel Cardoso de Mello:

"A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira "onda de inovações" schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda pré-existente. Há, portanto, UM NOVO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados." (48)

(48) MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio, p. 117.

Em linhas gerais, o governo Kubitschek destacou-se, na história do Brasil, como sendo o período em que se tem a consolidação do processo de industrialização na economia nacional. A exemplo de outros autores, Maria Victória Benevides também aponta este fato para caracterizar a administração Kubitschek:

"A característica principal da economia brasileira no período em foco consiste na CONSOLIDAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, quando se instala a indústria pesada, principalmente a automobilística, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganha novo impulso com a instalação de novas indústrias siderúrgicas e o desenvolvimento acelerado da indústria de construção naval." (49)

A construção de Brasília foi o símbolo mais importante - o "monumento" à modernidade - do novo governo, mas, como chama a atenção Maria Victória Benevides, como sua realização mais importante deve ser considerado o Plano de Metas, com as suas propostas para "acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras." (50)

Com 31 metas setoriais, distribuídas por seis grandes grupos - energia, transportes, alimentação, indústrias básicas, educação e a construção da nova capital - o plano de governo visava, segundo Hélio Jaguaribe, eliminar os pontos de estrangulamento que asfixiavam a economia, além de promover um "forte impulso capaz de assegurar o seu subsequente cresci-

(49) BENEVIDES, Maria Victória de M.. O Governo Kubitschek, p.201

(50) id, ibid., p. 210.

mento auto-sustentado." (51) Setores básicos para o processo de industrialização, como energia e transportes, de acordo com as estimativas financeiras para a implementação do programa, responderiam por cerca de 70% dos gastos, como se vê na tabela abaixo:

ESTIMATIVAS FINANCEIRAS PARA O PROGRAMA DE METAS (1957-1961)

SETORES	Custo estimado de artigos e serviços produzidos no país	Bens e serviços importados (estimativa)	Total de investimentos (estimat.)	% do total
Energia	110.0	44.3	154.3	43.4
Transportes	75.3	30.0	105.3	29.6
Alimentação	4.8	6.7	11.5	3.2
Ind. básicas	34.6	38.1	72.7	20.4
Educação	12.0	----	12.0	3.4
TOTAL	236.7	119.1	355.8	100.0

dados em Cr\$ Bilhões

Fonte: cf. Hélio Jaguaribe, op.cit., p. 186

Além da constatação da necessidade de altos investimentos na expansão do setor energético - o que demonstra existir uma percepção de que o setor representava o principal ponto de estrangulamento na economia brasileira - um outro dado importante deve ser analisado: a origem dos recursos, o que

(51) JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político, p. 185.

comprova o papel central atribuído ao setor estatal, que contri
buía com cerca de 65% dos recursos financeiros, como se percebe
pelo quadro abaixo:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS FINANCEIROS
DO PROGRAMA DE METAS.
ESTIMATIVAS DE 1957

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DE METAS	%
Dotações do orçamento federal	39.7
Dotações dos orçamentos estaduais	10.4
Financiamentos por órgãos federais (BNDE, B.do Brasil)	14.5
Recursos de empresas privadas e soc. de econ. mista	35.4

Fonte: Conselho do Desenvolvimento, Programa de Metas,
Relatório de 1959, p. 34, apud. Hélio Jaguaribe,
op. cit., p. 187.

Segundo Francisco de Oliveira, o Plano de Metas é, paradoxalmente, o complemento da abertura econômica para o exterior, iniciada na gestão Gudin, ainda no governo Café Filho. (52) O autor associa ao período Kubitschek três ordens de fatores que considera essenciais para a compreensão da "guinada radical" por que passa a economia brasileira no período. Em primeiro lugar, a acumulação no período precedente - em especial a partir do início dos anos 50, com o governo Vargas - gerou excedentes acumulados que, dadas as distorções entre os crescimen-
tos da produtividade e dos salários, levou à concentração de ren

(52) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita, p. 85.

das, transformando o perfil das demandas de camadas da população brasileiras beneficiadas no processo. Em segundo lugar, para o autor, a nível da organização mundial do MPC, desenvolvia-se uma nova divisão internacional do trabalho:

"... agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção." (53)

E, em último lugar, Francisco de Oliveira alinha fatores de ordem político-ideológicos com a instauração de uma "base popular", de uma "união nacional", que:

"... conferia suficiente força para o prosseguimento da política que se poderia chamar de "nacionalismo de estado" mediante a qual as empresas estatais seguiriam no seu papel de potenciador da acumulação privada sem questionamentos classistas partidos de baixo." (54)

A conjunção dos três fatores - a saber: as condições prévias no processo de acumulação e concentração de rendas; transformações no MPC a nível mundial, em sua etapa de "capitalismo monopolista"; consenso interno obtido através do mascaramento das contradições de classe que acompanham o processo - permitem que o governo Kubitschek apresente como resultado a expan

(53) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita, p. 83.

(54) id. *ibid.*, p. 83-84.

são do processo de industrialização fundado no Departamento III (Bens de consumo duráveis), com a participação do setor estatal através de investimentos nos setores de infra-estrutura e de bens intermediários de produção.

A definição das novas regras de associação entre os capitais estatal, privado nacional e estrangeiro indica os rumos e os impasses que marcaram a instauração da "industrialização pesada" no Brasil. Enquanto que o nacionalismo continua aparecendo na base das formulações ideológicas, a penetração do capital estrangeiro em setores dinâmicos da economia aponta uma das contradições centrais do processo.

A participação da indústria nacional se define através do seu atrelamento aos dois setores de maior peso, constituídos pelos capitais estatal e estrangeiro. No seu medo do "estatismo" varguista, o capital nacional viu com bons olhos a penetração de capitais internacionais, sem compreender claramente da realidade do tamanho e do peso do setor estatal na economia brasileira (nesse sentido, a "campanha contra a estatização", em meados da década de 70, representa, de certa forma, uma percepção bastante tardia de um processo que já se estendia por mais de três décadas).

Um setor em especial foi imediatamente afetado com as transformações estruturais da economia brasileira nos anos 50. O conflito entre a indústria têxtil - "tradicional" - e o setor automobilístico - "moderno" - em torno da questão da remuneração da mão-de-obra é um excelente exemplo para se entender, na área específica da formação de pessoal qualificado, os impasses vividos no período. Previamente, apenas como recordação, é bom que se lembre que as indústrias tradicionais estavam, desde os anos 40, em um processo de franca decadência, em rela

ção aos setores dinâmicos e modernos da industrialização. Em 1949, por exemplo, o valor da produção das indústrias alimentares e têxteis, somados, representavam 51,5% da produção nacional. Em 1960 estes valores representavam 33,9%. No mesmo período, no seu conjunto, as indústrias pesadas - metalúrgica, mecânica, material de transportes, etc. - passaram de 26,4% para 45,4%, indicando o crescimento acelerado do setor.

Nesta conjuntura, o conflito entre os empresários do setor têxtil e a indústria automobilística, embora conjuntural, exemplifica algumas das contradições envolvidas no processo de transformação das estruturas econômicas nacionais.

Os novos padrões introduzidos na produção industrial conduziram, no final da década de 50, a um aberto conflito de interesses entre os representantes das indústrias têxteis e os administradores das novas fábricas de veículos auto-motores e de auto-peças.

Conflitos entre parcelas do capital, entre frações dos grupos economicamente dominantes em uma sociedade capitalista não são, de maneira nenhuma, algo de anormal dentro dos moldes de funcionamento dessa sociedade. Conforme já acentuava Marx, e aparece com destaque nas análises mais recentes de correntes marxistas - em especial em Poulantzas -, uma das características da dominação econômica dentro de uma sociedade de classes onde impera o M.P.C. está na atomização dos interesses dos agentes econômicos. No cotidiano dos seus relacionamentos, os agentes não conseguem normalmente relacionar os seus problemas individuais a um contexto mais amplo que lhe permita compreender determinados aspectos das relações de produção na sociedade. Poulantzas chama a esta situação de "efeito de isolamento":

"Ora se, para começarmos, examinarmos a luta eco

nômica de classe, as relações sociais econômicas do M.P.C., constataremos uma característica FUNDAMENTAL e ORIGINAL que doravante, passarei a de finir como "efeito de isolamento". Consiste ela no fato de que as estruturas jurídicas e ideológicas, as quais, determinadas em última instância pela estrutura do processo de trabalho, instauram, ao nível dos agentes de produção distribuídos em classes sociais, têm como EFEITO sobre a luta econômica de classe, a ocultação, de forma particular, aos agentes, das suas relações, en quanto relações de classe. As relações sociais econômicas são efetivamente VIVIDAS pelos supor tes através de um fracionamento e uma atomização específicas. Várias vezes o indicaram os clássic os do marxismo, opondo a luta econômica "individual", "local", "parcial", "isolada", etc., à luta política, a qual tende a apresentar um caráter de unidade, isto é, de unidade de classe." (55)

Esse efeito de isolamento, que para Poulantzas é "terrivelmente real", abrange todo o conjunto das relações econômicas, e está na base de uma das mais importantes funções, se gundo o autor, do Estado capitalista, que é a de trabalhar para a ORGANIZAÇÃO dos grupos dominantes, promovendo, ao nível político, a sua unidade de dominação de classe.

Quando se examina a realidade brasileira dos anos 50, onde a penetração do capital estrangeiro se faz de uma for ma até mesmo bastante abrupta, em especial no governo Juscelino Kubitschek, é possível perceber a existência de momentos em que o citado "efeito de isolamento", parece conduzir as atitudes e comportamentos de agentes econômicos individuais. No caso do con

(55) POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais, p. 126

flito entre a indústria têxtil e as multinacionais do ramo automobilístico a disputa por uma escassa mão-de-obra qualificada - ou seja, aquela que já estava pelo menos ambientada ao trabalho em linha de produção industrial - representa uma clara demonstração da manifestação desse efeito, com ressonância a nível nacional:

"Assistimos a uma nova forma de migração: abandonam-se as fábricas têxteis, em busca de trabalho na manufatura de automóveis. Na realidade, este movimento não se limita aos dois setores citados, mas abrange praticamente, de um lado, todas as chamadas indústrias tradicionais onde o emprego de mão-de-obra é mais intensivo e o rendimento unitário mais baixo em razão do equipamento velho, e de outro, as novas manufaturas que iniciaram suas atividades no Brasil nos últimos cinco anos, com máquinas modernas." (56)

Otávio Ianni, analisando as condições em que se desenvolveu o conflito acima descrito, procura interpretá-lo como sendo indicativo do surgimento de um novo tipo de racionalidade, que se espalha pelo interior do sistema industrial brasileiro, no período:

"Em abril de 1959, a indústria têxtil levou a público as suas preocupações com os efeitos altistas que a indústria de auto-veículos estava exercendo na avaliação da mão-de-obra. O afluxo de operários qualificados para as empresas automobilísticas, ocasionado pelos salários mais elevados, e os efeitos psicológicos que esse fenômeno provocou na área em que os salários são mais bai

(56) BAMAS, Geraldo. A Caminho da Racionalização do Trabalho na Indústria, Estado de Minas, 09/01/59, p. 02.

xos, levaram os industriais têxteis a protestos que, entre outras coisas, revelam ou a baixa rentabilidade das empresas ou o elevado coeficiente de lucros que estavam habituados a obter, e a que não queriam abdicar." (57)

As transformações ocorridas na base da produção, no período que se segue à abertura para a entrada de capital estrangeiro destinado ao setor de produção de bens de consumo duráveis tornam, portanto, visíveis as contradições, ao nível econômico, entre setores individualizados do capital. Além desse aspecto, relevante para a compreensão do funcionamento das relações entre frações da classe dominante no país, um outro aspecto deve ser levado em conta na análise da conjuntura específica da época. Trata-se da constatação da existência de uma escassez relativa de mão-de-obra qualificada para a indústria. A existência, por si só, de um enorme exército industrial de reserva, fornecido pelos contingentes populacionais que, vindos do nordeste ou das zonas rurais dos Estados do centro-sul, se concentraram nas periferias das grandes cidades e centros industriais, não poderia ser suficiente para garantir o fluxo de trabalho necessário, seja para a continuidade do funcionamento das indústrias tradicionais, seja para a expansão das atividades das novas manufaturas instaladas no Brasil.

A elevação dos salários pagos na indústria, no período, não está em relação com a maior produtividade dos setores industriais novos, mas sim e principalmente, com a já referida escassez de mão-de-obra qualificada, pois num país de altas

(57) IANNI, Otávio. "Aspectos Políticos da Secularização do Trabalho na Indústria". Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 10, p. 98-99.

taxas de analfabetismo, e onde a oferta de trabalho mais abundante reside naqueles grupos recém-chegados do campo e ainda pouco ou nada adaptados à linha de produção em manufaturas modernas, o simples aumento do contingente populacional disponível não implica necessariamente no crescimento da oferta de força de trabalho a curto prazo aproveitável pela indústria.

A nova racionalidade nas relações de trabalho, segundo Ianni, localiza-se em um processo de "secularização" de comportamentos dos grupos sociais envolvidos. Ao se transferirem para o setor que melhor remunera o seu trabalho os operários estão, segundo o autor, inseridos em um movimento de reorientação racional de seu comportamento, de acordo com parâmetros cambiantes que também se instauram nas novas relações sociais:

"Os protestos dos industriais têxteis, pois, ilustram, igualmente, a evolução do comportamento do operário em face de condições melhores de trabalho. Eles refletem o conflito entre dois estádios diversos da mudança dos padrões de interação entre operários e patrões no país. Mostram que o assalariado também procura explorar racionalmente as suas atividades produtivas, nos limites das suas possibilidades. A mobilidade social no interior do sistema industrial, pois, revela que o operário explora racionalmente a sua força de trabalho." (58)

As questões suscitadas pelo conflito entre os empresários estendem-se a vários aspectos das relações de produção na sociedade brasileira da época. O aprofundamento das rela

(58) IANNI, Otávio. "Aspectos Políticos da Secularização do Trabalho na Indústria". Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 10, p. 100.

ções capitalistas, representado pela passagem para a etapa da "industrialização pesada", com a substituição da "empresa familiar" pelo conglomerado impessoal, a sociedade por ações, além da urbanização acentuada verificada no período, atuam sobre as formas de dominação exercidas pelo capital sobre a força de trabalho. A "secularização" de que fala Ianni diz respeito justamente a estas novas formas de manifestação das relações sociais de produção, com o controle direto por parte do patrão sendo substituído por mecanismos impessoais de organização da força de trabalho. A contrapartida é a perda das "lealdades" tradicionais, passando o cálculo das vantagens econômicas a ocupar o lugar central na definição da alocação da mão-de-obra.

A questão da escassez de trabalhadores qualificados - entendidos, como já disse, no seu sentido mínimo, isto é, pessoas alfabetizadas com alguma vivência em uma linha de montagem industrial - aparece como um problema real, afetando não apenas as indústrias tradicionais, que perdem os seus operários, mas também as novas indústrias, que são obrigadas a aceitar certos limites na obtenção da mais-valia, uma vez que a procura, em alguns momentos, chega a superar a oferta de força de trabalho.

Assim, como conclusão, pode-se perceber que a questão da formação de mão-de-obra qualificada, dentro do contexto das transformações vividas pela economia brasileira no período Kubitschek, além de ideologicamente justificada (pois é parte integrante, e até mesmo central nas formulações das "teorias do desenvolvimento" e "do capital humano") aparece como uma demanda compartilhada por diversos setores do capital, e mesmo do operariado, uma vez que as vantagens comparativas auferidas pelos "trabalhadores qualificados" são visualizadas por todo o

conjunto dos trabalhadores.

Nesse sentido, as propostas federais quanto as mineiras no sentido da expansão da formação profissionais apresentam-se coerentes com as demandas existentes na sociedade. O caso das Universidades do Trabalho em Minas Gerais, por sua vez, é extremamente significativo quando se tem em vistas a situação daquele Estado no contexto da industrialização brasileira, como será visto mais adiante neste trabalho.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

4.1. Minas no Império e na República Velha

O processo de criação de Universidades do Trabalho, em Minas Gerais, na década de 1960, não poderia ser compreendido no conjunto de suas articulações e contradições sem que se fizesse, da mesma maneira como foi feito para o contexto mais amplo da economia brasileira, preliminarmente, um apanhado geral da evolução da economia mineira, com vistas ao estabelecimento de particularidades que, sendo específicas de Minas Gerais, aparecem claramente como elementos de influência na formulação das políticas de desenvolvimento durante as décadas de 50 e 60.

A expansão da mineração do ouro e dos diamantes, em Minas Gerais, no século XVIII, fez com que aquela região se transformasse no núcleo dinâmico da economia brasileira, e, em determinados momentos, um dos mais significativos polos econômicos em todo o mundo. Como consequência deste processo, que teve o seu apogeu em meados do século XVIII, em Minas Gerais se manteve por mais de 150 anos como a unidade mais povoada do território brasileiro.

Se as riquezas geradas pela extração do ouro e dos diamantes foram canalizadas para o exterior, através do im-

postos, transferência diretas ou importação de bens de consumo, por outro lado tem-se em Minas, como apontou Caio Prado Jr., em virtude de sua maior densidade demográfica e de seu distanciamento em relação aos portos marítimos, a possibilidade do aparecimento de pequenas manufaturas voltadas para o consumo local, ainda no século XIX. Dessa forma, abstraindo-se da análise a produção e o destino das riquezas minerais no século XVIII, a questão do povoamento e da urbanização aparecem como fatores importantes para que se estenda a estrutura da economia mineira e a sua evolução no século seguinte.

O declínio da extração dos metais e das pedras preciosas é visto, geralmente, como o início de um período de "estagnação" na economia mineira, que se arrastaria por cerca de cem anos. Esta afirmação tem sido aceita como um axioma por parte da historiografia brasileira, como se percebe no trecho abaixo:

"A economia mineira, após ter experimentado grande crescimento durante o ciclo da mineração, vive período relativamente longo de estagnação, do qual somente se recuperará com o desenvolvimento da cafeicultura." (59)

Em 1983, no entanto, um debate travado nas páginas da HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW, em torno de um artigo de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, veio a lançar sérias dúvidas sobre a validade da concepção correntemente aceita. (60)

(59) GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora, p. 24.

(60) Este debate ocupou o número 63 (3) da Hispanic American Historical Review, de agosto de 1983.

O ponto de partida para a contestação da idéia de estagnação, feita pelos Martins, foi dado pela afirmação, documentada, de que o número de escravos aumentou de maneira significativa na província, passando de 169.000 em 1819 a 382.000 em 1870. Um crescimento de tal ordem não seria possível apenas pelo crescimento vegetativo da população escrava, se levadas em conta a alta taxa de mortalidade, além da predominância de uma população masculina. O crescimento seria causado, em essência, pela importação de escravos por parte de Minas Gerais. Dados os custos da mão-de-obra escrava, é de se concluir que uma economia estagnada não teria condições de aumentar o seu contingente de escravos, mas sim, até mesmo, exportá-los para centros mais dinâmicos no país. Segundo os Martins, apesar de não existir na economia mineira um centro dinâmico exportador, nas dimensões alcançadas no século XVIII, as necessidades de cultivo das terras, com vistas a uma produção endógena, aliadas a uma relativa falta de braços para a agricultura, constituíram-se em fatores importantes para o crescimento da escravidão na Província. A economia mineira não seria, portanto, uma economia estagnada, mas, pelo contrário, seria uma economia voltada para as necessidades de seu mercado interno, mercado este suficientemente grande, como já vimos, para sustentar o dinamismo da economia mineira, no século XIX.

Robert Slenes contesta principalmente a idéia de que o setor de exportação não seja o centro dinâmico de economia mineira. Para este autor, o conceito de economia de exportação não deve se prender apenas ao produto específico de exportação - no caso, o café -, mas deve também incluir todos os outros produtos que dão suporte ao processo, e que permitem maior especialização de alguns centros cafeicultores. Dessa maneira, por

exemplo, a produção de porcos em Minas Gerais - e de milho, que alimenta os rebanhos - se liga à exportação do café paulista ou do Vale do Paraíba, na medida em que, como afirma Caio Prado Jr., a carne suína era um dos principais produtos da mesa dos brasileiros daquelas regiões.

O debate entre Slenes e os Martins gira em torno da questão do centro dinâmico da economia mineira no século XIX. Slenes reconhece, no entanto, que o trabalho dos autores serviu para estimular um sério debate que tem como mérito maior a reavaliação das taxas de declínio da economia mineira no século passado, e, afirma que:

"Qualquer que seja a combinação em Minas de ligações com a economia de exportação, disponibilida de de terra, e mercados locais, não se tem mais em vista um economia estagnada, e de pouca signi ficância para o resto do Brasil." (61)

A partir de meados do século XIX o crescimento do café como principal produto de exportação da economia mineira, concentrado na Zona da Mata, e em menor escala no Sul de Minas, viria a produzir alterações significativas na estrutura econômi ca do Estado. Nesse período, Juiz de Fora tornou-se o principal polo de atração de investimentos na região, com o aparecimento de um grande número de oficinas e manufaturas voltadas para o atendimento de suas necessidades internas. Em menor escala, o crescimento da economia da Zona da Mata reproduz o fato já vis to anteriormente quando do estudo das relações entre a economia

(61) SLENES, Robert. "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a eco nomia escravista de Minas Gerais no séc. XIX". Cadernos do IFCH-UNICAMP 17, p. 30.

cafeeira e a industrialização de São Paulo.

A necessidade de escoamento de uma produção cada vez maior de café, a partir de meados do século XIX, levou à construção de uma ampla rede rodo e ferroviária, atendendo à região de Juiz de Fora. Até então, a ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro se fazia pelo "caminho novo", e uma viagem entre Ouro Preto e a capital do Império, feita em lombo de burros, demorava semanas. Em 1852 Mariano Procópio Ferreira Lage conseguiu do governo imperial concessão para construir e explorar, por 50 anos, duas linhas rodoviárias começando às margens do Rio Paraíba e atingindo Ouro Preto e Barbacena. Os trabalhos iniciaram-se em 1856, e em 1861, com a presença da família imperial, foi inaugurada a ligação rodoviária entre Juiz de Fora e Petrópolis (que, por sua vez, se achava ligada desde 1856 à capital pela ferrovia construída por Mauá).

A "Rodovia União e Indústria", com 144 Km de piso macadamizado, armazéns e postos de muda de animais a cada 10 ou 12 milhas, permitiu que a viagem Juiz de Fora - Petrópolis, feita em carruagens, pudesse ser feita, segundo relato de Louis Agassiz, "do erguer ao por do sol".

Para Domingos Giroletti:

"A 'Rodovia União e Indústria' revolucionou o sistema de transportes em Minas Gerais, e abriria horizontes promissores à produção, ao comércio, à indústria e ao desenvolvimento de Juiz de Fora." (62)

Além da Rodovia, Juiz de Fora foi atingida em

(62) GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora, p. 34.

1875 pela Ferrovia D. Pedro II, e em 1885 pela Estrada de Ferro Leopoldina, completando-se uma eficiente malha de escoamento para a produção do café, e acelerando-se o dinamismo econômico da região.

O fator ~~mão-de-obra~~, com a formação de um mercado de trabalho assalariado, da mesma forma que em São Paulo, representou um elemento de grande importância para a região de Juiz de Fora. Da mesma maneira que no Oeste Paulista, como exemplifica João Manuel Cardoso de Mello, a expansão do café na Zona da Mata mineira, e, especialmente, a necessidade de trabalhadores qualificados derivada da construção da Rodovia União e Indústria, fez com que se procurasse incentivar a imigração na região. A Companhia União e Indústria, organizada para a construção da Rodovia, procurou na Alemanha a mão-de-obra especializada necessária para o início dos trabalhos. Os primeiros imigrantes, chegados a 7 de janeiro de 1856, constituíam-se em sua maioria, de operários, mecânicos, ferreiros, etc. Para abrigar os recém-chegados criou-se a Colônia D. Pedro II, que, em dezembro de 1860, abrigava 1.144 pessoas, sendo 636 homens e 508 mulheres.

Em 1887, cafeicultores e industriais da região fundaram a Sociedade Promotora da Imigração em Minas Gerais, com capital de 400 contos de réis, e o objetivo de introduzir e estabelecer na região, em três anos, 30.000 imigrantes. Ainda que na realidade fosse bem menor o número de imigrantes trazidos para a região, e que, além do mais, muitos dos que chegavam não se fixavam ali, não se pode negar que a imigração teve um papel importante na constituição de um mercado de trabalho e de consumo fundamental para o suporte do crescimento industrial de Juiz de Fora em fins do século XIX.

O crescimento do setor secundário da economia de Juiz de Fora pode ser medido, em um primeiro momento, pelo aumento de oficinas e pequenos estabelecimentos, como se depreende da tabela abaixo:

RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS
JUIZ DE FORA: 1870-1877

INDÚSTRIAS: 1870	N.	INDÚSTRIAS: 1877	N.
oficinas de ferreiro....	7	oficinas de ferreiro....	12
olarias.....	6	olarias.....	4
fábricas de carroças....	3	fábricas de carroças....	5
selarias.....	3	selarias e of. de correiro	4
fab. fogos de artifício.	2	fab. fogos de artifício.	2
funilarias.....	2	of. funileiro e caldeireiro	9
of. de marceneiro.....	2	of. de marceneiro.....	3
charuteiros.....	2	fab. de charutos/cigarros.	4
padarias.....	2	padarias.....	3
sapatarias.....	2	sapatarias.....	10
fab. de chapéu de sol...	1	of. de chapeleiro.....	2
of. de colcheiro.....	1	of. de colcheiro.....	2
fab. de cerveja.....	1	fab. de cerveja.....	2
		of. de carpinteiro.....	6
		confeitarias.....	3
		casas de café torrado...	2
		tipografia.....	1
		oficinas diversas.....	6
TOTAL	34		80

Fonte: dados citados por Domingos Giroletti, op. cit., p. 50.

Na década de 1870 acontece o que pode ser chamado de "primeiro surto industrial de Juiz de Fora". Como se pode ver pela tabela acima, as chamadas indústrias não passam de oficinas, em sua maioria, voltadas para o atendimento de demandas geradas pelo mercado urbano interno da região.

A partir de 1880, no entanto, a criação de serviços de infra-estrutura para a produção industrial (eminentemente urbana), além de condições de financiamento para as unidades produtivas, fará com que se inicie um período de instalação de unidades fabris de maior porte, na região. Em 1881, foi inaugurado o serviço de bonde a tração animal, na parte urbana de Juiz de Fora; em 1883 o serviço de telefonia urbana; em 1884 o telégrafo; em 1889, numa iniciativa pioneira, a energia elétrica e a iluminação pública.

De grande importância para o desenvolvimento da região foram o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1889, por industriais e fazendeiros, além da Companhia Mineira de Eletricidade (1888), controlada pela família Mascarenhas (proprietária, dentre outras, da Cia. Cedro e Cachoeira, têxtil). A entrada em operação ainda em 1889 de uma usina pioneira no Rio Paraibuna permitiu a chegada da energia elétrica a Juiz de Fora no mesmo ano, e a expansão das atividades da Cia. levaram à aplicação pioneira no Brasil da energia elétrica à produção industrial, com o início do funcionamento, a 28 de agosto de 1898, dos dois primeiros motores elétricos aplicados na indústria, em Juiz de Fora.

O resultado dessa série de investimentos em infra-estrutura, de facilidades maiores para a obtenção de créditos e financiamentos, além, é claro, da expansão do fluxo de renda gerado pelo café, pode ser constatado através da expansão

do setor industrial, a partir do último ano do Império, como se percebe através da tabela abaixo:

INDÚSTRIAS CRIADAS POR RAMOS DE ATIVIDADE
JUIZ DE FORA
1889-1930

RAMOS	ORIGEM DOS EMPRESÁRIOS		
	IMIGRANTES	NÃO-IMIGRANTES	TOTAL
Alimentação (bebidas).....	22	38	60
fiação, tecel., art. tecidos.....	15	16	31
metalurgia.....	30	06	36
couros, calçados e artefatos.....	22	17	39
madeira, móveis, serraria, carpintaria e marcenaria.....	17	04	21
cerâmica, cimento, marmoraria.....	11	09	20
construção.....	03	05	08
fumo, cigarros e charutos.....	--	11	11
tipografia e litografia.....	11	12	23
indústrias diversas.....	10	27	37
TOTAL	141	145	286

Fonte: dados citados por Domingos Giroletti, op. cit. p. 79

Segundo Domingos Giroletti, os estabelecimentos deste "segundo período" diferem dos anteriores:

"... pela produção em série, pelo emprego de maior contingente operário, pela utilização de tecnologia importada mais sofisticada (principalmente nos ramos têxteis, metalúrgico, tipográfico, indústria de construção), pelo uso da ener-

gia elétrica como força motriz (que possibilita certas economias de escala e maior produtividade pela maior soma de capital investido)." (63)

O caso de Juiz de Fora é exemplar para se analisar, na economia mineira, as influências de transformações estruturais que atingem toda a economia nacional, na República Velha. O crescimento industrial de Juiz de Fora acompanhou a expansão da agricultura cafeeira, como em São Paulo. A migração de capitais para o setor industrial, como aponta João Manuel Cardoso de Mello, indica a existência de um setor onde o lucro se torna o atrativo para os rendimentos excedentes gerados pela lavoura cafeeira. O surgimento de um mercado de trabalho assalariado - e do conseqüente mercado consumidor -, acelerado pelo processo de imigração que acompanha a expansão da rede de comunicações, é outro ponto em comum entre os processos já estudados, a nível nacional, e o caso mineiro de Juiz de Fora. E, por fim, como se pode ver pelas tabelas anteriores, a industrialização de Juiz de Fora, superada a sua fase incipiente, se concentra no período republicano no setor de bens de consumo não-duráveis, com predominância para os setores têxtil e de alimentação. O crescimento das indústrias dedicadas à metalurgia, por sua vez, indica a existência de uma orientação específica mineira, que se tornará vital para a compreensão do conteúdo das políticas de industrialização perseguidas pelos governos mineiros a partir de meados do século XX.

Até a década de 1930 Juiz de Fora se manteve em uma posição predominante no setor industrial mineiro, chegando

(63) GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora, p. 73.

mesmo a merecer o apelido de "Manchester" mineira, em alusão ao centro industrial britânico. A partir dos anos 30, no entanto, sua posição privilegiada será perdida para Belo Horizonte, como resultado de uma série de transformações nas estruturas política e econômica mineiras.

Os dados acima alinhados indicam que houve, em Minas Gerais, um crescimento do número de indústrias, na República Velha, desencadeado principalmente na região de Juiz de Fora. Tomados em absoluto, no entanto, os dados já apresentados podem conduzir a uma visão deturpada da realidade mineira o período. Se é certo que apareceram algumas grandes e médias manufaturas, concentradas principalmente no setor têxtil, por outro lado, dados comparativos da produção industrial mineira mostram que o seu desempenho, quando comparado ao conjunto da produção nacional, não é dos mais significativos.

Observando-se a tabela seguinte, pode-se perceber que o chamado parque industrial mineiro deve ter sido composto, em sua maior parte, por pequenas fábricas e oficinas. Nota-se pela tabela que os coeficientes que medem o capital investido e o valor da produção situam-se por volta da metade do que aponta a quantidade de estabelecimentos. Em resumo, a chamada "industrialização mineira", desencadeada principalmente na Zona da Mata, em Juiz de Fora, não conseguiu gerar nenhuma grande transformação estrutural no conjunto da economia do Estado.

MINAS GERAIS E BRASIL: INDÚSTRIAS
QUADRO COMPARATIVO, CENSO DE 1920

	Minas	Brasil	%
núm. de estabelecimentos	1234	13.336	9,32
capital investido	89.775:573\$	1.815.156:011\$	4,95
força motriz (H.P.)	22.272	310.424	7,17
operários empregados	18.522	275.512	6,72
valor da produção	172.060:860\$	2.989.176:281\$	5,76

Fonte: Minas segundo o Recenseamento de 1920. MG, Sec. de Agricultura, Serviço de Estatística Geral. BH, 1924.

Embora Minas conte com cerca de 10% do número de indústrias, os índices que medem as taxas de concentração de capital e de lucratividade, enfim, que determinam o grau de modernidade de um setor industrial, indicam que a industrialização mineira no período, em que pese a exceção dos setores têxtil e de indústrias cerâmicas, não se estendia além da criação de pequenos estabelecimentos e oficinas.

4.2. A Economia Mineira nos rumos da Especialização: 1930-1955

Até a década de 1930 o crescimento industrial de Minas Gerais teve como centro dinâmico a região de Juiz de Fora, com destaque, dentre os ramos industriais, para os setores têxtil e de alimentação. Isto condiz com o quadro mais amplo do processo de industrialização da economia brasileira até aquela época

ca. Durante os anos 30, no entanto, importantes transformações estruturais, políticas e econômicas, contribuem para mudanças significativas na composição dos dados relativos à industrialização em Minas Gerais.

O crescimento populacional de Belo Horizonte, que completa 50 anos de fundação nesta década, acompanhado por uma série de investimentos estatais em setores de infra-estrutura urbana, uma vez que a transferência da capital estadual de Ouro Preto para o antigo arraial do Curral del Rey exigiu a criação de todas as condições de urbanização necessárias para sua complementação, gerou um polo dinâmico novo na economia mineira. Por outro lado, a ascensão dos setores extrativo e de transformação de minérios também contribuiu para o deslocamento gradativo do eixo central da economia estadual da Zona da Mata (Juiz de Fora) para a Zona Metalúrgica (Belo Horizonte).

Em 1920, por exemplo, a produção industrial da Zona da Mata representava cerca de 56% do total estadual, enquanto que a da Metalúrgica se situava em torno dos 32%. Em 1940 os índices apontam, respectivamente, 20% e 45%, confirmando o deslocamento do polo dinâmico da economia mineira para a região de Belo Horizonte. Em 1940, os números já indicam, portanto, uma nítida predominância de Belo Horizonte em relação a Juiz de Fora, em termos de produção industrial:

BELO HORIZONTE E JUIZ DE FORA
INDUSTRIALIZAÇÃO - QUADRO COMPARATIVO
RECENSEAMENTO DE 1940

	Belo Horizonte	Juiz de Fora
Número de empresas	362	192

Continua...

	Belo Horizonte	Juiz de Fora
Número de estabelecimentos	400	224
Capital aplic. (Cr\$ 1.000)	105.594	53.448
Pessoal empregado	12.816	6.895

Fonte: dados primários, IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, 1940.

A partir de 1929-30, os novos investimentos na economia mineira são encaminhados principalmente para o setor de mineração e de metalurgia. Mesmo assim, em termos gerais, o crescimento do Estado não foi suficiente para que o valor de sua produção industrial passasse a ter um peso significativo no conjunto da produção nacional: em 1907 representava 4,4% deste total; em 1919 5,6%; em 1939 ainda representava apenas 6,5% do valor da produção brasileira.

Se, no seu conjunto, e em termos comparativos, a economia mineira não apresentava grandes progressos nos rumos da industrialização, o setor metalúrgico, por sua vez, apresenta importantes índices quantitativos de crescimento:

MINAS GERAIS: 1920-1940
INDÚSTRIA METALÚRGICA
PRODUÇÃO EM TONELADAS

	1920	1925	1940
Ferro Gusa	2.000	31.040	158.739
Aço	---	26.013	85.337

Fonte: Clélio C. Diniz, op. cit., p. 41.

É interessante notar-se que, segundo documento

elaborado pela Fundação João Pinheiro (64) os investimentos do setor extrativo mineral e metalúrgico, até a década de 40, foram preferencialmente canalizados para as cidades tradicionais, fundadas ainda na época do ciclo do ouro. O fator localização das jazidas, mais do que as facilidades de exportação, que, como veremos, será preponderante nos anos seguintes, foi o principal elemento na escolha de locais para a implantação das unidades de produção. É o que se dá com a criação pioneira da "Usina Esperança" em Itabirito, em 1889; com a Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará, em 1917 (incorporada, em 1921, à Belgo Mineira); com o Alto Forno Pedro Gianetti em Rio Acima, em 1922. Por isto mesmo os dados do Censo de 1940 apontam, entre as localidades com mais de 1.500 pessoas empregadas no setor industrial, no Estado, uma predominância absoluta de cidades históricas do ciclo do ouro: Barbacena, Lafaiete, Mariana, Nova Lima, Rio Piracicaba, Sabará, São João del Rey, além de Belo Horizonte e Juiz de Fora que são as únicas cidades que possuem tal contingente de trabalhadores no setor secundário da economia nesta época.

A Revolução de 1930, com suas conseqüências a nível nacional, repercutiu também sobre aspectos importantes da industrialização em Minas Gerais. Para o período posterior a 1930, Clélio Campolina Diniz aponta como de grande importância o surgimento de uma "tecnocracia" em setores da burocracia estadual, constituída em sua maior parte por engenheiros formados na Escola de Minas, de Ouro Preto, e que se opunha aos "bacharéis" que até então predominavam, dentro dos tradicionais esquemas de

(64) Fundação João Pinheiro, Diagnóstico da Economia Mineira, 1962.

clientelismo político, na estrutura administrativa mineira. Isto reflete, a nível regional, de certo modo, aquela relativa autonomia postulada por Sônia Draibe para as instâncias burocráticas federais. Segundo Diniz:

"Essa tecnocracia, dada a especificidade econômica e política de Minas Gerais, de região atrasada e com grande volume de recursos naturais, leva para dentro do aparelho de Estado uma ideologia desenvolvimentista e moderna para os padrões da época, advogando a industrialização como saída para o atraso econômico mineiro, antecipando-se mesmo ao próprio setor empresarial." (65)

O primeiro resultado importante dos esforços direcionados para a promoção da industrialização se concretiza na criação da Cidade Industrial de Contagem, através do Decreto 770, de 20/03/41. Para a instalação da Cidade Industrial, o Estado desapropriou uma grande área de terras situadas a 9 Km do perímetro urbano de Belo Horizonte. Comprometeu-se também a urbanizar cerca de 4 milhões de metros quadrados, dotando a região de rede de água e esgotos, além de providenciar o suprimento de energia elétrica, através da construção da Usina de Gafanhoto, no Rio Pará, com capacidade inicial para 10.000 H.P.. Foi construída também uma avenida pavimentada de 35m de largura para a ligação entre o centro industrial e a cidade de Belo Horizonte - a atual Avenida Amazonas, uma das principais da cidade.

Apesar de todos os incentivos e pressões do governo mineiro - diz-se que o governador Benedito Valadares ameaçava os relutantes em se transferir para a Cidade Industrial,

(65) DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, p. 41.

acenando com a possibilidade de se fazerem cumprir as normas fiscais em relação às suas empresas... - em 1947 apenas 10 indústrias, ocupando cerca de 1.000 trabalhadores, se achavam em funcionamento em Contagem. A ausência de mercados, somada à precariedade dos transportes entre Minas e o restante do país, são dois fatores mais importantes, segundo Clélio Campolina Diniz, para o lento crescimento da Cidade Industrial.

Em 1942 outra importante iniciativa viria a confirmar o crescimento do setor extrativo mineral na economia mineira. A criação da Companhia Vale do Rio Doce, que se tornaria logo uma das mais importantes empresas do setor extrativo mineral, somente foi possível através da convergência de interesses nacionais e estrangeiros. Segundo Clélio Campolina Diniz:

"Este empreendimento, da mesma maneira que o caso da siderurgia nacional, cuja discussão havia se arrastado por um longo período, tornou-se possível mediante um forte Estado intervencionista e pelo interesse internacional (através de financiamentos), principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, face à Segunda Guerra Mundial e seus possíveis desdobramentos." (66)

Em 1940, ainda dentro da etapa de "industrialização restringida", conforme a periodização de João Manuel Cardoso de Mello, a economia mineira apresentava como característica específica o fato de ter o setor extrativo mineral e metalúrgico se transformado no centro dinâmico de crescimento industrial no Estado. Pela tabela que se segue, é possível perceber-se que,

(66) DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, p. 56.

somados, estes dois ramos ocupam a primazia em todos os indicadores de desempenho econômico. Por outro lado, o pequeno crescimento do setor têxtil confirma o sentido das transformações nos rumos da economia estadual.

MINAS GERAIS: 1940
EMPRESAS E ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS
POR RAMOS DE ATIVIDADE

CONSTITUIÇÃO JURÍDICA E CLASSES DE INDÚSTRIAS	Em 1 de setembro de 1940		
	Empresas	Capital*	Pessoal
CONSTITUIÇÃO JURÍDICA			
Firmas individuais	3.564	167.587	25.000
Sociedades de pessoas	660	103.196	11.778
Soc.de capital, mistas e outras	375	966.964	52.828
Extrativas de prod. minerais	166	106.422	8.444
Extrativas de prod. vegetais	17	15.549	778
Indústrias metalúrgicas	101	316.706	16.970
Indústrias mecânicas	31	5.579	442
Transf. minerais não-metálicos	587	28.040	5.598
Madeiras e produtos afins	306	29.572	4.017
Indústrias do papel e papelão	10	12.616	696
Indústrias de couros e peles	172	11.868	1.829
Ind. químicas e farmacêuticas	113	30.063	1.181
Indústrias têxteis	84	187.715	17.677
Vestuário, calçados e toucador	256	10.431	3.050
ind. produtos alimentares	2.051	226.602	15.601
Ind. de bebidas e estimulantes	90	13.564	1.018
Indústrias da construção civil	124	19.811	6.806
Eletricidade, gás e frio, abastecimento de água e esgotos	228	193.906	2.891
Ind. editoriais e gráficas	239	17.731	2.051
Indústrias mistas	25	1.486	298

* em Cr\$ 1.000

Fonte: IBGE, dados primários, Recenseamento Geral do Brasil, 1940.

A indústria têxtil, que em 1920 contava com 77 empresas, duas décadas depois tem acrescido a este número apenas 7 estabelecimentos. O setor metalúrgico, por sua vez, passa de uma posição secundária para o primeiro plano na economia mineira.

Em resumo, pode-se notar no período que vai de 1930 a 1950 - com a "industrialização restringida" - um movimento de transformação da economia mineira apontado para:

- a) a perda do predomínio do setor têxtil;
- b) o crescimento do setor ligado à produção mineral;
- c) o deslocamento regional do polo dinâmico da economia, com a substituição da Zona da Mata pela Metalúrgica como principal centro de concentração industrial no Estado.

A economia estadual ensaia, no período, um processo de especialização, que terá sua crítica nos anos 60, quando a grande concentração no setor extrativo mineral será considerada um dos principais entraves para uma expansão do processo de industrialização "moderno" em Minas Gerais.

Por fim, a instalação de um setor "tecnocrático" na burocracia estadual deve ser visto como um fator importante para que se tenha um quadro mais completo das condições do desenvolvimento no Estado. Esta burocracia será, em grande parte, a responsável por planos e políticas modernas (isto é, industrializantes) de desenvolvimento.

No final dos anos 40, alguns setores da burocracia estadual aderiram, ao que parece, com entusiasmo à idéia de que o "atraso" da economia mineira não poderia ser superado atra

vês da expansão de um único setor industrial, a saber, a indústria extrativa mineral e a indústria metalúrgica. No governo Milton Campos - 1946-1950, UDN - apareceu a primeira tentativa de se implementar um plano global para a economia mineira, com ênfase na industrialização, e com a previsão de metas, recursos financeiros e objetivos específicos para vários campos da produção no Estado. Tratava-se do "Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção", que estabelecia, entre outras, as seguintes medidas: a) criação de uma "Taxa de Serviços de Recuperação Econômica", incidindo sobre transações de qualquer natureza, com vigência de 6 anos, destinada a prover recursos suplementares para o fomento à industrialização; b) criação de uma estrutura burocrática de suporte, composta por 47 órgãos e comissões - dentre eles, destaque-se, 25 escolas profissionais e vocacionais para a agricultura e indústria; c) isenção de impostos estaduais pelo prazo de 5 anos, válida para as indústrias instaladas no Estado a partir daquela data.

O diagnóstico elaborado para o setor industrial em Minas Gerais constatava, sem novidades, o atraso da industrialização:

"O progresso industrial do Estado é lento em face do de outras unidades da federação, cujas atividades, nesse rumo, assumem proporções apreciáveis e até, às vezes, grandiosas.

A falta de condições favoráveis ao desenvolvimento de nossas fontes de produção industrial tem sido, em determinados setores, a causa da estagnação de algumas e da morosa expansão de outras. A tendência ao conservantismo levou Minas Gerais à condição de Estado de economia colonial. Vende e exporta matéria prima de baixo preço, e compra e importa, em troca, artigos manufaturados de alto valor. Daí o desequilíbrio que, dia a dia,

mais se acentua entre o nosso e os demais Estados da federação." (67)

Para superar as condições negativas acima alinhadas, o Estado deveria agir supletivamente às indústrias privadas, estimulando-as e amparando-as em sua fase inicial, através de incentivos e subsídios. A intervenção somente era aceitável, segundo os princípios que orientavam o Plano, "onde a iniciativa particular for omissa ou incapaz, limitada essa interferência às indústrias fundamentais e de caráter básico." (68)

Os resultados dos esforços do governo Milton Campos - que incluíam, ainda, uma nova Cidade Industrial no município de Santa Luzia, nas proximidades de Belo Horizonte - ficaram, entretanto, aquém das expectativas. Apesar de todos os incentivos, Minas Gerais não poderia ser, à época, considerada um local atrativo para novos investimentos industriais. Mesmo com a abundância de matéria prima mineral existente, carências de recursos energéticos instalados (embora fosse grande o potencial hidráulico), aliados à precária rede de transportes e à fragilidade dos mercados locais, trabalhavam contra as aspirações industrializantes da burocracia estadual.

O governo seguinte, tendo à testa o ex-prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD), com o seu lema "energia e transportes", e sem representar uma ruptura radical com os objetivos fixados no governo anterior, procuraria canalizar os recursos estaduais para a expansão das condi

(67) Governo do Estado de Minas Gerais, Plano de Industrialização e Fomento da Produção, p. 26.

(68) id. *ibid.*, p. 27.

ções básicas para a industrialização do Estado.

Em 1952, foi criada a CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais - empresa pública que construiu, em três anos, as usinas de Tronqueiras, Itutinga, Piau, Cajuru e Salto Grande. Segundo Clélio Campolina Diniz, a CEMIG nasceu ajustada à idéia da empresa pública como suporte para a expansão do capitalismo, dadas as condições de insuficiência dos capitais privados internos para cumprir esta tarefa. Além do mais, o autor ressalta a idéia de sintonia entre as equipes de tecnocratas estaduais e federais, tendo como traço de união a aceitação da necessidade de acelerar-se o desenvolvimento nacional. Ainda de acordo com Clélio C. Diniz:

"A CEMIG passou a ser a empresa (instituição) de maior peso do governo mineiro. Nela se aglutinaria a tecnocracia, cujo embrião vinha se formando desde a década de 1930, mas que se enfraquecera com a 'democratização' do sistema." (69)

As iniciativas do governo estadual no que diz respeito à energia elétrica foram bem aceitas pelos investidores. O melhor exemplo para o período é o da Mannesmann, siderúrgica, que se instalou em 1952 no distrito do Barreiro, região entre Belo Horizonte e Contagem, preparando-se para operar um pioneiro alto forno elétrico, depois de obter do governo o compromisso de fornecer a energia necessária ao seu funcionamento.

O setor de transportes também mereceu atenção especial. No Plano de Recuperação do governo Milton Campos constava, como prioridade, completar as ligações rodoviárias entre Be

(69) DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, p. 46.

lo Horizonte e São Paulo e Belo Horizonte e Vitória, além de melhorar a rodovia que ligava a capital mineira ao Rio de Janeiro. Através da coordenação do Departamento Estadual de Transportes - DER - e com a participação de um grupo de então pequenas construtoras mineiras como a Andrade Gutierrez e a Mendes Jr. (que foram, inclusive, favorecidas com facilidades contratuais, financiamentos subsidiados para a compra de equipamentos no exterior, etc.) o governo Kubitschek conseguiu superar as marcas estipuladas de 2.000 Km e alcançou a cifra de 3.728 Km de estradas de rodagem construídas em 4 anos.

A realização de uma série de obras de infraestrutura foi acompanhada, na primeira metade dos anos 50, pelo crescimento acelerado do setor mineral da indústria estadual. Com a participação de novas unidades como a ACESITA (Aços Especiais Itabira), Mannesmann, além da expansão da Belgo Mineira, a produção de aço cresceu de 170.262 t. em 1950 para 244.795 em 1955, e a de ferro gusa saltou de 295.841 t. para 415.134 t. no mesmo período. Significativo também foi o aumento da produção estadual de cimento: de 261.288 t. em 1950 atingiu as 689.591 t. seis anos depois.

Ainda no setor siderúrgico, o caso da USIMINAS é exemplar para o acompanhamento de aspectos do processo de crescimento do setor extrativo mineral. A empresa foi criada em 1958, através da associação de capitais nacionais - privados e estatais - e de capitais japoneses. Segundo Clélio C. Diniz, tratava-se da primeira unidade de grande porte empregando tecnologia nipônica no Ocidente. Por esta razão, a USIMINAS foi considerada uma espécie de "vitrine" para a tecnologia japonesa no setor, merecendo especial atenção por parte dos técnicos para que suas metas e cronogramas fossem rigorosamente cumpridos. A loca

lização da empresa, por sua vez, indicava a tendência predominante nos anos seguintes: instalada no Vale do Aço, exigindo a criação de toda uma infra-estrutura urbana para a instalação de seu pessoal, a escolha do local atendia principalmente às metas de exportação para o mercado externo, através dos portos de Espírito Santo.

Delineava-se, assim, o papel da industrialização mineira nas décadas de 50 e 60: papel predominante para o setor extrativo mineral e para a indústria metalúrgica, participação de capitais estrangeiros, produção voltada para a exportação. Segundo Clélio C. Diniz, resumem-se da seguinte forma os contornos da economia mineira nos anos 50:

"Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, iniciava-se a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e a integração do parque industrial, redefinindo a divisão interregional do trabalho a nível de indústria, no Brasil. Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as indústrias mais importantes estavam sob o seu controle: Belgo, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Cominci.

Finalmente, ganha importância a idéia da empresa pública como suporte e complemento aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista." (70)

Segundo Paulo Roberto Haddad, apesar de crescimentos setoriais observados, em números comparativos a economia mineira como um todo apresentou um ritmo de expansão industrial

(70) DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, p. 84-85.

bem menor do que o de outras unidades da federação, além de se situar abaixo do índice nacional para o período. (71)

Os estados da região Sul, conforme pode-se ver na tabela que se segue, apresentam índices de crescimento para a indústria de transformação superiores aos de Minas Gerais. Os dados relativos aos setores mineral e energético, por sua vez, confirmam a tendência à especialização da produção mineira nos ramos citados, apresentando índices superiores aos dos demais estados e ao do Brasil.

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DE SETORES INDUSTRIAIS
NO BRASIL E EM ALGUNS ESTADOS DE 1949 A 1960.

ESTADOS	Extrativa Mineral	Transformação	Energia Elétrica	Construção civil
Minas	24,51	11,78	24,55	14,52
S. Paulo	---	20,42	13,72	9,73
Paraná	5,00	20,68	15,17	20,10
S. Catarina	4,13	18,26	41,68	49,86
R.G.do Sul	---	71,08	29,22	10,10
BRASIL	13,43	15,60	10,60	7,63 *

* Até 1958

Fonte: R.B.E.: março e setembro de 1962. Cf. Paulo Roberto Haddad, op. cit., p. 135.

(71) Cf. HADDAD, Paulo Roberto. "A Economia Mineira: renda interna e relações inter-industriais". Revista Brasileira de Ciências Sociais IV (1).

Ainda de acordo com Haddad, os setores de energia elétrica e extração mineral lideram o crescimento em termos percentuais, com cerca de 270% no período que vai de 1949 a 1960. A indústria da construção civil teve um aumento de 160% e a de transformação 130%. Dentre as indústrias de transformação o maior crescimento deu-se no setor de minerais não-metálicos (370%) e metalúrgico (230%). As "indústrias tradicionais" - em especial as têxteis e de alimentação "cresceram em ritmo lento, comprovando-se em algumas delas relativa estagnação". (72)

Estes dados podem ser melhor visualizados na tabela abaixo:

BRASIL - MINAS GERAIS
CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
POR SETORES INDUSTRIAIS: 1949-1960

SETOR	MINAS GERAIS	BRASIL
Indústrias têxteis	2,8%	6%
Indústrias alimentares	5,02%	6,6%
Minerais não-metálicos	33%	13%
Metalurgia	30%	14%

Fonte: Paulo Roberto Haddad, op. cit., p. 133.

Em termos comparativos, mais especificamente com São Paulo, pode-se ter uma idéia do pequeno desenvolvimento da produção industrial mineira. O crescimento setorial das indústrias extrativas minerais e metalúrgicas não foi suficiente, in

(72) HADDAD, Paulo Roberto. "A Economia Mineira: renda interna e relações inter-industriais". Revista Brasileira de Ciências Sociais IV (1): 132.

clusive, para que Minas Gerais pudesse ao menos manter sua participação percentual dentro do total nacional, apresentando uma queda constante entre 1939 e 1959, como se vê através do quadro que se segue:

MINAS GERAIS e SÃO PAULO
PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1939-1959
PERCENTUAIS SOBRE O TOTAL NACIONAL

ESTADO	1939	1949	1959
Minas	7,5%	6,6%	5,8%
São Paulo	41%	49%	56%

Fonte: Clélio C. Diniz, op. cit., p. 119.

Estes números confirmam a idéia geral de que a industrialização em Minas Gerais não teve o impacto e a diversificação desejadas na década de 1950. A "especialização" da economia mineira passou a ser considerada, inclusive, um entrave para o desenvolvimento do Estado.

4.3. MINAS GERAIS NOS ANOS 60: as contradições internas na burocracia estadual

A industrialização em Minas Gerais, a partir do declínio da produção da Zona da Mata, que acompanha, cronologicamente, a etapa da "industrialização restringida", no país, teve o seu centro dinâmico transferido para a região de Belo Horizonte e Zona Metalúrgica, a partir dos anos 40. No processo, destaca-se o crescimento acelerado dos setores ligados ao extrativismo e à transformação de matérias primas minerais.

O surgimento de um novo padrão de industrialização no Estado foi acompanhado por modificações significativas no papel atribuído ao setor estatal no processo. A intervenção do Estado, seja através de participação direta na produção através da subscrição de capitais - e, quase sempre, em associação com capitais estrangeiros, como no caso da USIMINAS -, seja através de iniciativas nos setores de infra-estrutura ou planejamento, indica a existência de alterações significativas nas concepções ainda vigentes acerca dos rumos do processo de desenvolvimento. Ainda que, oficialmente, o papel atribuído ao setor estatal seja meramente "supletivo", com a primazia das iniciativas se concentrando na iniciativa privada, como previa o plano elaborado pela equipe de Milton Campos, não resta menor dúvida de que, na prática, a atuação do Estado se afigura, na década de 50, indispensável para a continuidade do desenvolvimento industrial de Minas Gerais.

Depois das tentativas para o planejamento do desenvolvimento da economia mineira dos anos 40, onde se destacam a criação da Cidade Industrial de Contagem e o Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção, na década de 1950 novos esforços foram realizados para a continuidade do processo. A criação da CEMIG, já citada, além da importância do DER no governo Kubitschek, são alguns dos exemplos que confirmam esta afirmação. Além destes, ainda, em 1951 foi constituído o Conselho Estadual de Economia e Planejamento, com competência para analisar as diretrizes das políticas econômica e financeira do governo estadual e sugerir medidas adequadas para uma melhor implementação conjunta destas políticas. Criado em 1951, no entanto, o Conselho somente teve as suas atividades efetivamente oito anos depois, quando foram contratados alguns profissionais indispen

sáveis para o seu funcionamento.

Assim, na década de 1950, conforme foi visto anteriormente, o núcleo principal da "tecnocracia modernizante" no Estado de Minas Gerais se instaurou na CEMIG e no DER. Com a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1956, este núcleo se transferiu, em grande parte, para órgãos da esfera federal, quando o ex-governador de Minas transplantou para a vida nacional o seu famoso binômio "energia e transportes".

A retomada da prioridade do planejamento, pode-se dizer, em Minas Gerais, acontece após o governo Bias Fortes (1956-1960, PSD). O governador eleito para o quadriênio seguinte, José de Magalhães Pinto, antigo secretário de finanças do governo Milton Campos, entre as suas medidas ainda no primeiro semestre de governo incluiu a criação da Coordenadoria Geral dos Assuntos do Desenvolvimento em Minas Gerais, que, no entanto, teve menos de seis meses de existência. Nova tentativa para o aparelhamento dos setores burocráticos ligados ao planejamento do desenvolvimento aconteceu em fins de 1961, com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, CODEMIG, o qual, na verdade, como se percebe pela leitura de suas competências e atribuições, representou uma reformulação de antigo Conselho Estadual de Economia e Administração.

Em linhas gerais, as primeiras reformas efetuadas no governo Magalhães Pinto não trouxeram nenhum resultado prático de importância para as estruturas administrativa e produtiva do Estado. A máquina estatal contava com uma grande sobreposição de instâncias e atribuições, dificultando qualquer tentativa de se centralizar o planejamento de aspectos setoriais da economia estadual. Os novos órgãos criados padeciam, ao mesmo tempo, de carências materiais e de autonomia suficiente para se fazerem

ouvir dentro da pesada máquina burocrática existente.

Em 1962, o governo Magalhães Pinto promoveu uma ampla reforma administrativa, que na área de planejamento apresentou a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Com o novo status, as questões relativas ao desenvolvimento poderiam, acreditava-se, ser concentradas em uma única instância decisória. Importante também foi a criação do Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, o BDMG, cuja implantação se encontrava em fase de estudos desde 1956. O governador, banqueiro ele mesmo, compreendia muito bem a necessidade de fontes de financiamento para os projetos de industrialização...

Uma das primeiras atribuições do BDMG foi a de elaborar um "Diagnóstico da Economia Mineira", que, segundo afirma Clélio C. Diniz:

"Amplamente divulgado e debatido pela imprensa, o documento generalizou a concepção do empobrecimento relativo de Minas e de sua exploração por outras unidades da federação." (73)

O processo de instauração de uma estrutura tecnocrata moderna em Minas Gerais, que teve no BDMG um de seus pontos de maior destaque, foi complementada com a criação do Instituto de Desenvolvimento Econômico, INDI, e da Companhia de Distritos Industriais, CDI. A montagem de novas estruturas burocráticas, especificamente relacionadas com a promoção do desenvolvimento econômico estadual, no governo Magalhães Pinto, foi feita paralelamente à manutenção de antigas repartições e órgãos "tradicionais". As características gerais do funcionamento da buro-

(73) DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, p. 157.

cracia no Brasil, e em Minas Gerais, apontam sempre para a dificuldade de eliminarem órgãos considerados superados. Via de regra, as reformas administrativas implementadas acabam por promover a duplicidade de estruturas e competências, que, por vezes, geram conflitos internos nos aparelhos estatais. Em Minas Gerais, as novas estruturas burocráticas criadas por Magalhães Pinto tiveram que conviver, portanto, principalmente até 1964, com outros setores da máquina estatal, marcados por orientações às vezes divergentes quanto à natureza do processo de desenvolvimento. Enquanto que no BDMG, INDI e CDI se preconizava a industrialização e se enfatizavam os aspectos estritamente econômicos do processo de desenvolvimento, no Gabinete de Planejamento e Coordenação, diretamente ligado ao governador, e em algumas das Secretarias de Estado, predominava uma visão "humanista" do processo.

Segundo esta corrente, o desenvolvimento somente teria sentido quando "voltado para o homem e sua promoção individual". Fortemente influenciados por idéias do humanismo cristão, como acontece, por exemplo, no caso do secretário do Trabalho, o prof. Edgar da Mata Machado, colaborador íntimo de Alceu de Amoroso Lima, os "humanistas" defendiam a função propedêutica do processo de desenvolvimento, com a economia posta a serviço de transformações sociais. Suas posições contrastavam muitas vezes com os tecnocratas reunidos no BDMG, no INDI e na CDI, que apresentavam quase sempre uma tendência, manifesta em seus projetos e pareceres, no sentido de privilegiarem exclusivamente o crescimento econômico, considerando as transformações sociais uma decorrência do processo de industrialização.

A coexistência das duas correntes está na origem, como veremos, do processo de criação das Universidades do Trabau

lho, quando as concepções "humanistas" do então Secretário do Trabalho, o prof. Edgar de Godoi da Mata Machado, orientavam os estudos para a sua implementação. E são também fundamentais para que sejam entendidos os resultados, na medida em que somente em 1965 se tornam realidade os estudos iniciados desde 1961.

Com o movimento militar que derrubou o presidente João Goulart, no qual teve papel de destaque o governador de Minas Gerais, os representantes da corrente "humanista" se viram constrangidos a abandonarem os seus cargos no governo. Mesmo que, como faz o prof. Mata Machado (74), afirmem não ter havido pressões por parte do governador para que tomassem tal iniciativa, o certo é que as preocupações com problemas sociais passaram a ter, muitas vezes, conotações "subversivas" aos olhos pouco esclarecidos de muitos dos participantes da chamada "Revolução". O prof. Mata Machado, por exemplo, foi um dos secretários que se demitiram no dia 1 de abril de 1964.

Na área da Educação, que abrange um dos aspectos fundamentais relacionados ao tema deste trabalho, os exemplos são significativos. O primeiro secretário de Educação do governo Magalhães Pinto foi o jurista e antigo militante da UDN, Oscar Dias Corrêa. Em 1961, pouco dias depois de sua posse no cargo, Oscar Corrêa, ao proferir a aula inaugural do ano letivo na Universidade Católica de Minas Gerais, discorreu sobre o tema "Desenvolvimento e Educação". Mesmo sem deixar de condenar os "excessos" nacionalistas de setores influenciados pelas idéias de Raul Prebisch, o secretário, ao definir o que, no seu entender, seriam os objetivos do processo de desenvolvimento, afirma

(74) Em entrevista à autora, 11/09/89.

va que:

"A análise dos problemas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento haveria de conduzir, nos seus aspectos extra-econômicos, ao HOMEM, como objetivo principal.

E no objetivar esse homem, na sua formação, haveria de esbarrar com um dado primário: a EDUCAÇÃO. (...)

Sem esse objetivo humano, o desenvolvimento deixaria de ser aspiração para se fazer sacrifício. O que não se fizesse em favor do homem, far-se-ia contra ele.

E sem a base educacional não é possível admitir que possa existir desenvolvimento: só a melhoria de suas condições o habilitará à propulsão do desenvolvimento e à utilização de seus efeitos." (75)

O "investimento no homem", nas palavras do secretário, e ainda que trazendo certas conotações que denotam o caráter instrumental da educação, ainda pode ser alinhado entre o que, em linhas gerais, pode ser considerado "concepção humanista" do processo de desenvolvimento. Com a desincompatibilização de Oscar Corrêa em 1962, quando concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados, assumiu o cargo o prof. de Sociologia, José de Faria Tavares, que, em entrevista logo após sua posse, afirmava:

"Há uma consciência da Importância da Educação como fator da própria libertação de nossa gente, da sua condição de subdesenvolvimento, mas esta consciência ainda não se tem mobilizado devidamente com este objetivo, e outros problemas tem-se colocado na pauta pública em caráter priori

(75) CORRÊA, Oscar Dias. Desenvolvimento e Educação, Revista do Ensino n. 209, p. 21.

tário, com prejuízo da questão educacional. (...) Encaramos, no momento, a educação como o problema de maior relevo e significação para a vida administrativa e política do Estado; sem a sua solução não teremos condições para a nossa emancipação econômica e muito menos para a nossa autêntica vivência democrática." (76)

A educação assume claramente, nas palavras de Faria Tavares, um papel propedêutico na promoção do desenvolvimento, coerente, conforme veremos, com o pensamento de outros educadores brasileiros, em geral afinados com as idéias da CEPAL, como por exemplo, Luiz Pereira.

O golpe de 1964 representou, no plano estadual mineiro, a ascensão de quadros técnicos comprometidos com as idéias que, a nível federal, o Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, procurava implementar. Um exemplo disto está na indicação do cientista político Jarbas Medeiros para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, o mesmo Jarbas Medeiros que, meses antes, exercendo mandato eletivo na Assembléia Legislativa estadual, em sua saudação a Roberto Campos o havia considerado, entre outras coisas, o "homem providencial", o "técnico capaz, que talvez consiga consertar a máquina nacional, confusa e emperrada..." (77)

E, mais ainda, na Secretaria de Educação se processa a substituição do sociólogo e professor José de Faria Tavares pelo engenheiro Aureliano Chaves de Mendonça, que, signi

(76) TAVARES, José de Faria. Entrevista a Elizabeth V. Horta, Revista do Ensino n. 213, p. 60.

(77) MEDEIROS, Jarbas. Governo e Planejamento em Minas Gerais, p. 229.

ficativamente, num dos seus primeiros atos, através da Portaria 129, de 27/04/64, determinou a introdução de "lições de moral e civismo" em todas as escolas da rede pública estadual.

Em resumo, o processo de industrialização em Minas Gerais conduziu à "especialização" da economia mineira na produção de bens intermediários e na exportação de matérias primas minerais. Com isto, firmou-se no Estado a percepção de que uma economia assim determinada tenderia a se consolidar em uma posição secundária a nível nacional, com a canalização de seus recursos para outras unidades da federação. A tese do "colonialismo interno" ganhou corpo, em analogia com as idéias proclamadas pela "teorias do desenvolvimento" em pleno vigor à época.

Nos anos 60, Minas Gerais assitiu um esforço do governo Magalhães Pinto para a promoção do planejamento da industrialização, através de políticas estatais que levassem à diversificação e à integração do parque industrial estadual. Até o ano de 1964 coexistiram, no entanto, duas concepções a respeito dos objetivos e dos conceitos envolvidos na definição dos programas de desenvolvimento. A corrente "humanista", em geral fixada em estruturas antigas da máquina burocrática estadual, foi desalojada e perdeu força a partir da nova conjunção política que derivou da vitória do movimento militar em 1964.

Em linhas gerais, as contradições existentes no interior do governo Magalhães Pinto acompanham todo o tempo o processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais, e a maneira pela qual foram resolvidas indicam também os rumos seguidos pelo processo, quando as propostas para a criação de uma rede de instituições de nível superior voltadas para o atendimento de uma clientela prioritariamente oriunda das camadas populares se concretiza em uma única instituição, a UTRAMIG,

que tem sua pauta de atuação amplamente desvinculada das propostas que marcaram o seu projeto inicial, sendo transformada basicamente em mais uma escola técnica a nível de segundo grau.

SEGUNDA PARTE

AS UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS

CAPÍTULO 5

TRABALHO E EDUCAÇÃO: ALGUNS ASPECTOS E RELAÇÕES

5.1. O conceito de "trabalho" na sociedade capitalista

Trabalho e Educação são duas das instâncias fundamentais da vida em sociedade. Através do trabalho, o homem assegura as condições materiais de sua existência; pela educação, considerada em seu sentido mais amplo, a espécie humana garante a sobrevivência de conhecimentos adquiridos no passado e a sua transmissão à gerações futuras, num processo que assegura a própria sobrevivência da espécie, enquanto tal.

O processo de trabalho é analisado por Karl Marx no capítulo V do livro I de O Capital. O ponto de partida para a análise reside no caráter natural do processo: o trabalho deve ser considerado, primeiramente, como uma relação necessária entre o ser humano e a natureza:

"Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e per

nas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida." (78)

Mas, ao atuar sobre a natureza, e de uma maneira radicalmente diferente da dos animais, que se guiam exclusivamente pelo instinto, o homem modifica a sua própria natureza. O trabalho fundamenta um processo dialético que, segundo Marx, conduz à superação do estado de simples animalidade na espécie humana. Desta forma, a compreensão do conceito de trabalho representa, dentro do quadro referencial da teoria marxista, um elemento fundamental. Segundo José Arthur Giannotti, a partir daí pode-se subverter a noção hegeliana de "idéia" e o esforço analítico encontra elementos na realidade concreta para justificar as relações e transformações por quem passam as sociedades humanas. Para Giannotti, de acordo com Marx, o conceito de trabalho, interpretado como atividade material orientada por um projeto,

"... consiste, em primeiro lugar, no esforço do indivíduo para superar a particularidade de sua situação carente e alcançar a totalidade da satisfação, de modo que realiza sem qualquer recurso ao pensamento, ao movimento do conceito, a união do particular e do universal. (...) Pelo trabalho podemos chegar a compreender o SENTIDO de uma ação social, o alcance de suas consequências e sua transitoriedade intrínseca, sem precisar recorrer à finalidade divina." (79)

O caráter natural emprestado inicialmente ao conceito de trabalho, válido como ponto de partida para sua defini

(78) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 149.

(79) GIANNOTTI, José Arthur. Origens da Dialética do Trabalho, p. 21.

ção, é superado, no entanto, na medida em que o trabalho constitui, ao mesmo tempo, a base sobre a qual se fundam as relações sociais na espécie humana. Assim, se, a princípio, como ressaltava Marx, "a natureza geral do processo de trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo" (80), o estabelecimento de relações sociais de produção indica o caráter social, indissociável, que acompanha o processo de trabalho. As formas de organização da produção e de apropriação dos produtos são socialmente determinadas, e o desenvolvimento do MPC, quando a produção de valores de uso se transforma em produção de valores de troca - mercadorias - exemplifica bem o caráter social do processo de trabalho e de suas transformações no decorrer da história da espécie humana.

Segundo Marx, o processo de trabalho sob o MPC, ainda que fundado naquele trabalho naturalmente determinado e indiferenciado em suas estruturas naturais, se transforma em realidade concreta a partir de dois fenômenos peculiares: o trabalhador executa suas funções sob o controle do capitalista, a quem pertencem os meios de produção; o produto do trabalho passa a ser propriedade do capitalista, e não daquele que o executa. O trabalho, nestas condições, torna-se uma mercadoria, como todas as outras que participam do processo de produção, e o seu comprador pode utilizá-lo segundo os seus próprios interesses. Do ponto de vista do capitalista,

"... o processo de trabalho é um processo entre coisas que lhe pertencem. O produto desse proces

(80) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 154.

so lhe pertence de modo inteiramente igual ao produto do processo de fermentação em sua adega." (81)

Se a socialização do processo de trabalho conduz à sua própria superação enquanto atividade natural, levando ao estabelecimento de determinadas relações de produção, com o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, MPC, estas relações se materializam na separação radical entre o planejamento e a execução do trabalho. Ao comparar o trabalho dos homens com os de outros seres da natureza, Marx afirma que "o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha" é o fato de que o homem obtém, no fim do processo do trabalho, "um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador" (82). O MPC, ao dissociar a propriedade dos meios de produção da figura do trabalhador, opera também a dissociação das etapas de planejamento e execução. A alienação do trabalhador, resultado final do processo, o conduz a um estado que, no seu limite, pode ser considerado até mesmo inferior àquele da abelha do exemplo anterior: o trabalhador não possui nem mesmo o instinto característico dos animais para auxiliá-lo nas suas tarefas.

Os conhecimentos do processo de trabalho, antes retidos pelos indivíduos que dele participavam como artesãos, concentra-se, com o desenvolvimento do MPC, numa entidade exótica: o capital. A totalidade do processo, as condições que lhe dão sentido, somente são apreendidas a partir do ponto de vista

(81) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 154.

(82) id. *ibid.*, p. 149-150.

dos capitalistas, e o conhecimento passa a ser uma propriedade exclusiva deste grupo social, e como tal, uma das suas grandes fontes de poder na sociedade. O trabalhador somente retém do processo uma visão fragmentada e carente de sentido: suas tarefas, repetitivas e mecânicas, possuem claramente um status não-humano, de coisa comprada pelo capitalista, e somente subsistem em função dos interesses do capital.

O processo de dissociação entre o conhecimento e a execução do trabalho, segundo Marx, tem seu início na fase de "cooperação simples" que marca a transição do feudalismo para o mercantilismo. A seguir:

"O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência de autônoma de produção e força a servir ao capital." (83)

Em seu limite, o processo de parcialização, de fragmentação do trabalho e do trabalhador, conduz a uma tão grande desumanização da força de trabalho que suas conseqüências danosas foram reconhecidas até mesmo pelo maior dos economistas da "escola clássica", o pai do liberalismo, Adam Smith, que, segundo Marx, recomenda o "ensino popular" como remédio paliativo para a situação absurda que se criava na Europa da Revolução Industrial:

"A fim de evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho, A. Smith recomenda o ensino popular pelo Estado, em

(83) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 283-284.

bora em doses prudentemente homeopáticas." (84)

A educação aparece, agora dentro do contexto do MPC, seguindo o contexto geral das relações sociais estabelecidas neste modo de produção. O conhecimento da "ciência" deve ser assegurado para os que pertencem aos grupos dominantes na sociedade. Isto geralmente se faz através da manutenção de instituições claramente fechadas em suas formas de acesso para pessoas oriundas de estratos inferiores na sociedade. Ao Estado, como representante do "bem comum" que é, de acordo com as formulações do pensamento liberal, cabe promover a "educação popular", que, ao mesmo tempo que evita a completa degeneração da massa do povo, conforme previa Smith no caso da persistência dos absurdos gerados pela Revolução Industrial, mantendo este povo em sua posição subalterna, assegura também a continuidade do processo de reprodução da força de trabalho. Pois, ao capitalista não interessa uma massa de "degenerados" - isto é, de marginais, num contexto em que a marginalidade é associada à não-aceitação e participação de formas capitalistas de convivência social - mas sim um exército industrial capaz de seguir aos seus comandos de maneira o mais dócil possível.

A educação, que da mesma forma que o trabalho tem como base a transmissão natural na espécie humana de conhecimentos e experiências pregressas, também se "socializa". E, com o desenvolvimento do MPC, assume um lugar fundamental para a reprodução (ou, num período de revolução nas bases materiais da organização da produção, a transformação) das relações sociais de produção vigentes em determinada época e sociedade.

(84) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 284.

A divisão social do trabalho, em sociedades capitalistas, determina a fragmentação dos conhecimentos individuais que os trabalhadores têm acerca do processo de trabalho. O conhecimento da totalidade do processo é institucionalmente transferido para o capital, representado pela manufatura e materializado pela burguesia, enquanto classe social fundamental. A posse do conhecimento do processo de trabalho, dada pelo domínio de processos científicos, reforça claramente as estruturas de dominação inseridas nas relações sociais de produção. Mais do que isto, a posse do conhecimento garante, pelo lado do capitalista, a própria reprodução destas relações de produção: na medida em que o MPC se funda na dissociação entre a propriedade do trabalho e a dos meios de produção, e sendo o conhecimento cada vez mais um dos principais meios de produção no processo, a alienação do trabalhador se transforma, neste contexto, numa garantia para a manutenção de sua posição na estrutura existente nas relações de produção, pois a sua sobrevivência somente será garantida enquanto fornecer o seu único bem disponível, a força de trabalho.

No entanto, uma situação como a descrita acima, quando o trabalho individual se transforma em força de trabalho à disposição do capital, não se instaura automaticamente nas sociedades capitalistas. O capitalismo, na medida em que se transforma em modo de produção dominante, entra em contato com resquícios de formas pretéritas de organização da produção. Nesse contato, o MPC destrói, assimila ou transforma aspectos das antigas relações de produção. Assim, com o desenvolvimento das manufaturas, novas hierarquias são criadas, no interior da força de trabalho, denotando a sua adaptação ao contexto capitalista vigente:

"Uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários." (85)

Existe, associado ao MPC, um processo de "qualificação" da força de trabalho, que corresponde justamente à transformação, nesta área, das relações sociais ainda marcadas por influências de modos passados de produção em relações capitalistas de produção. Na sua essência, o processo introduz a desigualdade, marca do MPC, no próprio interior da força de trabalho, estabelecendo clivagens econômicas que podem ser utilizadas para manter a dominação do trabalho e sua subordinação ao capital, na medida em que este processo trabalha contra a formação de formas horizontais de identificação dos interesses de classe. É bom lembrar ainda que, como ressalta Karl Marx, o surgimento de trabalhadores qualificados faz-se acompanhar da existência de trabalhadores não-qualificados, e, em seu conjunto, o processo de formação da mão-de-obra no MPC conduz sempre à maior extração de mais-valia:

"A manufatura cria portanto em todo ofício de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtu-

(85) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 276.

cidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artezo, devido à função simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho." (86)

Para que o MPC instaure este processo de "qualificação/não-qualificação" da força de trabalho, no entanto, é preciso que se crie, como condição prévia, o próprio mercado de trabalho capitalista, isto é, que as formas antigas de utilização da mão-de-obra, como por exemplo a escravidão, sejam abandonadas. Neste sentido, a primeira etapa de desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo de trabalho é uma etapa que pode ser considerada como sendo educacional. Os trabalhadores devem ser adaptados ao meio industrial, urbano. Têm que ser treinados para a rotina da fábrica, com sua lógica e hierarquia intrínsecas. De nada vale, para o capitalismo, a existência simples de uma oferta abundante de braços, de trabalho "natural". Para o sistema, é preciso que haja uma oferta de força de trabalho adaptada para a utilização dentro do contexto das relações capitalistas de produção. E, na medida em que o sistema capitalista apresenta ainda hoje um dinamismo inegável, fundado cada vez mais em inovações técnicas que conduzem ao aumento da produtividade do trabalho, e, conseqüentemente, à super-exploração do trabalhador, crescem também as exigências educacionais para que o trabalhador seja integrado ao mercado de trabalho.

(86) MARX, Karl. O Capital, livro I, p. 276.

Nesse sentido, a análise das condições da força de trabalho no Brasil dos anos 50, em conjunto com o acompanhamento do conflito entre os empresários do setor têxtil e os da indústria automobilística, é exemplar. Apesar da oferta crescente de força de trabalho, acentuada pelas migrações internas que traziam para São Paulo e outros centros urbanos um grande contingente de antigos trabalhadores do campo, havia no período um "escassez relativa" de mão-de-obra para a indústria. Isto porque, naquele momento de expansão das relações capitalistas de produção no Brasil, com o crescimento acelerado da industrialização, os requisitos exigidos para a entrada imediata dos novos contingentes no mercado de trabalho estavam acima das possibilidades da sua grande maioria. Além do estágio mais simples da mera alfabetização, seria ainda necessária a própria adaptação dos trabalhadores rurais às rotinas industriais, com suas divisões de tarefas, horários e hierarquias específicas. Assim, o sentido da qualificação profissional, como foi o termo empregado na época, não se estende, na maior parte dos casos, à simples necessidade da implantação de um conhecimento sobre as rotinas da produção capitalista.

A "educação popular", neste contexto, assume características de necessidade imposta a partir da lógica interna do sistema. Pois, como acentua Claus Offe, uma das principais funções das políticas sociais - dentre as quais se situa a educação - consiste em produzir as condições estruturais para a reprodução do MPC, na medida em que:

"... a transformação em massa da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado não teria sido nem é possível sem uma política estatal, que não seria, no sentido restrito, "política social", mas que da mesma forma que esta, contribui para

integrar a força de trabalho no mercado de trabalho." (87)

Um dos principais exemplos apontados por Offe para confirmar o papel das políticas do Estado está na introdução da obrigatoriedade da escolarização - que, para os países subdesenvolvidos, como o Brasil, embora inexista na prática persiste há muitos anos como norma legal. Segundo este autor, para assegurar o seu controle sobre a força de trabalho assalariado, o MPC se ocupa da regulamentação do acesso a este tipo de trabalho, através da exclusão e da marginalização de outras formas de socialização que não as delimitadas pelo sistema:

"De outra forma, seria difícil explicar porque a introdução de um sistema escolar universal (ou seja, a substituição de formas de socialização e formação internas à família) vieram acompanhadas da obrigatoriedade escolar geral, temporalmente definida (ou seja, a organização obrigatória de certas etapas da vida fora do mercado de trabalho." (88)

As políticas educacionais, quando se pensa no processo de constituição das relações capitalistas de produção, possuem, portanto, a dupla função de garantirem a reprodução do sistema, na medida em que são elementos centrais no processo de assalariamento, e de perpetuarem as contradições de classes intrínsecas ao MPC, pois, sob a máscara da universalidade do acesso à educação escolar esconde-se um sistema de desigualdades que

(87) OFFE, Claus e LENHARDT, Gero. "Teoria do Estado e Política Social", in OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista, p. 17

(88) id. *ibid.*, p. 18.

reproduz a separação entre conhecimento e execução já assinalada anteriormente. O acesso à "ciência", ao conhecimento do processo de produção, teoricamente aberto a todos, apresenta, na prática, uma série de restrições que, via de regra, excluem os que não pertencem por origem familiar aos grupos dominantes na sociedade.

O mito de "qualificação profissional" nas sociedades capitalistas se desfaz na medida em que se percebe que, na verdade, aprofunda-se a separação entre o conhecimento e a execução das tarefas na indústria moderna. O manejo de máquinas caríssimas e de tecnologia altamente sofisticada quase sempre é acompanhado por uma simplificação das rotinas do trabalho, além de uma cada vez mais acentuada "desqualificação" do trabalhador, que quase nunca chega a compreender o significado dos gestos que reproduz diariamente.

Em resumo, a passagem do trabalho "natural" para a força de trabalho, nos moldes exigidos pelo MPC, implica em um processo de "qualificação" que, na realidade, apenas encobre a fragmentação do processo de produção e o acirramento das formas de extração de mais-valia e de exploração do proletariado.

5.2. Aspectos da força de trabalho no Brasil, 1950

As condições estruturais existentes no Brasil, nos anos 50, indicam uma pequena penetração das relações capitalistas de produção, em formas modernas, no mercado de trabalho.

Entre 1940 e 1950, ainda que seja considerável o crescimento da força de trabalho empregada nos setores secundário e terciário da economia, os números levantados pelo IBGE, que constam dos Recenseamentos Gerais elaborados naquelas datas,

apontam a predominância do setor primário na utilização de mão-de-obra.

BRASIL
FORÇA DE TRABALHO, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE.
1940 - 1950 (TOTAL = 100)

	1940		1950	
	AGRICULT.	INDÚSTRIA	AGRICULT.	INDÚSTRIA
Norte e Centro	30,04	2,94	57,58	5,67
Nordeste-Leste	38,19	3,29	71,30	7,65
Sul	29,50	4,44	49,93	16,38

Fonte: dados dos Recenseamentos de 1940 e 1950, IBGE.

Cf. Maria José Villaça, op. cit., p. 222.

OBS.: O aumento elevado dos percentuais de trabalhadores na agricultura deve-se a mudanças na metodologia aplicada. Grande parte da mão-de-obra neste setor é composta por mulheres que trabalham em pequenas propriedades ou posses familiares, sem remuneração. Segundo o Censo de 1940, entravam na categoria "atividades domésticas". Em 1950, são consideradas trabalhadoras no setor agrícola.

A alta taxa de ocupação da força de trabalho na agricultura faz-se acompanhar pela persistência de altos índices de analfabetismo, como se vê pela tabela que se segue, relativa ao Estado de Minas Gerais, mas, que, a exemplo dos dados sobre a força de trabalho, pode ser considerada representativa da situação nacional no período:

MINAS GERAIS
DADOS SOBRE POPULAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO
1872 - 1950

	1872	1900	1920	1950
POPULAÇÃO	2.039.735	3.594.771	5.888.174	7.717.792
sabem ler		678.028 34,08%	1.006.094 31,16%	1.946.963 44,65%
não sabem ler		1.311.956 65,92%	2.222.289 68,84%	2.406.903 55,20%
sem declaração		---	---	6.520 0,15%

Fonte: IBGE: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1953.

Neste contexto, o aprofundamento do processo de industrialização no Brasil exigia, na década de 50, a promoção pelo Estado de "políticas", como se refere Claus Offe, visando a instauração e a continuidade do processo. A urbanização acelerada dos anos 50 e 60 completou um quadro de transformações, quando o dinamismo aparente do setor industrial passou a atrair para os grandes centros da região Sul do país, em especial São Paulo (que é bom lembrar, fazia parte desta região, conforme a distribuição vigente à época) massas migrantes de outras regiões brasileiras, em especial do Nordeste. Essas migrações, além dos problemas sociais causados pela falta de infra-estrutura urbana para sua alocação, são, de certa forma, origem de crises no processo de formação de um mercado de trabalho capitalista expandido no Brasil dos anos 50.

As relações capitalistas de produção, quando es-

tendidas ao mercado de trabalho, pressupõem mudanças importantes nas estruturas de aproveitamento da mão-de-obra disponível. Por um lado, o capitalismo exige o assalariamento da força de trabalho. Este processo, aparentemente simples, na realidade implica, em transformações profundas em aspectos contratuais já consolidados nos costumes e nas tradições que regem, ou regiam, as relações de trabalho no campo. O assalariamento, que marca a passagem para uma relação monetarizada de retribuição pelos serviços prestados, não é compatível com as formas bastante difundidas no meio agrário brasileiro de parceria ou meação, quando a troca se faz através de bens ou serviços prestados ao tomador de mão-de-obra. Neste sentido, a formação de um mercado de trabalho para a indústria implica em uma "reeducação" das massas migrantes e sua integração nas formas monetárias e impessoais de remuneração do trabalho. Somente através da compreensão das novas relações de trabalho é possível ao trabalhador aderir, como "vontade capaz", às regras contratuais que estão na base do surgimento do mercado de trabalho no capitalista. O trabalhador, se por um lado "é livre" para vender a sua força de trabalho, por outro, deve ter compreensão suficiente do processo para que se garanta um mínimo de estabilidade nas relações de produção dentro das linha de montagem.

Outro aspecto da constituição do mercado de trabalho, associado à educação, agora em sentido mais estrito, diz respeito às condições de instrução necessárias para a integração da força de trabalho. O capitalismo, sistema dinâmico que é, repousa na evolução tecnológica que leva ao aumento da produtividade. Nos anos 50, o grau de exigências de escolarização para o ingresso no mundo industrial urbano com certeza superava em muito as possibilidades oferecidas às populações rurais de re

giões como o Nordeste, isto quando se pensa apenas na simples alfabetização.

Portanto, quando se analisa o contexto brasileiro de constituição de um mercado de trabalho para a indústria nos anos 50, pode-se notar que o próprio processo de industrialização apresentava como requisito a necessidade de políticas estatais para garantir sua continuidade. Nesse sentido, a formação de uma "mentalidade industrial", nos moldes exigidos pelo MPC, pode ser incluída dentre as políticas sociais que, ao mesmo tempo, constituem e são constitutivas das relações capitalistas de produção.

Na realidade, o mercado de trabalho no Brasil dos anos 50 apresenta-se marcado por uma forte contradição interna. O afluxo de novas massas populacionais aos centros dinâmicos da produção industrial gera um aumento quantitativo de braços disponíveis para a indústria. Mas, como já vimos, apesar do "trabalho natural" ser um processo indiferenciado, qualquer que seja a sua destinação, tratava-se na época de se constituir um mercado de trabalho CAPITALISTA, o que implica na necessidade de possuiem os trabalhadores características específicas que os habilitem a participar deste modo de produção. E, quando se fala em trabalho capitalista, as condições concretas na realidade brasileira apontavam para uma "escassez relativa" de mão-de-obra, exemplificada, por exemplo, no conflito já abordado entre setores da indústria.

A persistência das contradições acima apontadas gerou, nos anos 50, no início do processo de aprofundamento da industrialização nacional, uma tendência geral à elevação dos salários médios pagos nos setores industriais, como se vê no quadro seguinte:

ESTIMATIVA DOS SALÁRIOS INDUSTRIAIS
(BASEADA EM ESTATÍSTICAS DO I.A.P.I.)
1948 = 100

	1949	1951	1953	1954
Norte e Centro	109	115	107	121
Nordeste e Leste	102	100	111	135
Sul	108	107	103	127

Fonte: IAPI, "Anuário Estatístico do Brasil", cf. Maria José Villaça, op. cit., p. 237.

O quadro acima merece, ainda, duas considerações:

a) os números apresentados dizem respeito aos aumentos reais, descontadas as taxas de inflação do período; b) para o ano de 1954 parte do significativo aumento pode ser creditado à revisão do salário mínimo, que, inclusive, levou à demissão o ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart. Este fator, no entanto, não invalida a tendência apresentada para a elevação dos salários pagos pelo setor secundário da economia.

A elevação dos salários médios reais pagos pelo setor industrial, por sua vez, conduziu a duas reações - complementares, embora contraditórias - partidas dos diferentes grupos sociais envolvidos no processo de desenvolvimento industrial. Por um lado, massas de trabalhadores excluídos dos benefícios aparentes gerados pela elevação dos salários tendem a pressionar o governo no sentido de verem facilitado o seu acesso ao mercado de trabalho. Na sua percepção imediata, elaborada através do "senso comum", os trabalhadores não podem compreender que as regras de funcionamento do mercado capitalista - do qual o trabalho é uma das mercadorias básicas - estabeleceriam um novo

ponto de equilíbrio para os salários assim que aumentasse a oferta de mão-de-obra existente.

Por outro lado, para o capitalista, como demonstra claramente o setor têxtil, o aumento dos salários, que tem por base, em última análise, a escassez de um exército industrial de reserva, constitui-se uma ameaça à sua fonte de lucros, na medida em que apresenta limites reais à extração da mais-valia.

Assim, a relação entre a realidade do mercado de trabalho brasileiro e o contexto educacional se materializa num consenso acerca da necessidade da expansão dos sistemas de escolarização e de qualificação da força de trabalho. Para o capitalista, mais do que isto, é interessante que o sistema se expanda ALÉM das necessidades imediatas. Esta é uma necessidade estrutural do sistema, pois, como afirma Marx, a "Lei Geral da Acumulação Capitalista" consiste no fato de que, quanto maior o exército industrial de reserva, maiores os lucros do capital e maior a miséria da massa proletária:

"Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora

e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial." (89)

Numa sociedade capitalista como é a brasileira, na época, portanto, o aumento de oportunidades para a formação de mão-de-obra, ainda que seja apresentada como uma política social e vivida como um benefício pelos trabalhadores imediatamente envolvidos no processo, na realidade, a longo prazo, fortalece a posição estrutural dos capitalistas. O mercado de trabalho ampliado implica, necessariamente, na expansão do exército de reserva, o que, por sua vez, põe em evidência a Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Karl Marx, no mesmo parágrafo em que enuncia a Lei, acentua, no entanto, que esta, "como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variadas circunstâncias". Vejamos, portanto, algumas das circunstâncias particulares do caso brasileiro, que acompanham a formação do mercado de trabalho e do exército de reserva no país, nos anos 50.

A constituição de um mercado de trabalho ampliado para atender as exigências decorrentes da entrada do processo de desenvolvimento brasileiro na etapa da "industrialização pesada" exige que incrementalmente um processo de qualificação da força de trabalho. Esta qualificação, é bom lembrar, significa em primeiro lugar a criação de condições mínimas para o aproveitamento imediato de massas populacionais no processo de produção.

A expansão do processo de qualificação atende a demandas imediatas dos setores proletários, preocupados em auferir vantagens salariais comparativas, visíveis em determinados

(89) MARX, Karl. O Capital, livro II, p. 209.

setores da indústria. Atende também às exigências estruturais do capital, na medida em que o processo, a médio e longo prazos, implica numa possibilidade de redução real dos salários pagos, além da maior extração de mais-valia via aumentos de produtividade. Neste consenso aparente inscreve-se uma contradição: a possibilidade de acesso de maiores contingentes de trabalhadores às vantagens momentâneas oferecidas pelo sistema traz consigo a redução ou eliminação destas vantagens a longo prazo.

Para que o sistema funcione a contento é preciso que a contradição acima não venha à tona, e que o consenso aparente, que tem como base uma realidade perceptível no momento inicial do processo, seja mantido mesmo que as condições reais já apontem para a consolidação da posição do capital, como se inscreve nas estruturas da produção capitalista.

No caso brasileiro, uma das circunstâncias específicas que acompanharam o processo de aprofundamento da industrialização e a consolidação do mercado de trabalho ampliado foi a elaboração de um pensamento ideológico que, fundado sobre o silenciamento acerca das relações e conflitos de classe, procura estabelecer as bases para uma "união nacional" em torno das tarefas do desenvolvimento. O estudo da "ideologia do desenvolvimento" permite, portanto, avançar na compreensão dos aspectos particulares do aprofundamento do sistema capitalista no Brasil, e em especial da relação entre trabalho e educação, quando compreendida nos moldes acima descritos de constituição de um mercado de trabalho ampliado nos anos 50 e 60.

CAPÍTULO 6

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

6.1. O conceito de ideologia

Quando se fala em "ideologia do desenvolvimento" é preciso, em primeiro lugar, para que não se incorra a sua análise em alguns enganos comuns, definir bem os termos utilizados. A questão do desenvolvimento, por já estar incorporada há muito neste estudo aqui elaborado, não necessita de maiores esclarecimentos. Apenas como recordação, o processo de desenvolvimento confunde-se com transformações qualitativas nas estruturas da produção. As transformações mais significativas, no MPC, podem ser considerados aquelas que acompanham a industrialização. Como já foi visto, esta conceituação do termo desenvolvimento tem sido aceita por economistas filiados a diversas correntes teóricas, e existe um grau razoável de consenso quanto à sua aplicação no sentido acima mencionado.

O conceito de "ideologia", por outro lado, tem sido um dos mais discutidos - e utilizados em acepções diversas - nas Ciências Sociais, merecendo, portanto, algumas considerações e esclarecimentos sobre a sua incorporação a esta dissertação. Apenas, portanto, como definição de termos, e sem querer entrar no mérito de discussões teóricas que estão longe de esgotarem-se, pois este não é, afinal de contas, o objetivo des

te trabalho, gostaria de deixar bem claro que o conceito por mim utilizado para o termo é o mesmo empregado por Marx em suas obras de maturidade. Assim, o conceito de ideologia não se associa à "falsa consciência", conforme aparece em obras da juventude de Marx, como em a "Ideologia Alemã", quando o diálogo travado pelo autor com os hegelianos de esquerda, com destaque para Feuerbach, molda, de certa forma, os limites para o seu próprio pensamento. Não se confunde também com a "visão de mundo", ao gosto da Sociologia do Conhecimento, influenciada pela obra de Mannheim.

A ideologia representa, na acepção aqui adotada, um pensamento que, partindo de interesses de classes específicos, se pretende de validade universal. O caráter de primazia das relações materiais de produção sobre as chamadas "super-estruturas" da vida em sociedade faz com que uma classe economicamente dominante seja, ao mesmo tempo, política e ideologicamente dominante. Assim, a assimilação pelos grupos dominados de modos de agir e pensar, de interesses pertencentes aos grupos dominantes, não se faz porque se lhes incute uma "falsa consciência" que lhes marcara os seus reais interesses objetivos. Isto acontece, com frequência até, porque a posição de grupo economicamente subordinado no contexto dado das relações de produção vigentes implica na tendência à sua sujeição ao pensamento que tem sua matriz nos interesses dos setores dominantes na sociedade em questão. Este esclarecimento faz-se necessário, posto que somente a partir de um conceituação clara do termo "ideologia" é possível avançar no conhecimento acerca de um fato histórico específico, o aparecimento e a vigência da chamada "ideologia do desenvolvimento" no Brasil dos anos 50 e 60.

De acordo com a acepção acima definida, a ideolo

gia do desenvolvimento deve ser vista como uma formulação de um corpo de idéias que, vinculadas aos interesses dos grupos dominantes na sociedade, acompanha o processo de industrialização no Brasil, num momento em que se atinge a etapa da "industrialização pesada" e em que se permite a permeabilização da economia brasileira ao capital monopolista internacional. A ideologia aparece neste contexto como forma de facilitar a aceitação de transformações que implicam na existência ou na possibilidade de eclosão de conflitos sociais.

Não basta, no entanto, que se afirme a existência da ideologia do desenvolvimento. É preciso que se reconstitua a origem, a trajetória e a operacionalidade desta ideologia. De acordo com Marilena Chauí, a ideologia, em geral, se fundamenta na construção de "silêncios". O pensamento ideológico é lacunar, e sua coerência somente se mantém se conseguir ocultar com eficiência os elementos relativos à sua origem de classe:

"A lógica ideológica só pode manter-se pela ocultação de sua gênese, isto é, a divisão social das classes, pois sendo a "missão" da ideologia dissimular a existência dessa divisão, uma ideologia que revelasse a sua própria origem se auto-destruiria." (90)

Na sua materialização, enquanto forma de representação universalmente aceita, ocultada a sua origem de classe, a ideologia opera também a abstração do tempo histórico. A incorporação de valores e representações é feita sem que se leve em conta a sua temporalidade ou transitoriedade: estes devem aparecer "como verda

(90) CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação. Educação e Sociedade, 2 (5): 25.

de já feita, já dada desde todo o sempre, como um fato natural ou algo eterno." (91)

Mais ainda, nas sociedades capitalistas modernas, que muitos chamam de "sociedades tecnológicas", um dos recursos mais importantes de que lançam mão os ideólogos para a aceitação e universalização dos valores da ideologia consiste na sua pretensa elevação ao status de "saber científico". Vimos anteriormente em que medida o processo de divisão social do trabalho conduz à separação entre a concepção e a execução das tarefas dentro do MPC. Acompanhando o pensamento de Marx, vimos como a "ciência" é apropriada pelo capital, passando a constituir uma das forças mais importantes postas a serviço da produção capitalista. Este caráter social da ciência, quando considerado, permite a elaboração de importantes relações entre o pensamento científico e o pensamento ideológico. O primeiro, por definição e como objetivo, se pretende de validade universal. Entretanto, na medida em que se vincula estreitamente - seja dentro dos conceitos elaborados pela teoria marxista, seja pela existência de relações concretas no que diz respeito ao financiamento e à propriedade dos conhecimentos gerados - aos interesses de grupos dominantes na sociedade, e em que estes grupos podem utilizar os conhecimentos científicos arbitrariamente dentro do processo de manutenção de sua dominação, a universalidade dos valores da ciência se afigura apenas mais uma construção ideológica posta a serviço da classe dominante.

Essas afirmações, válidas para a ciência em ge-

(91) CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação. Educação e Sociedade, 2 (5): 25.

ral, tornam-se bem mais evidentes no caso das chamadas "ciências sociais". As intermináveis discussões acerca do caráter da "objetividade" das ciências sociais bem demonstram a persistência do problema. No caso específico da "ideologia do desenvolvimento", conforme esta materializou-se no Brasil, algumas das afirmações acima levantadas sobre o conceito de ideologia e suas relações com outros aspectos da sociedade são evidentes: esta ideologia apoiou-se num silenciamento acerca das contradições de classes existentes na sociedade brasileira; procurou fundamentar suas afirmações em justificativas de alcance universal, em apelos à "união nacional"; utilizou-se largamente das formulações científicas das chamadas "teorias do desenvolvimento" como base para a sua universalidade e validade.

6.2. A Teoria e a Ideologia do Desenvolvimento

As relações entre o pensamento científico e formulações ideológicas são uma constante na história do MPC.

No Brasil, uma das vertentes da teoria do desenvolvimento que mais contribuiu para a formação da ideologia do desenvolvimento foi a elaborada pelo prof. Walt W. Rostow, em sua obra "Etapas do Desenvolvimento Econômico", que, significativamente, trazia no seu subtítulo a pretensão a se transformar em um "manifesto não-comunista", o que denota, a priori, um alcance que se estende além da mera teoria e procura influenciar a atuação prática.

Nesta teoria que, conforme assinalou Manfredo Berger, apresentava pretensões claras à conjugação de análise e modelo para a ação:

"... são apresentadas cinco etapas de crescimento

to, que aparentemente toda a sociedade deve percorrer em seu processo de desenvolvimento.

Trata-se das seguintes fases:

- 1 - a fase da sociedade tradicional;
- 2 - a fase do desenvolvimento das condições para o arranco;
- 3 - a fase do arranco;
- 4 - a fase do desenvolvimento para a maturidade; e
- 5 - a fase do consumo em massa." (92)

O caráter científico do modelo, que se pretende universal, ainda que implique na aceitação do caminho seguido, historicamente, pelas sociedades capitalistas ocidentais como o único possível (o que denota o etnocentrismo que persiste na análise), aceito sem a devida crítica, permitiu que a teoria elaborada por Rostow pudesse ser adaptada sem grandes dificuldades ao pensamento ideológico nascente. A viabilidade do "arranco" (em inglês take off, decolagem) implicava, no estabelecimento de determinadas condições capazes de garantir a irreversibilidade do processo. Este fator, a criação de condições, que podem estar fora do campo estritamente econômico, será, como veremos, um dos principais elementos que se incorporam na elaboração da ideologia do desenvolvimento.

Se, por um lado, pensamentos como o de Rostow, ou de outros estudiosos nos grandes centros e instituições de pesquisa nos países capitalistas, voltam suas atenções para as economias periféricas, por outro lado, na América Latina, conforme já tivemos a oportunidade de ver, aparece o pensamento da CEPAL como a principal fonte regional de estudos do processo de desenvolvimento. Em linhas gerais, o pensamento cepalino pode ser acom

(92) BERGER, Manfredo. Educação e Dependência, p. 33-34.

panhado através das idéias de Raul Prebisch, através do texto já analisado em passagem anterior desta dissertação. O interesse agora reside no fato de que, como chama a atenção Fernando Henrique Cardoso, as teorias da CEPAL, como outras teorias do desenvolvimento:

"A originalidade do pensamento cepalino, por outro lado, não consistiu simplesmente em acentuar a existência de uma tendência à reprodução das desigualdades entre nações através do comércio internacional e tê-la explicado pela existência de taxas diferenciais de salários e graus distintos de progresso técnico entre o Centro e a Periferia. Isto, por si só, já constitui uma perspectiva de análise mais abrangente do que a implícita nas interpretações alternativas então vigentes. Mas a originalidade da CEPAL reside também no esforço para transformar esta interpretação na matriz de um conjunto de políticas favoráveis à industrialização. Neste sentido, o pensamento da CEPAL gerou IDEOLOGIAS e motivou a ação, abrindo-se à prática política. Por isto mesmo, tornaram-se mais visíveis as debilidades de uma análise que aponta as causas da desigualdade, mas limita a crítica aos umbrais do tema, sem desvendar o conteúdo de classe da exploração econômica entre Centro e Periferia e na Periferia." (93)

No Brasil, especificamente, na década de 50, incorporando elementos das teorias científicas então elaboradas, setores da intelectualidade propuseram-se a si mesmo a tarefa de criarem as condições indispensáveis para a "decolagem" do processo de desenvolvimento. Isto implicava, nas suas concepções, na criação prévia de uma "consciência nacional desenvolvimentis

(93) CARDOSO, Fernando Henrique. As idéias e Seu Lugar, p. 54.

ta".

A partir de um pequeno grupo de intelectuais que se reunia a meio caminho entre o Rio de Janeiro e São Paulo - e que ficou conhecido como grupo do Itatiaia - surgiu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o IBESP, ainda no governo Vargas. O IBESP foi o responsável pela publicação dos "Cadernos de Nosso Tempo", que, em seu primeiro número trazia o que pode ser considerada a sua principal contribuição para a formulação da ideologia do desenvolvimento: um artigo assinado por Hélio Jaguaribe, intitulado "A Crise Brasileira". Neste artigo, que tem características de manifesto programático, após analisar os aspectos econômico, social, cultural e político da "crise brasileira", Jaguaribe procura delinear algumas soluções, de caráter geral, para os problemas nacionais. A crise, conforme acentua Jaguaribe, é um fenômeno complexo, que comporta vários problemas e soluções específicas. Isto leva à necessidade de formulação de uma política abrangente, que comporte soluções individuais para as questões levantadas. Mas, ressalta Hélio Jaguaribe:

"... essa mesma política só será realizável e eficaz se contida no bojo de um movimento ideológico, que a propulsione socialmente e a cujos princípios ela dê execução concreta. Inclusive porque a solução ideológica, além de condição integrativa do conjunto de soluções, é também uma exigência específica de certos problemas concretos. O problema da solução da crise, portanto, comporta dois aspectos distintos, pelo menos para fins metódicos, que são, de um lado, o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressentia o país nos planos econômico, social, cultural e político, e, de outro lado, a ideologia de que este programa

seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado." (94)

Os planos de ação, conforme as teses de Jaguaribe, devem ser corolários de ideologias previamente definidas, que, além de tudo, definam os princípios norteadores do processo. Dada a natureza da crise brasileira, que "se desenvolve em todas as profundidades e em todos os setores da vida nacional" (p.131), e tendo-se chegado a um ponto em que esgotaram-se todas as crenças anteriores que presidiam a formação da sociedade (p.147), a necessidade da nova ideologia se transforma na afirmação central no trabalho de Jaguaribe.

Mas, o que vem a ser ideologia, para o autor? Jaguaribe procura, ainda que sem se aprofundar, definir o conceito. Segundo ele, ideologia é um vocábulo recente, utilizado primeiramente por Napoleão Bonaparte para caracterizar, num sentido diferente do atual, o grupo político de Destut de Tracy. A seguir Jaguaribe descarta a definição marxista do termo, que, embora apresente alguns aspectos de validade incontestável, por se vincular exclusivamente a interesses de classe, é considerada "unilateral e facciosa" (p.153).

Quando a unilateralidade da teoria marxista é corrigida pela Sociologia do Conhecimento, segundo Mannheim, e acrescida das "teorias de Ortega sobre a crença e sobre o projeto, chega-se a um conceito de ideologia puramente histórico e sociológico:

"A ideologia é a crença adjetiva de uma época.

(94) JAGUARIBE, Hélio. A Crise Brasileira. Cadernos do Nosso Tempo, 1 (1): p. 149.

Radicada nas crenças substantivas da cultura a que pertence uma época qualquer, ela exprime no conjunto das circunstâncias existentes - inclusive e particularmente as circunstâncias conjugadas com as relações de poder e pela dinâmica da circulação das elites - o projeto social elaborado e promovido por uma elite para a sociedade a cuja liderança aspire." (95)

Chegamos, portanto, à metade do caminho. O processo de desenvolvimento deve ser conduzido por uma ideologia adequada. A tarefa da formulação desta ideologia pertence a uma "elite" que deve liderar a sociedade. Esclarecendo a questão, Jaguaribe afirma:

"Nas sociedades diferenciadas por classes, como ocorre no ocidental, essa elite terá um caráter classista, embora não se reduza unicamente à dimensão de uma classe. Ainda que apoiada numa classe determinada e correspondente à aspiração de liderança dessa classe, a ideologia apta a gozar de eficácia social não se destina apenas a essa classe, mas apresenta, para as demais classes, ainda que ficticiamente, uma oportunidade de inserção no seu projeto social, que é justificado como convindo a todos em geral e ao todo social em particular." (96)

Assim elaborada, a proposta para a formação da "ideologia do desenvolvimento" apresenta, finalmente, as seguintes características: deve ser um pensamento de validade geral - ainda que tenha sua origem numa elite, substituindo-se o concei

(95) JAGUARIBE, Hélio. A Crise Brasileira. Cadernos do Nosso Tempo, 1 (1): p. 153.

(96) id. *ibid.*, p. 153-4.

to de classe social - que possa guiar a sociedade nos rumos do processo de desenvolvimento desejado, harmônico.

Mas, no Brasil dos anos 50 outro problema de ordem mais urgente se colocava: era preciso constituir-se, ao mesmo tempo que o pensamento ideológico, a própria elite portadora deste pensamento. Daí a transformação por que passa o IBESP, que dá origem, em 1955, com o apoio do ministro da Educação do governo Café Filho, o prof. Cândido Motta Filho, ao Instituto Brasileiro de Estudos Superiores, o ISEB, que, com seus cursos iniciados no ano seguinte deveria cumprir a função formadora da elite intelectual afinada com as tarefas do desenvolvimento.

O ISEB tem sido reestudado por vários autores que, recentemente, procuram redimensionar o seu papel no governo Kubitschek e no modelo "desenvolvimentista" adotado. Apesar de reavaliado e redimensionado, o papel do ISEB e de suas formulações permanece importante para a compreensão do contexto ideológico que procurava legitimar, à época, o processo de industrialização vivido na sociedade brasileira. Pois, se o ISEB não foi na realidade aquele centro hegemônico com que sonhavam os seus fundadores e membros, a "elite" intelectual dirigente no processo (e nem poderia ser, quando se analisam as suas formas de atuação a partir de uma perspectiva das contradições de classe), por outro lado o Instituto contribuiu inegavelmente para a popularização de teses relacionadas à "união nacional", que caracterizavam a negação de conflitos de classe no processo de desenvolvimento, no Brasil.

A "ideologia do desenvolvimento" incorporou, portanto, no seu elenco de idéias: a) a necessidade de promover-se o desenvolvimento nacional; b) a necessidade de criação de uma "consciência" nacional desenvolvimentista; c) a necessidade de

condução do processo por parte de uma elite intelectual consciente; d) a necessidade da "união nacional" em torno das tarefas do desenvolvimento.

Para poder fundamentar a não-existência de contradições de classe no processo, os conflitos porventura existirem (e existem bastantes, segundo as teorias vigentes, como as elaboradas por Eisenstadt, Germani, etc.) são considerados como derivados de duas ordens distintas de fatores. Em primeiro lugar, a partir das formulações de Rostow, os ideólogos desenvolvimentistas sustentam a oposição interna entre um setor modernizante, urbano e burguês, de quem seriam a vanguarda, e um setor conservador, tradicional e agrário. Surgem com vigor na época as teorias dualistas, das quais a crítica mais significativa, no Brasil, foi feita por Francisco de Oliveira. (97)

Em segundo lugar, algumas das vertentes mais "à esquerda" da ideologia procuram transpor a culpa pelo atraso nacional para condições geradas a partir de estruturas externas de dominação. Os países desenvolvidos seriam, segundo essas concepções, os responsáveis diretos pela manutenção do subdesenvolvimento das economias periféricas. Surge daí um "nacionalismo", que, ainda que de certa forma justificado durante o período varguista, quando os ânimos se acirram durante a campanha pela Petrobrás, persiste completamente desvinculado da realidade dos fatos, apenas como justificação ideológica ao gosto de setores da esquerda, como a UNE, por exemplo, no período JK.

Analisando-se o processo de desenvolvimento da economia brasileira dos anos 50, pode-se dizer que os intelec-

(97) OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista.

tuais do ISEB - com exceção talvez, ainda que parcial, de Jagua ribe, que, com a publicação em 1958 de "O Nacionalismo na Realidade Brasileira" demonstra estar atento às transformações ocorridas, e causa, inclusive, a grande crise que redefine os rumos do ISEB - foram vítimas da própria armadilha ideológica que prepaparam para a sociedade brasileira. O seu projeto "consciente" foi, de certa forma, incorporado pela ideologia burguesa - dominante, no sentido marxista - e, de grandes condutores os intelectuais passaram a meros figurantes no processo de definição dos rumos do aprofundamento do desenvolvimento do MPC no Brasil. Vale a pena lembrar que quando os conflitos de classe desmentem a harmonia pregada para o processo de desenvolvimento, em 1964, não são os intelectuais do ISEB os chamados para resolverem os problemas, mas pelo contrário, a tecnocracia ligada ao grande capital e o seu grupo de "intelectuais" armados reunidos na Escola Superior de Guerra.

Em linha gerais, portanto, a chamada "ideologia do desenvolvimento" que tem sua matriz nas "teorias do desenvolvimento" procurou trabalhar para conseguir a condução de um processo harmônico de industrialização e modernização no Brasil. Ou, como afirmou o prof. Michel Debrun, ao criticar o livro de Álvaro Vieira Pinto, "Consciência e Realidade Nacional", um dos exemplos mais acabados do pensamento isebiano de sua última etapa (após 1958, com uma "guinada à esquerda"):

"Em outras palavras, para usar a linguagem isebiana, as ideologias são "sujeito" e não "objeto" da História. São capazes de dirigí-la na medida em que a captam na sua fluência - enquanto as atitudes e elocubrações da consciência ingênua são produtos dela, tanto pelo fato de ixprimir de modo incontrolado determinados interesses quanta

to pela passividade com a qual aparecem e desaparecem o cenário dos acontecimentos. (...) Mais uma vez, o aspecto "projeto", pelo qual ela (a ideologia) tenta modelar o futuro a curto ou a médio prazo, nela é essencial. Tal aspecto é particularmente sensível na atual ideologia do desenvolvimento. É que ela visa explicitamente a constituição de uma realidade social nova. Nela se configura a impaciência de certas coletividades em acelerar a História." (98)

A "ideologia do desenvolvimento" não pode, como qualquer ideologia, ser sujeito na História, não pelo menos dentro do referencial teórico que vem sendo utilizado nesta dissertação. Mas, pelo contrário, pode ser e é objeto da História, na medida em que é um fenômeno constitutivo de um quadro maior de dominação de classe, um produto de relações sociais de produção (mesmo que esfera relativamente autônoma, como afirma Poulantzas).

A "ideologia do desenvolvimento", por tratar com freqüência de temas ligados à transformação cultural da sociedade - e que, em última análise, são centrais para o desencadeamento de todo o processo de modernização, segundo suas concepções - teve grande repercussão e aceitação por parte dos meios educacionais no Brasil nas décadas de 50 e 60. O fato histórico "ideologia do desenvolvimento" representa, portanto, um dos que estão na origem das propostas educacionais para a formação - eminentemente técnica e moderna - de indivíduos sintonizados com "as tarefas do desenvolvimento", como veremos a seguir.

(98) DEBRUN, Michel. O Problema da Ideologia do Desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais. II-2: p. 261.

6.3. A Educação brasileira e o "desenvolvimentismo"

Nas formulações das "teorias do desenvolvimento", de modo geral, a baixa produtividade da força de trabalho autóctone foi apontada como um dos problemas centrais enfrentados pelos países subdesenvolvidos, com suas estruturas "tradicionais" de produção e de aproveitamento do trabalho. O processo de desenvolvimento, tal como foi pensado a partir do início dos anos 50, exigia, entre outras coisas, transformações na esfera das relações de produção que conduzissem à modernização da força de trabalho, no sentido de melhor aproveitamento produtivo do dispêndio de energia e esforço humanos existente. Neste contexto, a educação dos trabalhadores assumiu, para a teoria e dentro das formulações de políticas de desenvolvimento, um papel considerado de vital importância para a modernização das estruturas da produção na América Latina e no Brasil.

Oposições entre os supostos modelos educacionais "clássico" e "técnico" já existiam há muito tempo, formuladas por grupos que podem ser considerados modernizadores na história nacional. Por exemplo, de acordo com as concepções positivistas dos grupos mais radicais que participaram ativamente das agitações que precederam à derrubada da monarquia - isto é, a jovem oficialidade do Exército e os chamados "jacobinos", que mais tarde constituíram inclusive o grupo "florianista" de oposição a Prudente de Moraes - um dos maiores males a extirpar-se da realidade brasileira seria o "bacharelismo" predominante nos grupos politicamente dominantes. Para os positivistas, com seu culto à ciência e às matemáticas, somente a educação universal,

com ênfase nestas disciplinas, poderia contrabalançar as influências dos modelos "abstratos", centrados em discussões meramente retóricas, que difundiam-se a partir das escolas de Direito e mesmo de Medicina.

Meio século mais tarde, dentro de outro contexto econômico, os temas acima alinhados reapareceram no bojo das teorias do desenvolvimento, como forma de racionalização de uma vontade modernizadora que visava o aumento da produtividade do trabalho como meio para a superação do subdesenvolvimento nacional. Sendo a educação considerada um dos principais instrumentos para a modernização da força de trabalho, sua incorporação pelas teorias do desenvolvimento, como necessidade real da sociedade, se transforma, no contexto das ideologias do desenvolvimento, numa espécie de "panacéia", capaz de curar quase todos os males que afligem a sociedade. A educação, vista desta maneira, pode ser considerada até mesmo uma "matéria de salvação nacional", conforme admite L. Roberto Moreira:

"Ainda recentemente, em junho de 1959, a Federação Nacional das Indústrias apontava como grande obstáculo à racionalização e conseqüentemente aumento de produtividade do trabalhador brasileiro, as suas deficiências educacionais. (...) Por isso, em face do problema do desenvolvimento sócio-econômico do país, é possível que, até certo ponto, "a educação seja matéria de salvação nacional", como declarou, antes de 1940, Getúlio Vargas, e como está gravado em pedra, no "hall" do Ministério da Educação e Cultura." (99)

(99) MOREIRA, J. Roberto. Educação e Desenvolvimento no Brasil, p. 179-180.

Um dos pontos fundamentais da "ideologia do desenvolvimento" consiste na criação da "consciência nacional de desenvolvimentista". Esta tarefa de conscientização, conforme aparece nas obras do ISEB - e na de Vieira Pinto, em especial - implica em relações estritas com a problemática educacional. Em um sentido mais amplo, a educação no contexto do desenvolvimentismo significava a destruição de estruturas tradicionais, incluindo-se aí a diminuição das altas taxas de analfabetismo ainda encontradas no Brasil dos anos 50. Em um sentido mais restrito, a educação para o desenvolvimento requeria a introdução de novas formas de qualificação da força de trabalho, com a "educação técnico-profissionalizante" sendo colocada em oposição à "educação tradicional".

De modo geral, nas formulações teóricas e ideológicas do processo de desenvolvimento, a educação assume um duplo papel: de um lado, a sua não universalidade, expressa nas taxas de analfabetismo, representa um dos problemas culturais mais importantes a serem superados na busca do desenvolvimento; por outro lado, a melhor preparação da força de trabalho representa um instrumento indispensável para que o "arranco" das sociedades subdesenvolvidas possa apresentar um vigor suficiente para garantir a irreversibilidade do processo.

A incorporação da educação enquanto fenômeno instrumental, propedêutico do desenvolvimento, se faz, no campo restrito das teorias educacionais, através de formas diferenciadas - porém complementares - no que diz respeito à colocação dos objetivos perseguidos para o processo educacional. Na primeira destas formas, influenciada pelo pensamento cepalino, a melhoria das condições educacionais gerais - paralela à expansão do ensino técnico - ajudaria o país a alcançar o almejado desenvolvi-

mento, etapa correspondente a uma melhoria geral nas condições de vida das populações nacionais. O ponto de partida das análises cepalinas reside no caráter social das políticas educacionais. Na segunda das formas disseminadas, quando os investimentos em educação são vistos como formação de "capital humano", o objetivo é a formação individual. A partir da melhoria das condições de cada indivíduo é possível a toda a sociedade beneficiar-se do processo. As duas lógicas, a coletiva e a individual, têm seu ponto em comum na percepção da educação enquanto fenômeno propedêutico para o desenvolvimento.

Vejam^{os}, mais especificamente, algumas das características das duas formas acima apontadas:

a) A educação brasileira e o modelo da CEPAL

Dentro dos modelos de desenvolvimento propostos pela CEPAL destaca-se a necessidade de que a transformação das estruturas econômicas das sociedades subdesenvolvidas sejam de tal ordem que o processo de desenvolvimento alcance um estágio de irreversibilidade capaz de garantir a sua auto-sustentação. Para isto, existe claramente a necessidade da intervenção estatal, via planejamento adequado. No que diz respeito à educação, o seu planejamento também é considerado indispensável:

"A formação de pessoal qualificado é o resultado de um processo de longa duração. Em consequência, as inversões em educação devem ser planejadas e realizadas em tempo oportuno e no volume adequado. Se não corre-se o risco de obstaculizar e até mesmo frustrar os esforços que se façam em outros campos para acelerar a taxa de cres

cimento econômico." (100)

Fica evidente que existe, nas formulações da CEPAL, uma complexa relação entre o fator educação e outras áreas envolvidas no processo de desenvolvimento. Tal relação pode ser melhor constatada em dois campos específicos. Em primeiro lugar, como vimos anteriormente, o processo de penetração das estruturas do MPC exige, como acentua Claus Offe, a transformação das maneiras de pensar vigentes na sociedade. A secularização do pensamento, que tem seu eixo na constituição de uma sociedade dominada por "mercados", onde os cálculos econômicos ocupam lugar de destaque, é uma das modificações estruturais que acompanham a constituição do MPC.

Nas formulações ideológicas do desenvolvimento, a "modernização" - que significa, na verdade, a afirmação da hegemonia do pensamento burguês - é colocada em oposição à persistência de maneiras tradicionais de pensar e agir. Assim sendo, a criação da "consciência desenvolvimentista" é, em primeiro lugar, uma tarefa educacional, no sentido amplo da acepção. Na prática, esta tarefa materializa-se no combate ao analfabetismo, sempre associado às estruturas tradicionais e agrárias nas sociedades latino-americanas. É o que diz o estudo da CEPAL, acima citado, quando comenta o "alto valor econômico de uma educação primária eficaz para todas as crianças":

"Tal educação proporciona ao indivíduo as ferramentas mínimas para participar na economia moderna como produtor e consumidor e para receber for

(100) CEPAL. "Desenvolvimento Econômico e Educação: perspectivas." in Luiz PEREIRA (org.) Desenvolvimento, Trabalho e Educação, p. 69.

mação profissional, na escola ou no trabalho mesmo. Até a mão-de-obra não-qualificada de um país alfabetizado possui um nível muito alto de produtividade e adaptabilidade do que se fosse a sua maioria analfabeta." (101)

A partir de uma base gerada pela expansão da alfabetização, acompanhada pelo fornecimento das "condições mínimas" para a inserção dos indivíduos nas relações capitalistas de produção, a teoria da CEPAL prevê, como segundo passo no procedimento que visa à reforma dos sistemas educacionais dos países latino-americanos, uma ênfase específica na formação de quadros técnicos e de mão-de-obra qualificada, apta para produzir o aumento da produtividade do trabalho requerida:

"O papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento." (102)

A incorporação das premissas da análise empregada pela CEPAL à teorias educacionais brasileiras, quando a formação de uma força de trabalho "moderna" assume um caráter ao mesmo tempo propedêutico e indissociável do processo de desen-

(101) CEPAL, "Desenvolvimento Econômico e Educação: perspectivas." in Luiz PEREIRA (org.) Desenvolvimento, Trabalho e Educação, p. 70.

(102) id. *ibid.*, p. 69.

volvimento deu-se de uma forma bem disseminada. Nos anos 60, além da obra de Luiz Pereira, a de maior fôlego e porte, era comum encontrarem-se afirmações como a que se segue:

"Na teoria e na programação do desenvolvimento econômico e estudo da força de trabalho apresenta-se de maneira particular. (...)

Dentre os requisitos para a alta produtividade da mão-de-obra, além da alfabetização da população, assistência e boa alimentação, está o da educação e treino técnico e profissional, a fim de que os indivíduos se ajustem ao tipo de trabalho exigido em nossa época. Cidadãos saudáveis, inteligentes, educados profissionalmente, bem treinados e confiantes em si constituem o maior recurso e representam a verdadeira riqueza do país." (103)

De modo geral, as idéias dos educadores influenciados pelo conjunto "teoria/ideologia do desenvolvimento" encaminhavam-se para afirmação da educação como um dos fatores mais importantes para o progresso e a modernização das sociedades latino-americanas. E isto pode ser comprovado quando são analisados documentos de órgãos como a UNESCO e a CEPAL. Em conjunto, estes dois organismos internacionais elaboraram, em 1960, um "Relatório sobre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico na América Latina", onde são formuladas recomendações nas áreas da sociologia, política, economia, etc.. Dentre as "recomendações do sociólogo", nas que se referem à educação, lê-se:

"8) Parece ser exigência comum o atuar energeticamente sobre o sistema educativo em todas as suas formas e níveis, e conseguir, com rapidez as al-

(103) VILLAÇA, Maria José. A Força de Trabalho no Brasil, p. 45.

terações mais convenientes de seu conteúdo, de suas técnicas e de seus resultados. Tais alterações educacionais apresentam maior utilidade tanto no que se refere ao aspecto social, como ao político e ao econômico.

9) Não menos importante é o treinamento e o aperfeiçoamento da força de trabalho, tanto do ponto de vista da educação técnica e profissional, como do treinamento dos empregados em todas as categorias pelas próprias empresas." (104)

Vale, por fim, ressaltar que, nestas formulações, o que está em jogo é o progresso da coletividade através do desenvolvimento de toda a Nação. Este progresso, teoricamente, deve aproveitar a todos os indivíduos, independentemente de suas posições particulares na estrutura de classes em vigor nas sociedades em questão.

b) O investimento individual: a teoria do "capital humano"

Nas décadas de 50 e 60 ganhou destaque, principalmente nas formulações teóricas produzidas nos EUA, a associação entre economia e educação, num movimento que visava, em última análise, a racionalização do processo educacional. Esta racionalização eminentemente econômica era colocada em oposição a

(104) UNESCO/CEPAL/OEA. "Relatório do Grupo de Trabalho sobre os Aspectos do Desenvolvimento Econômico na América Latina". in Revista Brasileira de Ciências Sociais II (1):265.

formulações "humanistas", ou "filosóficas", assumindo estes termos um conteúdo bastante depreciativo. A nova racionalidade, influenciada pelas idéias neo-positivistas, condizente com a crença na superioridade da ciência e da técnica que acompanham a etapa monopolista do capitalismo procurava, com a utilização ao extremo de dados estatísticos, cálculos matemáticos de custos e benefícios, enfim, com a utilização de procedimentos considerados "não-ideológicos", encontrar novos parâmetros para o planejamento e a execução de programas sociais, incluindo a educação.

Um dos principais responsáveis, senão o maior, pela divulgação no Brasil desta econometria educacional foi o professor de Economia da Universidade de Chicago Theodore W. Schultz, com os seus livros "O valor econômico da educação" (1963) e "O capital humano" (1971). A vasta bibliografia específica apresentada nos dois livros indica que o tema já era objeto de inúmeros artigos desde meados dos anos 50. O primeiro dos livros de Schultz citados acima, por exemplo, reproduz artigos escritos anteriormente pelo autor.

A teoria do "capital humano" estabelece ligações diretas entre a economia e a educação, nos termos de custos e benefícios implicados no processo. O núcleo central das afirmações de Schultz consiste em tratar a educação como parte de um processo de investimentos que os indivíduos fazem em si mesmos. Esse processo, que é em essência individual, pode ser estimulado por políticas específicas que visem à acumulação de "capital humano", indispensável para a manutenção de altas taxas de crescimento econômico. Por detrás desta concepção opera uma das idéias recorrentes do pensamento liberal, já presente, por exemplo, nas obras de Adam Smith: a partir de iniciativas individuais, considera-se, é possível melhorar o conjunto das condi-

ções sociais envolvidas no processo. Ao procurar promover o seu bem-estar individual, ainda que movido por motivos egoístas, visando a sua própria e exclusiva satisfação, os indivíduos acabam por contribuir para o bem-estar coletivo das sociedades em que vivem.

Ao analisar os vários componentes econômicos envolvidos no processo educacional, T. Schultz destaca a sua função de promover retornos futuros, em consequência dos gastos presentes:

"Sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola. Existem numerosos investimentos no capital humano e as cifras tornam-se elevadas. Pode-se dizer, na verdade, que a capacidade produtiva do trabalho é, predominantemente, um meio de produção PRODUZIDO. Nós "produzimos", assim, a nós mesmos e, neste sentido, os "recursos humanos" são uma consequência de investimentos entre os quais a instrução é da maior importância." (105)

O investimento feito individualmente resulta em acréscimos reais nas rendas nacionais, seja através da elevação da produtividade do trabalho, seja através de ganhos salariais. Ao analisar os casos concretos dos investimentos efetuados nos EUA entre 1929 e 1957, Schultz procura comprovar com dados numéricos as afirmações acima efetuadas: para investimentos estimados em 9% do PIB as taxas de retorno são de 16.5%. (106)

(105) SCHULTZ, Theodore H.. O Valor Econômico da Educação, p.25.

(106) id. *ibid.*, p. 62.

Por isto mesmo, o autor pode concluir:

"Deduz-se, da argumentação já apresentada, que a instrução e o progresso no conhecimento constituem importantes fontes de crescimento econômico. É óbvio que não são fontes naturais; são essencialmente, produzidas pelo homem, o que significa que envolvem economias e investimentos." (107)

Em resumo, ainda que trabalhando a partir da ótica individual, com análise do tipo "custo/benefício", a teoria do capital humano contribuiu, tanto quanto das análises cepalinas, para a consolidação de um tipo de associação entre educação e desenvolvimento que, dentro dos moldes das ideologias desenvolvimentistas, teve grande influência nas concepções dos educadores no Brasil dos anos 50-60.

(107) SCHULTZ, Theodore H.. O Valor Econômico da Educação, p. 63.

CAPÍTULO 7

AS UNIVERSIDADES DO TRABALHO EM MINAS GERAIS

7.1. "Humanistas" e "tecnocratas" no planejamento do desenvolvimento em Minas Gerais

Nas partes anteriores desta dissertação procurei, ainda que resumidamente, elaborar um quadro contextual que permitisse o acompanhamento do processo global de aprofundamento das estruturas do MPC no Brasil, com destaque para o período de afirmação da irreversibilidade do processo de industrialização, nos anos 50.

Neste processo de "modernização", as relações de produção que acompanham o MPC, confirmando ao nível social as tendências já manifestas na economia, destroem ou transformam relações de produção tradicionalmente vigentes na sociedade. Neste respeito, é preciso que se lembre que a predominância de um modo de produção não implica na sua exclusividade, e que a afirmação de que o MPC é dominante não exclui a existência de formas não-capitalistas de articulações estruturais. O que se pode dizer é que, sendo um modo de produção dominante, ele tende a incorporar, segundo as suas determinações, outras formas de manifestação vigentes nas sociedades. A este respeito, afirma Poulantzas:

"Portanto, uma formação social comporta vários

modos - mas também formas - de produção, em uma ARTICULAÇÃO ESPECÍFICA. Por exemplo, as sociedades capitalistas européias do princípio do século XX estavam compostas de elementos do modo de produção feudal, da forma de produção comercial simples e da manufatura - forma de transição do feudalismo para o capitalismo -, modo de produção capitalista sob suas formas competitiva e monopolista. Mas essas formações sociais eram bem formações capitalistas: isto significa que era este modo capitalista que DOMINAVA." (108)

Poulantzas refere-se, a seguir, ao movimento de dissolução-conservação de modos e formas de produção no processo de desenvolvimento de um modo de produção que se torna dominante:

"De fato, em toda formação social constata-se o domínio de um modo de produção, domínio este que produz efeitos complexos de DISSOLUÇÃO-CONSERVAÇÃO sobre os outros modos e formas de produção e que confere a essas formações sociais suas características (feudais, capitalistas, etc.): à exceção dos períodos de transição no sentido estrito, caracterizados precisamente por um 'equilíbrio' particular dos diversos modos e formas de produção." (109)

Qual seria, no caso brasileiro, o período específico de transição para o capitalismo, como modo de produção dominante, que estende o conjunto de suas relações de produção a toda a sociedade? De certa forma, existe por parte dos nossos

(108) POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, p. 23.

(109) id. *ibid.*, p. 23.

estudiosos uma certa "ânsia", ou "impaciência", como afirma Debrun para observar na história do Brasil a repetição de etapas e períodos bem definidos, nos moldes do desenvolvimento europeu. Assim, determinadas datas passam a significar, para alguns, mais do que momentos de crise que são para tornarem-se marcos de um novo período histórico.

Diferentemente, é possível procurar nos fenômenos históricos as suas manifestações enquanto processos de transformação social. Neste sentido, mais do que a celebração de datas, a história se reveste de um conteúdo dinâmico, onde o que importa são as transformações nas estruturas sociais e de produção. É dentro destas premissas que Florestam Fernandes procura definir a "revolução burguesa" no Brasil:

"Em suma, a "Revolução Burguesa" não constitui um episódio histórico. Mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social." (110)

Na primeira parte desta dissertação, com o estudo das transformações econômicas por que passaram Minas Gerais e o Brasil no século XX, tendo como resultado a implantação de estruturas capitalistas específicas, procurei fornecer subsídios para a compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro, concebido enquanto movimento contraditório que incide sobre as relações sociais de produção.

Procurei destacar a passagem para uma economia

(110) FERNANDES, Florestam. A Revolução Burguesa no Brasil, p.21

capitalista em sua forma mercantil, com a expansão do café e a formação de um primeiro mercado de trabalho assalariado, no final do Império, além de acompanhar o crescimento industrial via surtos de industrialização e o processo de "industrialização restringida" desencadeado a partir de estrangulamentos externos na década de 1930. Neste longo processo de penetração das relações capitalistas de produção, em que cada fase, na medida em que comporta a convivência de várias formas de produção, as etapas devem ser vistas em sua especificidade, assim como fenômenos específicos como a educação, dentro de determinados contextos, apresenta, como veremos mais adiante, maneiras próprias de se manifestar.

Um outro momento, em que características de "transição" podem ser encontradas, e que se relaciona diretamente com o tema proposto para esta dissertação, é o que acontece no Brasil nos anos 50, quando, segundo a periodização proposta por João Manuel Cardoso de Mello, a economia brasileira encaminha-se para a chamada "industrialização pesada". Nesta etapa, o dinamismo do setor industrial afirma-se inequivocamente, sendo acompanhado por significativas transformações nas relações de produção vigentes na sociedade brasileira, das quais são exemplos a urbanização acelerada e a necessidade de ampliação dos mercados de trabalho e consumo.

Nesta etapa de transição dos anos 50, as transformações sociais aparecem legitimadas por proposições ideologicas que, apelando para temas genéricos como a "união nacional", obscurecem o caráter de classe subjacente ao aprofundamento de relações capitalistas de produção. Assim caracterizada, a "ideologia do desenvolvimento" pode portanto ser entendida como sendo o produto específico de uma formação burguesa particular, num

momento em que são definidas as regras para a industrialização pesada no Brasil.

Quando analisa-se a economia mineira, com sua "especialização" progressiva no setor de produtos primários e bens intermediários, pode-se entender o impacto causado pelas idéias desenvolvimentistas no interior da burocracia estadual. Reproduzem-se no Estado as noções básicas da ideologia do desenvolvimento, e a situação mineira passa a ser entendida em termos de um suposto "colonialismo interno", exigindo, segundo o pensamento tecnocrático, que sejam implantadas, a nível estadual, medidas da mesma natureza que as defendidas no nível nacional. O rompimento deste duplo estado de subalternidade da economia mineira somente seria possível através de um processo planejado de desenvolvimento e industrialização.

No entanto, quando os aparelhos burocráticos operam intervenções visíveis nos rumos do processo de desenvolvimento, possibilitam, ao mesmo tempo, que sejam visualizadas as contradições internas que os trespassam. O Estado, segundo Poulantzas, é um dos lugares onde trava-se a luta de classes. De acordo com Maria de Lourdes Covre, como veremos mais adiante, a coexistência de interesses diferenciados no interior das burocracias estatais leva ao dilema entre o atendimento de demandas de cunho "social" ou a prioridade aos aspectos estritamente econômicos. No caso mineiro estas tensões aparecem claramente, como já vimos, nas disputas entre as correntes "tecnocrata" e "humanista", no interior do governo Magalhães Pinto. A Universidade do Trabalho é um dos melhores exemplos para a comprovação do "dilema" colocado: pensada em uma época de relativo equilíbrio de forças, o seu projeto espelha um compromisso intentado, manifestado no ecletismo das soluções adotadas. No entanto, criada na

prática a instituição em um momento em que foi definitivamente rompido o equilíbrio anteriormente existente, os rumos tomados pela UTRAMIG confirmam a opção tecnocrática, dominante após 1964.

Vejamos, porém, as maneiras pelas quais são articuladas as antigas propostas para o ensino técnico e a Universidade do Trabalho, em etapas diferentes do desenvolvimento econômico brasileiro.

7.2. A Universidade do Trabalho - aspectos históricos

Em um artigo publicado na Revista Educação e Sociedade n. 3 (maio de 1979), Sarah Silva Telles procura abordar o que denomina "um projeto populista para o ensino", ou seja a Universidade do Trabalho. O ponto de partida para o estudo é a constatação, verdadeira, de que:

"O dilema entre uma educação clássica e uma educação profissional sempre esteve presente, com maior ou menor intensidade, na política educacional brasileira." (111)

Para a autora, a divisão entre os dois tipos de educação apresenta-se como decorrência da divisão social do trabalho, que constitui um dos fundamentos da sociedade de classes, capitalista. A criação da Universidade do Trabalho pode ser considerada, segundo Sarah S. Telles, um tentativa de resposta a este dilema acima mencionado.

Segundo Sarah Silva Telles, as propostas para a

(111) TELLES, Sarah Silva. "Um Projeto Populista para o Ensino: a Universidade do Trabalho." Educação e Sociedade 1 (3): 95.

a criação da Universidade do Trabalho, no Brasil, articulam-se através de quatro diferentes fases, cada qual associada a uma figura histórica distinta. Na primeira fase (1920-1930) destaca-se a figura do deputado mineiro Fidélis Reis; na segunda (1940-1950) o procurador da Justiça do Trabalho, Humberto Grande; a terceira corresponde à presidência de Jânio Quadros (1961); e a quarta ao governo Magalhães Pinto em Minas Gerais (1961-1965). Nesta última fase ocorreu, segundo a autora, a concretização da idéia de criação da Universidade, com o surgimento da UTRAMIG - Universidade do Trabalho de Minas Gerais.

Do artigo de Sarah S. Telles, pela forma com que aborda o problema das Universidades do Trabalho, alguns pontos merecem destaque para um acompanhamento crítico adequado.

Em primeiro lugar, a autora parece entender o processo de criação da Universidade do Trabalho como resultado de uma seqüência histórica, cumulativa, de esforços que vão desde a década de 20 até os anos 60, no Brasil. Não existe, ressalte-se, no texto em questão, a afirmação ou explicitação de uma metodologia abertamente historicista. Mas, na medida em que inexiste também a sua negação - que poderia ser montada a partir, por exemplo, do estabelecimento de relações mais precisas entre as "fases" apresentadas e os seus contextos específicos - e quando se percebe que o texto desenvolve-se a partir da periodização montada em suas primeiras linhas, pode-se supor que uma certa tendência ao "historicismo" não esteja de todo afastada no trabalho de Sarah S. Telles.

Outra questão que merece destaque é a utilização do conceito de "populismo". Conforme vimos na introdução a esta dissertação, com Laclau, a utilização deste conceito deve ser feita criteriosamente, o que, ao que parece, não acontece no ar

tigo em questão, mesmo porque a autora alinha entre as propostas "populistas" formulações como as de Fidélis Reis, que, com sua origem nos anos 20, ocorrem num período cronologicamente anterior ao considerado populista no Brasil.

Nesta dissertação, a partir de uma posição que, sem dispensar o recurso à história, privilegia entretanto as relações entre o fato histórico e o seu contexto específico, uma periodização linear como a proposta por Sarah S. Telles não me parece possível. Como já procurei demonstrar, ao estudar as transformações por que passaram as estruturas da produção no Brasil, existem etapas que podem ser delimitadas no desenvolvimento do MPC no país. O estudo das relações de produção, isto é, das formas específicas assumidas pelo processo de aprofundamento do MPC, nestas diversas etapas, parece-me indispensável para a compreensão, contextualizada, das tentativas de criação da Universidade do Trabalho e de outras redes de escolarização profissional no Brasil.

Desta maneira, é possível dividir-se, em linhas gerais, o estudo do ensino técnico (incluindo-se aí a Universidade do Trabalho) em duas etapas distintas: antes e depois dos anos 50. O ponto de ruptura é dado, ao nível das relações de produção, pela consolidação da "industrialização" pesada no Brasil.

Ao nível ideológico, aparecem as manifestações do pensamento "desenvolvimentista", bastante vigorosas, como já vimos, nos anos 50 e início da década de 60 no Brasil. A menção ao termo "universidade do trabalho" nos dois períodos distintos, por si só, não deve ser considerada suficiente para poder afirmar a existência de nexos causais ou de relações historicamente lineares entre propostas que, na realidade, estão inseridas em contextos bastante diferenciados.

De modo geral, até os anos 50, as propostas para a criação de redes de escolarização voltadas para a formação profissional não podem ser consideradas como totalmente inseridas em relações capitalistas de produção. Existem, na historiografia relativa a questões ligadas ao ensino técnico no Brasil, inúmeros exemplos que indicam o caráter claramente discriminatório, classista, através do qual o assunto era encaminhado. Uma visão de certa forma "punitiva" da educação pelo trabalho, conforme transparece em algumas propostas nas duas primeiras décadas do século XX, é coerente com a mentalidade de uma época em que questões trabalhistas eram, em última análise, consideradas "caso de polícia".

No Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, quando se regulamenta a Lei 1.606, de 29 de dezembro de 1906, destinada a fornecer a base legal para a introdução do ensino profissional primário no Brasil, nas suas considerações introdutórias, lê-se:

"Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

que para isto se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que o afastará da ociosidade, escola do vício e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação,

(O Presidente da República) DECRETA:" (112)

(112) Decreto 7.566/1909, cf. Agnelo Corrêa Vianna, Educação Técnica, p. 92.

Pelo texto legal acima transcrito percebe-se que o ensino profissional, destinado aos mais defavorecidos, tem ainda a função de socialização, de inserção destes indivíduos, através de "hábitos de trabalho profícuo", nas formas socialmente aceitas de uma sociedade que se encaminha para o capitalismo.

Em Minas Gerais e São Paulo, apenas para exemplificar, podem ser encontrados dados concretos dessa mentalidade no tratamento do ensino profissional. Na lei mineira de 1896, que trata da "organização do ensino profissional primário" no Estado, lê-se em seu artigo 16 que "o ensino é gratuito e destinado especialmente às classes desfavorecidas." (113)

Para São Paulo, Maria Alice Rosa Ribeiro aponta o ano de 1911 como o que marca o início de funcionamento das duas primeiras escolas profissionais na capital e "que serviram de modelo para as que viessem a ser instaladas no interior do Estado". Uma das preocupações das autoridades, segundo a autora, consistia em separar os filhos dos operários, a quem eram destinadas as escolas profissionais, dos "desvalidos" e pobres em geral. Enquanto que para os primeiros, já considerados de certa forma socializados, existiriam preocupações com sua formação para o trabalho, para com a "infância abandonada" outras eram as intenções do poder público:

"Para estes existiam instituições disciplinadoras, onde o objetivo era fundamentalmente domar os instintos "anti-sociais". Tinham caráter

(113) PIMENTEL, F. Mendes. Organização do Ensino Profissional Primário do Estado de Minas Gerais.

mais correcional do que profissional." (114)

Duas preocupações podem ser percebidas no que diz respeito, no período, à educação profissional. De um lado, existia a necessidade de reprodução da força de trabalho, através de escolas destinadas aos filhos dos trabalhadores, já "socializados", isto é, oriundos de ambientes já acostumados com as condições de trabalho existentes. Por outro lado, o trabalho assumia caráter correcional quando destinado aos menores abandonados, portadores de condutas não condizentes com as desejadas pelos grupos dominantes na sociedade.

Em ambos os casos, o caráter de classe envolvido é evidente: o ensino profissional não é nunca destinado aos membros das elites dominantes. Nas relações sociais ainda vigentes no início do século XX no Brasil (e é bom lembrar, com Poulantzas, que relações antigas convivem com formas dinâmicas em períodos de transição) o trabalho ainda não era percebido como um fenômeno criador de valor - nos moldes capitalistas - mas, dentro de uma herança cultural que remontava à escravidão recentemente abolida, possuía muito de uma conotação negativa, de castigo ou pelo menos de coisa não muito adequada aos filhos de "boas famílias", aos quais, em especial, não se destinavam as formas manuais de labor.

As idéias de Fidélis Reis e Humberto Grande, con

(114) RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Qualificação da Força de Trabalho: A Experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo." in vários autores, Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional, p. 121.

sideradas por Sarah S. Telles como pertencendo a etapas distintas de um longo processo de maturação da Universidade do Trabalho, na realidade, podem ser vistas como sendo a contrapartida da concepção acima exposta, que vê no trabalho manual aspectos de conotação socialmente negativa. Tanto as propostas de um quanto de outro autor, como veremos, podem ser enquadradas numa fase "filosófica" do processo de criação da Universidade do Trabalho, quando o que importa não é o aspecto econômico do processo, mas sim o seu conteúdo valorativo de ordem moral.

O deputado Fidélis Reis tornou-se famoso principalmente por ter emprestado seu nome à legislação que, em 1927, procurou regulamentar o ensino profissional no Brasil. O Decreto 5.241, de 22 de agosto de 1927, contém apenas oito artigos e apresenta como principal disposição o conteúdo do art. 8:

"Em todas as escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, farão parte obrigatoriamente dos programas: desenho, trabalhos manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conforme as conveniências e as necessidades da população escolar." (115)

A partir destes esforços para a introdução de disciplinas relacionadas ao trabalho manual nas escolas públicas ligadas à União, Fidélis Reis passa a imaginar um sistema renovado de educação onde a Universidade do Trabalho seria como que o coroamento das reformas a serem introduzidas. Através de uma citação relativamente longa, porém necessária, é possível ter uma síntese do pensamento do deputado mineiro acerca dos temas "educação", "trabalho" e "Universidade do Trabalho", quando aparece

(115) Decreto 5.241, Cf. Agnelo Corrêa Vianna, op. cit., p. 96.

claramente o conteúdo valorativo positivo que o autor procura as sociar à sua proposta:

"O problema da Educação - di-lo eminente pensado argentino - não é o de perpetuar a existência das Classes, oferecendo aos membros da classe inferior a oportunidade de fugir à sua condição e entrar na outra, mediante o salvo-conduto da Cultura; o problema da Educação é suprimir a condição que faz da Cultura um privilégio; é o de dignificar o Trabalho, equilibrando as diversas formas do valor humano; é, em suma, o de compreender e interpretar a Civilização como uma organização do serviço social, na sua expressão mais alta de Simpatia e de Amor. (...)

Pois, o de que precisamos sobretudo é de uma instrução que desperte o espírito de emulação e de empreendimento, que venham criar na juventude a vontade realizadora, o espírito construtivo e industrialista, propulsor por excelência do progresso e da riqueza. Temos que mudar de rumos, alterar as diretrizes, despertar as vocações, orientar a formação dos moços para as carreiras produtivas e úteis. (...)

A 'universidade técnica ou universidade do trabalho', por cuja fundação tanto nos temos batido, seria a cúpula da organização magnífica do novo sistema a inaugurar-se. Dentro dele, nos âmbitos de sua vasta estruturação, toda uma seriação 'de cursos se estabeleceria, vindo das profissões mais elementares, das 'escolas do trabalho', em todos os Municípios, até a cultura técnica superior, nunca se restringindo ao homem o horizonte da cultura, o limite do saber. Um verdadeiro sistema universitário técnico de formação profissional." (116)

(116) REIS, Fidélis. Homens e Problemas do Brasil, p. 134-135.

A Universidade do Trabalho, conforme a entende Fidélis Reis, representaria portanto a complementação e o coroamento de um amplo processo de transformação de VALORES a ser implementado na educação brasileira.

Humberto Grande, na década de 1940, continua e complementa as idéias de Fidélis Reis. Para Humberto Grande, em primeiro lugar:

"Paradoxalmente, no Brasil, sempre houve a preocupação de todo o mundo ser doutor. A aspiração máxima do brasileiro, tanto dos fazendeiros, como dos diferentes representantes das classes produzoras industriais e comerciais, era transformar os seus filhos em doutores. Daí o bacharelismo." (117)

Mas, segundo o autor, o culto ao bacharelismo criou indivíduos inaptos para o trabalho, mal formados, desvinculados da realidade nacional. Este desvio na formação das novas gerações foi o responsável pelo aparecimento de um "mal maior":

"Mas há ainda mal maior, originário do fato de o indivíduo gastar boa parte de sua vida na aquisição de uma ciência que não podia exercer ou que exercia deficientemente. O desejo ardente de ser funcionário público." (118)

Como antídoto para os males causados pela cultura bacharelesca, Humberto Grande defendia a criação da Universidade do Trabalho, onde se operariam transformações na mentalidade em vigor:

"A nossa elite vivia fora da ambientação nacio-

(117) GRANDE, Humberto. O Livro do Trabalhador, p. 11.

(118) id. *ibid.*, p. 11.

nal. Daí a necessidade imperiosa de uma Universi
dade do Trabalho, para formar homens de ação, ho
mens práticos, homens de negócios, indivíduos ha
bilitados a exercer uma profissão técnica, e as
sim estimular a produção da riqueza, obrigando a
cada um dos brasileiros a dar o máximo de rendi
mento ao seu esforço." (119)

Em suma, a Universidade do Trabalho deveria ser,
segundo Humberto Grande, uma instituição renovadora das bases
morais e culturais das ELITES brasileiras:

"A Universidade do Trabalho é um reconhecimento
pleno do esforço humano. Deseja alcançar um tra
balho superior, qualificado, bem feito e bem aca
bado, com base científica, artística, moral e fi
losófica. Assim pode obter, realmente, um traba
lho correto, preciso, exato; e enfim, um traba
lho universal e de valor permanente." (120)

As primeiras tentativas para a implantação de as
sociação entre trabalho e educação, com as escolas primárias pro
fissionalizantes, estão associadas à ação disciplinadora exerci
da sobre os grupos dominados. As propostas de Fidélis Reis e Hum
berto Grande, ao contrário, procuram corrigir os desvios das eli
tes nacionais, ainda arraigadas a um pensamento considerado des
vinculado das manifestações mais modernas da realidade. Englo
bando tanto as tentativas legais do início do século quanto as
propostas dos autores mencionados subjaz a idéia do caráter re
generador do trabalho quando incorporado à educação. Estas con
cepções podem ser vistas como integrantes de estruturas ainda

(119) GRANDE, Humberto. O Livro do Trabalhador, p. 11.

(120) id. *ibid.*, p. 11-12.

não plenamente penetradas por padrões capitalistas, na medida em que os aspectos econômicos são postos em segundo plano, o que é incompatível com o MPC.

O estudo das proposições de Fidélis Reis e de Humberto Grande é importante, não no sentido de procurar o estabelecimento de nexos causais ou historicamente lineares entre estas e o processo de criação das Universidades do Trabalho em Minas Gerais, nos anos 60, mas, pelo contrário, para que possa ser melhor percebida a especificidade de um fenômeno especificamente contextualizado.

7.3. Universidade ou Universidades? A interferência política no processo

Uma das coisas que já deve ter chamado a atenção, no decorrer da leitura deste estudo, é o fato de que ora se fala em Universidade do Trabalho, no singular, ora se diz processo de criação de Universidades do Trabalho, no plural. A utilização de ambos os modos se explica.

Em primeiro lugar, quando se procura acompanhar o pensamento de precursores como Humberto Grande ou Fidélis Reis, o correto é dizer que ambos procuravam implementar a "Universidade do Trabalho", conceito genérico, que se aplica a uma entidade quase utópica, que possibilitaria a transformação desejada pelos autores dos padrões morais e culturais vigentes no Brasil. Esta "Universidade", portanto, não era associada ainda a um esforço já materializado na vida concreta, funcionando ainda como um objetivo a ser perseguido.

Quando o governo de Minas Gerais, anos mais tarde, inicia um processo concreto de estudos para a implantação de

instituição de ensino superior voltada para a educação profissionalizante, a confusão de termos se deve muito mais à desinformação do que às características do processo.

Sarah Silva Telles, por exemplo, menciona em sua "quarta fase" apenas a criação da Fundação Universidade do Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG -, em novembro de 1965. Em todo o processo a UTRAMIG foi, na verdade, o ponto de referência na sua fase de estudos e sua fase de implementação. Mas, a UTRAMIG não foi a única Universidade do Trabalho a ser legalmente criada, embora, por motivos que veremos, tenha sido a única a ter sua existência efetivada.

A idéia inicial de criação de uma Universidade do Trabalho, em Minas Gerais, surgiu no programa de governo de Magalhães Pinto, ao lado da criação da Secretaria do Trabalho, à época ainda inexistente. Segundo o prof. Agnelo Corrêa Vianna:

"A idéia de criação de uma Universidade desta natureza é do Dr. Magalhães Pinto, e quando em digo que a idéia é dele pode ser até que tenha sido indicada, por exemplo, pelo Dr. Edgar da Mata Machado. Acredito que sim. Mas surgiu dentro do programa de governo referendado pelo nome do Dr. Magalhães Pinto." (121)

Ao tomar posse, o governador enviou à Assembléia Legislativa projeto de lei propondo a criação da Secretaria do Trabalho. Ao mesmo tempo, sob a coordenação do prof. Edgar da Mata Machado, fo

(121) VIANNA, Agnelo Corrêa. Entrevista à autora, 09/12/86.

ram iniciados os estudos para a concretização do projeto de ação a ser implementado na futura Secretaria. Segundo o prof. Mata Machado, o projeto inicial foi modificado para englobar a promoção cultural do trabalhador, dando à Secretaria um alcance maior do que o que poderia ter se tivesse se restringido ao me-ro acompanhamento de questões trabalhistas:

"A época (1961) era de muita luta operária, estu-dantil, etc. e havia muito movimento cultural. Então eu peguei o projeto da Assembléia e fiz modificações, sobretudo o nome. A secretaria foi criada com o nome de Secretaria do Trabalho e Cul-tura Popular. E até hoje, eu sustento o título, porque eu acho que o trabalho é um processo de ascensão da classe operária e do trabalhador, em resumo, então se você faz uma Secretaria do Tra-balho ou uma Universidade do Trabalho... Exata-mente para justificar o aspecto cultural bem nitidamente." (122)

Esta preocupação é confirmada por Agnelo Corrêa

Vianna:

"E foi dentro da idéia e da criação da Secreta-ria do Trabalho que apareceu também o pensamento de se criar um Universidade do Trabalho de Minas Gerais. A primeira coisa que o governo fez foi criar um grupo de estudos, como geralmente sem-pre acontece, para dar corpo a este conceito de Universidade do Trabalho..." (123)

No interior do grupo de estudos formado para ela-borar o projeto de criação da Universidade do Trabalho aparecem,

(122) MATA MACHADO, Edgar da. Entrevista à autora, 11/09/89.

(123) VIANNA, Agnelo C.. Entrevista citada.

no entanto, duas correntes acerca do que deveria ser esta instituição. Por um lado, havia uma concepção mais voltada para a utilização econômica e prática do ensino profissionalizante, que deveria implicar principalmente na formação de mão-de-obra qualificada para as atividades relacionadas ao desenvolvimento econômico. Um dos participantes, ligado a esta corrente, foi o prof. Agnelo Corrêa Vianna, à época coordenador de ensino no SENAI em Minas Gerais. Segundo esta concepção, mais do que uma nova instituição, havia necessidade de, através da coordenação eficiente, reestruturar e aprimorar as estruturas de ensino técnico-profissional a nível de primeiro e segundo graus já existentes:

"Ao me referir sobre a necessidade muito mais de uma coordenação das atividades de ensino técnico no Estado do que propriamente à instituição de mais uma entidade, eu estava me referindo ao fato de que nós tínhamos escolas em Belo Horizonte, não muitas naquele tempo, mas escolas representativas, inclusive a Escola Técnica Federal, que era um padrão de estabelecimento como é hoje. Tínhamos escolas do SENAI na capital e no interior, tínhamos escolas no SENAC, e havia escolas particulares no interior do Estado, nem todas elas bem equipadas, com recursos humanos suficientes, de maneira que eu achava que o melhor naquele momento seria fazer uma boa coordenação estadual de tudo aquilo que existia, e procurar carrear recursos importantes para esta área, mais do que fazer uma coisa nova." (124)

Outra corrente, de certa forma mais preocupada com o aspecto de inovação na iniciativa, pensava ser priorida-

(124) VIANNA, Agnelo C.. Entrevista citada.

de a criação de uma instituição de maior visibilidade do que uma estrutura burocrática a mais nos aparelhos de Estado, conforme narra Agnelo Vianna:

"Entretanto, o próprio secretário, que era o Dr. Edgar, e o próprio governador, deixaram muito claro desde o início que a intenção do governo era criar uma entidade, mesmo que viesse a fazer a coordenação, e até achavam que devia fazer. Mas também achavam que ela deveria ser uma instituição, e faziam questão que tivesse características de universidade." (125)

Reconstituir as intenções que se escondem por detrás das ações dos homens é uma tarefa complexa e difícil. O exemplo da sociologia de Weber bem indica a complexidade da tarefa que envolve a procura dos móveis da ação humana. No entanto, esta tarefa pode ser tentada, não para que se atinja a racionalidade oculta na ação, mas para que se avance na compreensão de um fato histórico específico em suas relações com os contextos políticos e ideológicos em que este se insere. Em outras partes desta dissertação procurei apontar que:

- a) a dominância de um modo de produção não exclui a existência de várias formas de produção (Poulantzas);
- b) no governo Magalhães Pinto, ao lado dos quadros tecnocratas, alinharam-se elementos fortemente influenciados por um "humanismo cristão".

Ora, ao se pensar na conjugação destas duas variáveis acima, e suas manifestações no caso concreto da Universidade do Trabalho, fica evidente o acerto das observações de

(125) VIANNA, Agnelo C.. Entrevista citada.

Maria de Lourdes Covre, ao associar uma concepção "tecnocrática" da educação ao capitalismo em sua forma monopolista e um concepção "humanista" à forma liberal. (126) A coexistência das duas formas do MPC, na prática, com visões diferenciadas nas suas concepções acerca da educação, leva, segundo a autora, à persistência de um impasse entre o econômico e o social:

"Neste contexto explicativo em que de um lado a educação deve atender um aspecto do indivíduo, enquanto direito social e, ao mesmo tempo, atender às necessidades do desenvolvimento calcado na inovação tecnológica, delinea-se um certo impasse constante do tecnocratismo entre o econômico e o social." (127)

Este impasse, representado no caso da Universidade do Trabalho pela persistência de duas correntes distintas, cada qual, à sua maneira, vinculada a uma das formas assumidas e existentes de manifestação das relações capitalistas de produção - isto é, a monopolista e a liberal - foi resolvido de duas maneiras distintas, conforme os momentos históricos específicos. Antes de 1964, prevaleceu uma solução de consenso que procurou agradar a todos os envolvidos, e que se concretizou no projeto aprovado e sancionado em 1965. Após 1964, e em especial a partir da década de 70, ocorrem as transformações na UTRAMIG que vêm a evidenciar o caráter dominante da concepção tecnocrata vinculada ao capital monopolista, neste momento.

Para compreender a solução dada antes de 1964 ao impasse entre a preocupação com o social e a preocupação com o

(126) COVRE, Maria de Lourdes M.. A Fala dos Homens, p. 195-196.

(127) id. *ibid.*, p. 196.

econômico, no caso concreto da Universidade do Trabalho, é necessário um rápido exame das condições específicas da política mineira e do papel desempenhado pelo governador Magalhães Pinto.

Segundo Agnelo Vianna, o governador nunca escondeu o seu desejo de chegar à Presidência da República:

"Outra coisa que todos nós (os membros da comissão de estudos) procuramos estudar também porque teria chegado ao governador Magalhães Pinto a idéia de criar uma Universidade do Trabalho. E nós então chegamos, ele nunca nos disse, nem ninguém veio nos afirmar isto, mas nós tínhamos a idéia de que o governador Magalhães Pinto, pretendendo alcançar a Presidência da República, como aspiração que ele nunca negou, e como um elemento que fazia parte da UDN, e a UDN nunca foi um partido altamente ligado às forças populares, trabalhistas, nós acreditávamos então que o gov. Magalhães Pinto estava procurando abrir o governo dele para esse campo de trabalho. (...) e numa Universidade do Trabalho, poderia realmente criar o clima que ele pretendia, mas num ambiente alto, ao invés de fazer demagogia, que era combatida naquela época pela própria UDN. Daí ele preferir fazer as coisas num alto nível, razão pela qual ele escolheu a Universidade." (128)

A componente política, específica, de cooptação de setores arredios às propostas udenistas, mas "em alto nível", existe, é claro na questão da Universidade. Mas, se a explicação não ficaria completa sem este dado, na verdade não pode se fundar apenas na vontade pessoal, no projeto político particu-

(128) VIANNA, Agnelo C.. Entrevista citada.

lar de Magalhães Pinto. Ocorre que, dentro de uma série de opções possíveis, a Universidade do Trabalho apresentava condições objetivas (dentro do pensamento desenvolvimentista) para ser apresentada como um projeto que beneficiaria a todos os setores envolvidos no processo de desenvolvimento.

A decisão do governo pela criação da instituição, por si só, no entanto, se teve o poder de adiar a decisão final sobre os rumos do projeto, procurando estabelecer um consenso, não poderia apagar as divergências entre as duas tendências, que foram resolvidas apenas após 1964. Antes disso, e é o que aparece na lei que criou a UTRAMIG, foi procurada uma posição eclética, que passasse pela criação de uma Universidade, mas que também não se desligasse da proposta pela rápida melhoria da mão-de-obra, a nível de primeiro e segundo graus.

Segundo Agnelo Vianna:

"... finalmente chegamos à conclusão de se não era exclusivamente uma coordenação, poder-se-ia pensar num tipo de trabalho universitário mais no sentido da promoção vertical do trabalho e do trabalhador, do que a idéia de um conjunto de escolas superiores. (...) E nós pensamos então que o sentido da promoção vertical seria começar com o aluno no SENAI, depois passá-lo para uma Escola Técnica, depois passá-lo para um plano de tecnólogo - por exemplo, uma carreira curta entre o segundo grau e a universidade - e finalmente a carreira universitária até a pós-graduação. De maneira que você veja o seguinte: seria também um trabalho universitário, e principalmente um trabalho universitário se você levasse em conta que era uma cúpula de pensamento universitário influenciando sobre o segundo grau técnico, sobre o primeiro grau profissional, sobre as atividades

artezanais e assim por diante." (129)

O ecletismo da proposta apresentada pela comissão de estudos refletiu-se no projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, quando a Universidade do Trabalho assume as funções de coordenação, de acordo com o grupo tecnocrata, mas também tem a tarefa de criar cursos superiores voltados "para o trabalhador e seus filhos", como pensava o grupo "humanista". Este ecletismo, resolvido na prática pelo descumprimento das obrigações de criação dos cursos, será resolvido, como veremos, legalmente, em 1972, quando uma nova legislação virá modificar totalmente o caráter da UTRAMIG.

O projeto de criação da Universidade do Trabalho, de que temos acompanhado as formulações iniciais e as opiniões de um dos mais importantes personagens envolvidos (o prof. Agnelo Corrêa Vianna participou do projeto desde a primeira reunião de estudos, foi o reitor da UTRAMIG desde a sua fundação em 1965, até 1982, De 1982 a 1986 esteve afastado da reitoria - no governo Tancredo Neves/Hélio Garcia - voltando ao posto em 1987 e ainda exercendo o cargo atualmente, 1990) materializou-se, na prática, na tentativa de criação de cinco Universidades do Trabalho. A multiplicação foi operada na Assembleia Legislativa Estadual, que, aproveitando a iniciativa do Executivo, elaborou os projetos de criação da Universidade do Trabalho de Juiz de Fo-

(129) VIANNA, Agnelo C.. Entrevista citada.

ra, da de Ipatinga, da de Três Corações e da de Teófilo Otoni.

Esta multiplicação vem a confirmar o papel atribuído à educação no contexto do desenvolvimentismo: na Assembleia eram constantes os discursos e pronunciamentos em condenação da posição subalterna da economia mineira, como era percebida à época. Além do mais, a distribuição das universidades do Estado indica uma preocupação em atender às demandas de regiões totalmente diversas, num esforço para cobrir todo o território mineiro.

Mas, para que melhor se compreenda o porquê deste consenso acerca da necessidade de Universidades do Trabalho, além das influências do pensamento desenvolvimentista, é preciso que sejam expostas algumas das características da política partidária no Estado.

O ponto central da política mineira resume-se num acordo estrutural "conservador", onde inexistem rupturas ideológicas marcantes e as disputas são centradas no controle do poder local. Desta forma de manifestação da política participaram ativamente não apenas o PSD e o PR, partidos considerados tradicionalmente conservadores e não-ideológicos, mas também a UDN e, em menor escala, dado o seu próprio contexto secundário, o PTB. Considerar como característica da articulação político-partidária em Minas esta disputa pelo poder local, sem que se alterem as regras do jogo, conservadoras, é uma maneira de evitarem-se mal-entendidos como o que considera o projeto da Universidade do Trabalho como sendo um projeto "populista". Afinal de contas, o populismo, conceitualmente, é contrário às regras vigentes no jogo político mineiro.

O prof. Edgar da Mata Machado, quando questionado sobre um suposto envolvimento de Magalhães Pinto com prático

cas populistas, foi enfático:

"... essa expressão populista aplicada ao Magalhães é agressiva, porque na verdade ele era um homem aberto, um homem de projetos políticos, para ele era muito interessante manter contatos..." (130)

No entanto, o artigo de Sarah S. Telles, que, de certa forma, acabou transformando-se na principal interlocutora desta dissertação, quando aborda a questão da Universidade do Trabalho, deixa a impressão de que a criação desta instituição estaria associada a uma proposta de política social "populista" por parte do governo Magalhães Pinto, udenista. Assim colocada, a questão, à primeira vista, parece paradoxal. Afinal de contas, a UDN, com todas as suas contradições internas, conforme acentua Otávio Dulci:

"Aparece historicamente como portadora de um projeto político alternativo ao que orientava o Estado Populista: um projeto de natureza liberal, formulado a partir de uma visão essencialmente crítica do populismo. Chamar-lhe-emos de projeto ANTI-POPULISTA. Era um ponto de referência para a oposição ao sistema, cuja tradução prática variava de acordo com a dinâmica interna da UDN."
(131)

Se não se pode considerar a UDN como um partido populista, menos ainda, conforme já vimos na introdução a esta dissertação, pode-se considerar uma política como sendo "populista" apenas porque tem como referência o atendimento de demandas que aparentemente vêm a satisfazer as camadas mais pobres da

(130) MATA MACHADO, Edgar da. Entrevista citada.

(131) DULCI, Otávio. A UDN e o Anti-Populismo no Brasil, p. 38.

população. Neste sentido, mais do que um projeto "populista", a criação da Universidade pode ser incluída em um projeto político udenista (logo, "liberal") inserido no contexto conservador da política mineira. Faz parte de variações da dinâmica interna da UDN e não se desvia da pauta de atuação do partido como um todo.

A especificidade da política mineira deve ser levada em conta na análise do surgimento das Universidades do Trabalho. Após a redemocratização em 1945, a UDN esteve no poder com Milton Campos (1946-1951) e Magalhães Pinto (1961-1965). Já o PSD ocupou o governo durante toda a década de 50, com Juscelino Kubitschek e Bias Fortes. Apesar disto, não existe uma ruptura clara nos rumos dados ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Os projetos iniciados no governo Milton Campos foram continuados no período JK, e as iniciativas de Bias Fortes foram levadas adiante por Magalhães Pinto.

A análise da evolução da composição da Assembléia Legislativa demonstra a persistência do domínio absoluto dos partidos "tradicionais", dos grandes partidos.

MINAS GERAIS: BANCADAS NA ASSEMBLÉIA
1945-1962

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	29	22	25	24	18
UDN	16	21	12	11	26
PR	14	9	14	17	10
PTB	6	10	11	12	12
PSP	-	1	3	5	9
outros	6	6	8	4	5

Fonte: Júlio Horta Barbosa, (1963), p. 293.

É interessante notar a influência do Palácio da Liberdade nas eleições. Nos anos em que a UDN está no poder - 1950 e 1962 - sua bancada aumenta significativamente, enquanto cai a do PSD, e vice-versa. Isto leva a analistas como Júlio Horta Barbosa a considerarem as eleições em Minas como sendo de tipo "endógeno" (132), quando o que se disputa é, principalmente, o controle do poder local.

Outro fato importante apontado por Horta Barbosa, nas eleições de 1962, é a "subtração da temática ideológica", que atingiu a todos os partidos, inclusive o PTB. E, os candidatos (poucos) que insistiram no tema, fracassaram eleitoralmente, como foi o caso de Célio do Castro e de Celso Brandt. Para o autor:

"O encobrimento ideológico parece indicar a fortaleza da estrutura social, cuja justificação se fez dispensável, de tão sólida a base em que se assenta, e cuja defesa se fez desarrazoada, por falta de quem a questionasse seriamente." (133)

O processo de criação das Universidades do Trabalho, iniciado com a UTRAMIG, iniciativa do Poder Executivo, e complementado pelos acréscimos na Assembléia Legislativa, visto dentro deste quadro estrutural conservador, aparece como uma iniciativa muito mais relacionada à uma percepção da posição secundária da economia mineira no contexto nacional, associado a demandas regionais e atravessado pelo pensamento desenvolvimen

(132) BARBOSA, Júlio Horta. "Análise Sociológica das Eleições de 1962 em Minas Gerais", in Revista Brasileira de Ciências Sociais III (2): 314.

(133) id. ibid., p. 313.

tista - que, com relação à educação acentuava o seu papel propedeútico no desenvolvimento - do que as propostas "populistas" nascidas no governo Magalhães Pinto.

Vejamos a seguir algumas das características da UTRAMIG e das outras Universidades criadas.

7.4. Características das Universidades do Trabalho

Após a conclusão dos estudos efetuados pela comissão instituída em 1961, o governo Magalhães Pinto enviou, em fins de 1962, à Assembléia Legislativa Estadual a proposição de lei autorizando a criação de uma Fundação, diretamente ligada ao Gabinete do governador, e subordinada à Secretaria do Trabalho, para dar vida à Universidade do Trabalho em Minas Gerais.

Ao mesmo tempo, de acordo com as características de funcionamento da política mineira, já vistas anteriormente, ao projeto do governo do Estado foram adicionadas mais quatro proposições de lei, criando as Universidades do Trabalho de Ipatinga, Três Corações, Teófilo Otoni e Juiz de Fora. Os cinco projetos tramitaram em conjunto, sendo votados e aprovados, todos eles, em fins de 1965. Entretanto, por causa de artifícios regimentais, os projetos das Universidades do Trabalho de Juiz de Fora e Ipatinga foram os primeiros a serem votados, sendo levados à sanção do governador a 11 de novembro de 1965. Desta maneira, no dia 12 de novembro de 1965 foram publicadas no "Minas Gerais" as leis 3.533 e 3.536 que, respectivamente, instituíram as Universidades do Trabalho de Ipatinga e de Juiz de Fora.

Poucos dias depois, a 26 de novembro de 1965, foi sancionada a Lei 3.588, criando a Fundação Universidade do Tra

balho de Minas Gerais (UTRAMIG), que teria atribuições de alcance estadual no que se referisse ao ensino profissional superior.

A seguir, chegaram às mãos de Magalhães Pinto, os projetos de lei para a criação das Universidades do Trabalho de Três Corações (03/12) e de Teófilo Otoni (13/12), que foram inteiramente vetadas, sob a alegação de que:

"A Lei 3.588, de 25 de novembro de 1965, instituiu a Universidade do Trabalho de Minas Gerais, com o objetivo de formar pessoal técnico para as atividades da indústria e do comércio.

Desse modo, como a entidade criada é de âmbito estadual, certo é que lhe caberá instalar sob sua jurisdição, em todas as regiões do Estado, estabelecimentos de ensino destinados a atender as solicitações do parque industrial mineiro.

Essas circunstâncias, portanto, tornam desaconselhável a iniciativa em exame, visto que ela também procura criar, isoladamente e de modo redundante, instituto de ensino, de pesquisa e especialização com as atribuições específicas da Universidade do Trabalho de Minas Gerais." (Proposição de Lei 4.304, "Razões do veto")

Fica bem clara a distinção existente, portanto, entre duas iniciativas para a criação de Universidades do Trabalho. Enquanto no Executivo se procurava instalar uma instituição de nível estadual, nos moldes dos estudos já efetuados desde o início da década, no Legislativo o objetivo maior era o atendimento de reivindicações locais ou regionais. Em termos práticos, esta distinção de concepções, além do veto às escolas de Três Corações e Teófilo Otoni, representou a não efetivação das outras duas já aprovadas, na medida em que os textos legais dependiam de regulamentação do Poder Executivo através de decreto. Na inexistência dos respectivos decretos, as Leis 3.533 e 3.536

tornaram-se, como muitas outras no Brasil, "letra morta".

Interessa ainda destacarem-se duas outras características no que diz respeito às quatro instituições criadas na Assembléia. Em primeiro lugar aparece o caráter regionalista das iniciativas na Assembléia, quando são contempladas diferentes regiões do Estado, evidenciando as normas internas de funcionamento da política mineira.

Em segundo lugar, pode-se notar que a preocupação com o "desenvolvimento econômico" e o papel propedêutico das instituições aparece claramente nos textos legais:

"Art. 9 - A Universidade do Trabalho empenhar-se-á no estudo dos problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, e, na medida de sua possibilidade, na colaboração com as entidades públicas e privadas que a solicitarem."

O caso da UTRAMIG é mais complexo. A Lei 3.588, de 25/11/65, que criou a instituição, foi regulamentada em menos de um mês depois, pelo Decreto 9.219, de 23/12/65, o que evidenciam o interesse do governo do Estado no encaminhamento da questão.

Nos dois textos legais manifestaram-se aspectos das propostas "humanista" e "tecnocrata", já vistas, para a Universidade do Trabalho. O resultado é um ecletismo que torna inclusive bastante vasto o campo de competência para a atuação da instituição.

Assim, de acordo com a corrente "humanista", a UTRAMIG deveria:

"Assegurar ao trabalhador e seus filhos oportunidades de estudos e acesso a cursos de todos os níveis que visem ao ensino técnico, ao aperfeiçoamento

mento e especialização profissional." (Lei 3.558, art. 2, II)

Deveria, também, atendendo às exigências de visibilidade impostas pelo projeto político de Magalhães Pinto:

"criar, instalar e manter, pelo menos, cinco (5) escolas de ensino superior destinadas às atividades do comércio e da indústria." (Dec. 9.219, art. 3, II)

Mas, dentro das exigências dos "tecnocratas", a UTRAMIG teria como funções:

"coordenar, orientar e supervisionar o sistema de ensino técnico no Estado de Minas Gerais, para as atividades da indústria e do comércio, e inclusive:

preparar técnicos capazes de atender à diversificação do mercado de trabalho exigida pelo desenvolvimento do Estado." (Dec. 9.219, art. 3, I)

A Universidade do Trabalho de Minas Gerais aparece, portanto, marcada pelas contradições que acompanham o processo de aprofundamento das estruturas capitalistas de produção na economia brasileira. No seu projeto refletem-se ainda as contradições internas existentes na máquina burocrática estadual.

A orientação para o "desenvolvimento", dentro dos moldes do "desenvolvimentismo", ideologia dominante, preconizava a ênfase no ensino técnico ou nos cursos de curta duração, capazes de promoverem em pouco tempo a desejada melhoria dos padrões de qualificação da força de trabalho. No momento em que a ideologia do desenvolvimento é absorvida por órgãos estatais - como o BDMG, a Fundação João Pinheiro, por exemplo - as demandas pela industrialização passam por um processo, nos meios de comunicação social e no Poder Legislativo, que poderia ser cha-

mado de "vulgarização". Se desde o início a formulação de políticas de desenvolvimento nos órgãos técnicos já apresenta um certo componente teleológico, com o seguimento de modelos pré-concebidos, no momento em que os pareceres que preconizam a industrialização mineira chegam ao conhecimento público, por força desta "vulgarização" acima referida, o processo de desenvolvimento passa a ser encarado como a "cura milagrosa" para toda a sorte de problemas enfrentados pelo Estado de Minas Gerais.

Na área educacional acontece um movimento similar. O governo Magalhães Pinto foi marcado pela criação de inúmeras escolas superiores em diversas localidades do interior de Minas Gerais. Cidades como Raul Soares, Alfenas, Itauna, Barbacena, etc., tiveram criadas as suas Faculdades ou mesmo Universidades. A educação, conforme é vista dentro do contexto do "desenvolvimentismo", aparece como um dos principais instrumentos de que dispõem as comunidades subdesenvolvidas para promoverem a melhoria de suas condições de vida. Os estudos da CEPAL, da UNESCO e da OIT, cada qual à sua maneira, acentuam as vantagens de promover-se a educação técnica e a qualificação da força de trabalho. No caso da Universidade do Trabalho, operando-se a "vulgarização" de sua proposta, os interesses políticos regionais - que caracterizam a atuação partidária em Minas à época - procuram impor a sua instalação em várias cidades de diferentes regiões do estado. O raciocínio seguido indica que a formação de mão-de-obra qualificada seria visto como um fator para a promoção da industrialização: seria como que uma espécie de matéria-prima a ser providenciada ANTES da instalação de indústrias, invertendo-se uma ordem que sempre vigorou no sistema capitalista.

O acúmulo destas contradições somente poderia levar ao insucesso da iniciativa do Poder Legislativo. As duas

instituições que lograram alcançar existência legal, na falta de iniciativas da alçada do Executivo, não foram concretizadas na prática.

Quanto à UTRAMIG, pensada em um momento em que o equilíbrio de forças ainda permitia espaço para a atuação de grupos "humanistas", que podem ser associados a um concepção liberal do Modo de Produção Capitalista, materializa-se em um instante em que o primitivo equilíbrio foi completamente alterado, pautando portanto a sua atuação concreta, desde o início, pelos pressupostos que acompanham as mudanças na estrutura educacional brasileira a partir de meados dos anos 60.

CONCLUSÃO

A UNIVERSIDADE DO TRABALHO EM FACE DA REALIDADE NACIONAL

No decorrer desta dissertação procurei associar a idéia de criação das Universidades do Trabalho, seja no Brasil, seja em Minas Gerais, às etapas específicas do desenvolvimento capitalista no Brasil. O aprofundamento das relações capitalistas de produção, que acompanha o processo de industrialização, foi considerado nesta dissertação o ponto de referência central para a compreensão das características e contradições que marcaram as diversas concepções acerca da Universidade do Trabalho.

Outro ponto a merecer atenção foi o aparecimento das teorias e da ideologia do desenvolvimento. A partir das concepções de Poulantzas acerca da "autonomia relativa" da Política e da Ideologia, face aos fenômenos econômicos, infra-estruturais, procurei acompanhar os desdobramentos das concepções ideológicas no campo educacional e suas influências no processo de criação das Universidades do Trabalho.

Através da conjugação de elementos de análise econômica e de acompanhamento da ideologia "desenvolvimentista" procurei, portanto, compreender as contradições e os limites que a realidade objetiva impõe a projetos como o das Universidades do Trabalho. A primeira conclusão geral que se pode retirar do estudo elaborado é a de que, na área educacional, como em

qualquer outra área das políticas sociais, as contradições de classe existentes na sociedade capitalista não podem ser simplesmente evitadas na análise, pois são parte indissociável do todo social.

A segunda conclusão diz respeito justamente à existência das contradições acima apontadas. Na medida em que estas contradições manifestam-se também no interior dos aparelhos burocráticos do Estado, as políticas sociais normalmente trazem em seu interior aspectos que as refletem.

Por fim, ainda em termos gerais, o estudo do processo de criação das Universidades do Trabalho permite concluir-se que, mais cedo ou mais tarde, as condições sociais cambiantes impõem-se aos projetos de políticas estatais, que são modificados para conformarem-se às novas condições de equilíbrio de forças políticas existentes na sociedade.

No caso específico da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, o estudo apontou a sua estreita vinculação a um momento político-ideológico vivido no início dos anos 60, no momento em que é pensada pela primeira vez. Ainda que exista, como é bem possível que seja verdade, um projeto político pessoal do governador do Estado, este projeto somente tem sentido quando inserido numa realidade dotada de significação. E esta, por sua vez, no caso da Universidade, é dada pelo contexto contraditório de um "desenvolvimentismo" que mescla em suas concepções elementos de um capitalismo em sua fase "liberal" com aspectos do capitalismo monopolista. Ou seja, se uma das propostas adotadas pelo governador Magalhães Pinto para tornar visível a sua administração - e assim credenciar-se à disputa pela Presidência da República - foi a de criação da Universidade do Trabalho, este fato indica a existência de todo um contexto econômico e

ideológico que auferia importância ao processo de qualificação da mão-de-obra.

Neste sentido, mais do que uma proposta "populista", a criação da Universidade do Trabalho aparece como uma opção de política social dentro do contexto do "desenvolvimentismo". Apresenta-se, é claro, marcada por contradições internas, que apontam a coexistência de concepções liberais, "humanistas", e concepções tecnocráticas do papel da educação. No entanto, a fonte destas contradições não pode ser buscada no interior das formulações da política estatal, mas sim nas relações sociais de produção, contraditórias, que se instauram nas sociedades capitalistas.

Por fim, resta lembrar que a instauração de um novo equilíbrio de forças, em 1964, levou à completa remodelação da proposta inicial de Universidades do Trabalho, o que confirma a vinculação entre a instituição específica e o contexto social em que está inserida. Em princípio, esta remodelação deu-se apenas na prática da instituição, da UTRAMIG, que, desde o início pautou a sua atuação pelo direcionamento para a formação de mão-de-obra a nível de segundo grau. Mais adiante, acompanhando o movimento mais amplo de reformulação nacional do ensino, em princípio da década de 1970, foi abandonada definitivamente a idéia original de criação de instituições de ensino superior voltadas para o atendimento preferencial do "trabalhador e seus filhos", conforme constava da Lei que criou a UTRAMIG. Através da Lei Estadual 6.069, de 21/12/72, a Fundação Universidade do Trabalho de Minas Gerais teve seu nome modificado para Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. No mesmo texto legal desaparecem as obrigações de criarem-se cinco escolas de nível superior, além de menções à promoção cultural do

trabalhador. A finalidade da instituição - que mantém como sigla o nome UTRAMIG apenas por ser este já conhecido pela população de Belo Horizonte - passa a ser, segundo o artigo 2 desta lei, a de "desenvolver programas de educação permanente na força de trabalho do Estado." Na prática, esta orientação manifesta-se na proliferação de cursos de curta duração, de atividades de coordenação e orientação pedagógica ligadas ao ensino técnico, além da manutenção de um segundo grau profissionalizante.

De tudo isto, resta a conclusão final de que um projeto na área educacional, numa sociedade capitalista, como é o caso da brasileira, quaisquer que sejam os interesses pessoais ou de grupos envolvidos na sua criação, acaba normalmente apresentando na sua existência prática as marcas das contradições que acompanham as relações sociais de produção dentro do Modo de Produção Capitalista.

BIBLIOGRAFIA

- BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. Capitalismo Monopolista. Rio, Zahar, 1972.
- BARBOSA, Júlio Horta. "Análise Sociológica das Eleições de 1962 em Minas Gerais". in Revista Brasileira de Ciências Sociais III (2), julho de 1963.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek. 3 ed., Rio, Paz e Terra, 1979.
- BERGER, Manfredo. Educação e Dependência. Porto Alegre, DIFEL, co-edições URGs, 1976.
- BRANDÃO, Zaia. Formação de mão-de-obra na Empresa, estudo de um caso de formação profissional básica. Rio de Janeiro, PUC, 1973 (Tese de mestrado), mimeo.
- BRAVERMAN, H.. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BULHÕES, Octávio Gouveia. "Economia e Nacionalismo". in: Revista Brasileira de Economia 6 (1), março de 1952.
- CALMON, João. A Educação e o Milagre Brasileiro. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. 2 ed., São Paulo, DIFEL, 1972.

_____. Po lítica e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____. As idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Cadernos CEBRAP n. 33, 1980

_____. e FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. 6 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil, J.K. - J.Q.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CASTRO, Cláudio de Moura e SOUZA, Alberto de Melo e. Mão de Obra Industrial no Brasil: mobilidade, treinamento, produtividade. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

CHAUI, Marilena. "Ideologia e Educação". in: Educação e Sociedade 2 (5), janeiro de 1980.

COHN, Gabriel. "Problemas da Industrialização no Século XX". in: MOTA, Carlos G. (org.). Brasil em Perspectiva. 14 ed., São Paulo, DIFEL, 1984.

CORRÊA, Oscar Dias. "Desenvolvimento e Educação". in: Revista do Ensino n. 209, Belo Horizonte, Sec. de Educação, junho de 1961.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A Fala dos Homens: análise do pensamento tecnocrático. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. A Política Educacional no Brasil e a Profissionalização do Ensino Médio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.

_____. A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

_____. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

DEBRUN, Michel. "O Problema da Ideologia do Desenvolvimento". in Revista Brasileira de Ciências Sociais II (2), julho de 1962.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. Belo Horizonte, UFMG, 1981.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e a alternativa da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otávio. A UDN e o Anti-Populismo no Brasil. Belo Horizonte, UFMG, 1986.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. 12 ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.

FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diagnóstico da Economia Mineira. Belo Horizonte, 1962.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1974.

GIANNOTTI, José Arthur. Origens da Dialética do Trabalho. Porto Alegre, L&PM, 1985.

GIROLETTI, Domingos. Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930. Juiz de Fora, UFJF, 1988.

GRAMSCI, Antônio. A Concepção Dialética da História. 4 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

_____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

GRANDE, Humberto. O Livro do Trabalhador. Curitiba, Faculdade de Direito de Curitiba, 1954.

_____. A Universidade do Trabalho e o Desajustamento entre Massas e Classe Dirigentes. Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

HADDAD, Paulo Roberto. "A Economia Mineira: renda interna e relações inter-industriais". in Revista Brasileira de Ciências Sociais IV (1), Belo Horizonte, FACE/UFMG, julho de 1966.

IANNI, Otávio. "Aspectos Políticos da Secularização do Comportamento no Brasil". in Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 10. Belo Horizonte, UFMG, janeiro de 1961.

_____. "O populismo e Classes Subalternas". in Debate e Crítica n. 1, julho-dezembro de 1973.

JAGUARIBE, Hélio. "A Crise Brasileira". in Cadernos do Nosso Tempo I (1), Rio de Janeiro, IBESP, 1953.

_____. Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político. 2 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

LACLAU, Ernesto. Política e Ideologia na Teoria Marxista. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LUZ, Nícia Villela. A Luta pela Industrialização no Brasil: 1808 a 1930. 2 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e Divisão Social do Trabalho. São Paulo, Cortez, 1982.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

- MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Coimbra, Centelha, 1976.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- _____. O Capital: crítica da economia política. 2 ed., São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- _____ e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 5 ed., São Paulo, Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Jarbas. Governo e Planejamento em Minas Gerais. Belo Horizonte, As. Legislativa de Minas Gerais, 1968.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MOREIRA, J. Roberto. Educação e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. 3 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- _____. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, Vozes, 1981.

- ORGANIZAÇÃO, TRABALHO E TECNOLOGIA. Vários Autores, São Paulo, Paulo, Atlas, 1986.
- PAIVA, Vanilda e RATTNER, Henrique. Educação Permanente e Capitalismo Tardio. São Paulo, Cortez, 1985.
- PEREIRA, Luiz (org.). Desenvolvimento, Trabalho e Educação. 2 ed, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- _____. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1965.
- POULANTZAS, Nicos. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- _____. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- _____. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 10 ed., São Paulo, Brasiliense, 1967.
- PREBISCH, Raul. "O Desenvolvimento Econômico na América Latina e seus Principais Problemas". in: Revista Brasileira de Economia 3 (3), setembro de 1949.
- REIS, Fidélis. Homens e Problemas do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio, 1962.

- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. "Qualificação da Força de Trabalho".
in: Vários autores, Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. Campinas, UNICAMP, 1986.
- SANTA ROSA, Virgínio. O Sentido do Tenentismo. 3 ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. "Desenvolvimentismo: ideologia dominante". Revista Tempo Brasileiro 1 (2), dezembro de 1962.
- SCHULTZ, Theodore W.. O Valor Econômico da Educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- _____. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, J.. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- SECRETARIADO da Organização das Nações Unidas. "Relações de Troca Post-Guerra entre Países Subdesenvolvidos e Países Industrializados." in: Revista Brasileira de Economia 3 (3), setembro de 1949.
- SIMONSEN, Mário Henrique. A Experiência Inflacionária no Brasil. Rio de Janeiro, IPES/GB, novembro de 1964.
- SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento." in: Boris FAUSTO (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1984.

SLENES, Robert. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas, UNICAMP (cadernos do IFCH 17), 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro, Avenir editora, 1978.

SWEEZY, Paul. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

TAVARES, José Faria. Entrevista a Elizabeth V. Horta. in: Revista do Ensino 213, Belo Horizonte, Secretaria de Educação, 1962.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TELLES, Sarah Silva. "Um Projeto Populista para o Ensino: a Universidade do Trabalho." in: Educação e Sociedade 1 (3), maio de 1979.

VIANNA, Agnelo Corrêa. UTRAMIG, história e finalidade, organização, administração. Belo Horizonte, UTRAMIG, s/d.

_____. A Escola Técnica e a Formação do Técnico Industrial. Rio de Janeiro, MEC/DEI, 1967.

_____. Educação Técnica. Brasília, MEC/DEI, 1970.

VIEIRA, Evaldo A.. Estado e Miséria Social no Brasil. 2 ed., São Paulo, Cortez, 1985.

VILLAÇA, Maria José. A Força de Trabalho no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1967.

VILLELA, Anibal Villanova. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889 - 1945. 2 ed., Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

WARDE, Miriam J.. Educação e Estrutura Social. São Paulo, Cortez e Moraes, 1977.

WORSLEY, Peter. "O Conceito de Populismo." in: Fanny TABAK (org.) Ideologias - Populismo. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.